

REVISTA CIENTÍFICA FAMAP

Ano 3, volume 5 – primeiro semestre de 2025

ISS eletrônico: 2784-2178

Faculdade Master de Parauapebas



FAMAP
A escolha inteligente

SUMÁRIO

1. BASES NEUROPSICOLÓGICAS DA RELAÇÃO ENTRE MOTIVAÇÃO E COGNIÇÃO
2. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AUTISTAS NO AMBIENTE PROFISSIONAL
3. ENTRE A SÍNDROME DE BURNOUT E OS CUIDADORES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
4. A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
5. IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO POLICIAL MILITAR: RISCOS À SAÚDE MENTAL E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO
6. ESTRATÉGIAS PSICOPEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR
7. A INFLUÊNCIA DA AUSÊNCIA PATERNA NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO: UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA
8. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL, DE PIAGET E DE VYGOTSKY
9. A GESTALT-TERAPIA EM ATLETAS DE ESPORTES ELETRÔNICOS
10. A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA TERMINALIDADE E A QUESTÃO DA ESPIRITUALIDADE

Expediente:

A revista científica Famap é uma publicação científica em formato eletrônico, sem custos envolvidos no processo ou na publicação. Tem por principal objetivo difundir a produção acadêmica de pesquisadores em todas as áreas acadêmicas.

Periodicidade: Semestral

Equipe Editorial:

Editora-chefe

Adriana Giovanela

Jornalista responsável

Liliani Bento

Diretora da Famap

Genecy Roberto dos Santos Bachinski

Contato:

Adriana Giovanela

revistafamap@gmail.com

Endereço: Rua G, Qd63, Lt 07 e 08, nº 382-A,
Bairro: União-Parauapebas (PA) CEP: 68515000

BASES NEUROPSICOLÓGICAS DA RELAÇÃO ENTRE MOTIVAÇÃO E COGNIÇÃO

Genecy Roberto dos Santos Bachinski¹

Priscilla Andrade Silva²

¹Graduanda do curso de Medicina – AFYA Mestre em Psicologia, Graduada em Nutrição e Farmácia; Docente e diretora da Faculdade Máster de Parauapebas – FAMAP

²Graduanda do curso de Psicologia – UNAMA e docente da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.

Resumo

A influência da motivação nos processos cognitivos é um tema fundamental nas áreas da psicologia e neurociência. A motivação pode ser descrita como a força interna ou externa que direciona o comportamento de uma pessoa em direção a um objetivo. Ela está intimamente relacionada a vários processos cognitivos, como atenção, percepção, memória e tomada de decisões. Com este trabalho objetivou-se analisar estudos recentes que abordam a influência da motivação nos processos cognitivos dos seres humanos. O estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica, qualitativa e descritiva com coletas de informações em banco de dados publicados em bases de dados eletrônicos: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (ScieLO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os artigos selecionados, todos em português, publicados no período de 2015 até 2024. Através da literatura estudada, observou-se que a motivação atua como uma espécie de "filtro" ou "facilitador" nos processos cognitivos, aumentando a eficiência e o foco em tarefas que envolvem metas e recompensas, ao mesmo tempo que promove um melhor processamento da informação e do aprendizado.

Palavras-chave: Neurociência. Comportamento. Eficiência. Aprendizado.

Introdução

Quando se fala do processo de aprendizagem, tenta-se entender todos os aspectos que facilitam e motivam o indivíduo na aquisição de tal conhecimento. Sabe-se que a aprendizagem é o processo pelo qual se adquire conhecimento, habilidades, valores, atitudes e comportamentos. É o resultado de experiências, prática e observação, e ocorre ao longo da vida. Dentre tantos aspectos que auxiliam no desenvolvimento da cognição, como organização, ambiente propício, feedback, método de ensino eficaz, experiências práticas, uma boa aliança entre escola e família pode-se destacar a motivação (Oliveira *et al.* 2023).

No contexto educacional, a motivação dos alunos é um importante desafio, pois tem implicações diretas na qualidade do envolvimento do aluno com o processo de

ensino e aprendizagem. “O aluno motivado procura novos conhecimentos e oportunidades, evidenciando envolvimento com o processo de aprendizagem, participa nas tarefas com entusiasmo e revela disposição para novos desafios” (Blaszko *et al.* 2021).

A motivação é um termo recorrente no cotidiano psicológico, e, assim como aprendizagem é utilizado em diferentes contextos, com diferentes significados. A motivação é encarada como uma espécie de força interna que emerge, regula e sustenta todas as nossas ações mais importantes. Contudo, é evidente que motivação é uma experiência interna que não pode ser estudada diretamente (Pereira *et al.* 2022).

No início deste século, a busca era para “descobrir aquilo que se deveria fazer para motivar as pessoas”, isto é, identificar as situações específicas que induzem a motivação. A motivação não surge de fora para dentro, mas de dentro para fora. No entanto, a motivação, ou a falta dela, está ligada a situações específicas. Portanto, a ação correta seria encontrar essas situações específicas ("aquilo que se deveria fazer") para motivar as pessoas, ou pelo menos, não desmotivá-las (Antunes *et al.* 2022)

Neste trabalho será abordado o conceito de motivação, perpassando pelos aspectos motivacionais para a cognição e seus impactos positivos e negativos na aprendizagem, tentando também dissociar tal conceito do que o senso comum insiste em adotar como motivação e os aspectos subjetivos da motivação para o aprendizado e manutenção deste interesse.

Referencial teórico

Aspectos gerais da motivação

Para iniciar a discussão será necessário que se faça uma análise etimológica e vocabular do termo motivação. Segundo o Consultório Etimológico da palavra motivação deriva do latim *Movere*, "deslocar, fazer mudar de lugar". A palavra provém dos termos latino *Motus*, "movido" e *Motio*, "movimento" (Araújo; Mota 2020).

Por ser considerado um processo individual, cada indivíduo age de formas diferentes na busca dessa motivação ou em direção a ela. A motivação subdivide-se em intrínseca e extrínseca. A intrínseca é a motivação caracterizada por uma força, desejo ou disposição interna, o que impulsiona a buscar algo, é uma motivação íntima,

individual. É tida também como algo inato, natural do ser humano. A extrínseca é a motivação caracterizada por fatores externo que estimulam nesta busca por algum tipo de recompensa, sejam elas materiais, sociais ou cognitivas (Porto *et al.* 2023).

Para o processo de aprendizagem a motivação vem como um forte aliado, auxiliando no desenvolvimento cognitivo do indivíduo. A partir do entendimento da palavra motivação, pode-se dizer então que todo ser humano é motivado a fazer algo, uns mais outros menos e ainda uns sem nenhum interesse, no processo educacional não poderia ser diferente (Sauer *et al.* 2023).

Aspectos positivos e negativos motivacionais

A motivação é um estado interior, que conduz uma pessoa a assumir determinados tipos de comportamentos. Motivação envolve direção, intensidade e persistência de um comportamento. O papel da motivação na aprendizagem e no desempenho parece incontestável, não se restringindo à vida acadêmica, mas estendendo-se habilidades e situação da vida cotidiana (Marques *et al.* 2021).

No aspecto positivo, a motivação é necessária não apenas para que a aprendizagem ocorra, mas também para que se sejam colocados em ação os comportamentos e habilidades aprendidos. O caso do hábito da leitura é um bom exemplo do que acabamos de afirmar, entretanto, embora o reconhecimento do papel da motivação na aprendizagem e execução dos comportamentos seja ponto pacífico, o mesmo não se pode dizer a respeito da compreensão de quais os processos envolvidos na motivação (Andrade-Vieira; Puente-Palacios, 2023).

Desde os anos 60, tem surgido na psicologia várias teorias motivacionais que podem ser agrupadas sob o termo genérico de “teorias cognitivas da motivação”. Tais teorias consideram que a atividade cognitiva do ser humano é indissociável de sua motivação, o ser humano é ativo na sua relação com o ambiente e movido pelo desejo de conhecer e compreender o mundo em que vive e também a si próprio, de modo a que possa prever os acontecimentos e orientar o seu comportamento (Aniszewski; Henrique, 2023).

A motivação, apesar de ser geralmente vista como algo positivo, pode ter seus aspectos negativos. Por exemplo, quando uma pessoa está excessivamente motivada, ela pode se tornar obcecada e negligenciar outras áreas de sua vida, como

a saúde e os relacionamentos pessoais. Além disso, a pressão constante para se manter motivado pode levar ao estresse e à exaustão. Outro aspecto negativo é que a motivação excessiva pode levar a comportamentos impulsivos e arriscados, sem considerar as consequências a longo prazo. Em resumo, embora a motivação seja importante, é essencial encontrar um equilíbrio saudável para evitar esses aspectos negativos (Blando *et al.* 2023).

Existem várias teorias e abordagens que exploram a parte negativa da motivação, onde sugerem que a motivação pode se tornar negativa quando as pessoas se sentem pressionadas por fatores externos, como recompensas ou punições, em vez de serem motivadas por interesses pessoais ou valores intrínsecos (Porto *et al.* 2023).

Outra teoria é a da Desmotivação, que destaca como a falta de reconhecimento, feedback negativo constante e ambientes de trabalho tóxicos podem minar a motivação das pessoas, levando à desmotivação e ao desengajamento (Meneses, 2022).

Além disso, a Teoria da Sobrecarga de Trabalho, onde examina como a pressão constante para ser produtivo e motivado o tempo todo pode levar à exaustão, estresse crônico e burnout. Essas teorias e abordagens destacam como a motivação pode ter aspectos negativos quando influenciada por fatores externos, falta de reconhecimento e sobrecarga (Treichel *et al.* 2024).

Uma pessoa que vivencia a motivação intrínseca é movida por meio da diversão ou do desafio, não da cobrança ou prêmios. Sendo assim, a motivação intrínseca diz respeito à motivação genuína, onde não há um incentivo ou uma consequência externa para que o colaborador se envolva com suas atividades, mas que queira realizá-las por satisfação própria (Fidelis *et al.* 2021).

São vários os fatores por trás da motivação intrínseca – muitos deles responsáveis isoladamente ou em conjunto pelo comportamento de um indivíduo. Compreende-se como motivação intrínseca aquela motivação interna, ou seja, de caráter individual, pertencente a cada pessoa especificamente, seu desejo independente a retribuição externa, é por assim dizer a satisfação íntima, que relacionada a uma tarefa a ser executada é realizada para atingir o objetivo por si só, não estando vinculada a recompensa exterior (Sauer *et al.* 2023).

A motivação intrínseca refere-se ao envolvimento em determinada atividade por sua própria causa, por esta ser interessante, envolvente ou, de alguma forma, geradora de satisfação e, sobretudo, com ausência de constrangimentos externos ou internos. Implica ainda em uma orientação pessoal para dominar tarefas desafiadoras, associada ao prazer derivado do próprio processo, evidenciando curiosidade e persistência. Em suma, há motivação intrínseca quando a pessoa envolve-se em determinada atividade sem qualquer recompensa externa ou pressão (Santiago-Torner, 2023).

A motivação autônoma correlaciona-se a motivação intrínseca, pois tal característica presente no universitário lhe conferirá um perfil de estudante motivado, mesmo dentro de uma estrutura que tende a normatizar, a homogeneizar o perfil dos estudantes, porém, aquele que se caracteriza pela motivação intrínseca tende a sobrepujar tal controle, vindo assim a lograr êxito em seus estudos, não que os outros não o terão, porém, esse o alcançará de forma mais prazerosa (Oliveira *et al.* 2023).

Pesquisas também vêm sendo realizadas para compreender a motivação para aprender em estudantes universitários. O estudo exploratório desenvolvido por Honório *et al.* (2020) a respeito do perfil motivacional dos estudantes universitários e dos fatores envolvidos com a motivação em aprender compreendeu uma variedade de observações a serem consideradas. Os estudantes apresentaram um perfil de motivação autônoma em que apresentam uma consciência mais clara da importância de frequentar o curso superior e se encontram em uma fase de reconhecimento e valorização dos estudos (portanto, com maiores pontuações em orientações mais intrinsecamente motivadas).

O comprometimento é evidenciado na motivação intrínseca, o que impulsiona o estudante a obtenção da aprendizagem pelo prazer que a ela atribui, a motivação é por si a energia que o universitário despensa ao seu aprendizado no sentido de buscá-lo com empenho e vivacidade, tanto para a realização pessoal quanto profissional. Aplicando-se ao ensino superior, o estudo é visualizado como uma ação prática das teorias apreendidas, o indivíduo é interiormente motivado para aprender e tal fator o leva a prática do aprendizado (Pereira *et al.* 2022).

É notório ao estudante motivado intrinsecamente o estímulo interno, para ele a realização do estudo e sua consequência positiva não é tida como obrigação, como algo imposto de fora para dentro, é sim uma realização prazerosa que lhe

proporcionará o alcance dos próprios objetivos relacionados à prática e ao êxito em relação ao aprendizado, isto sobrevivendo como resultado de sua atitude motivacional e não sendo o estudo decorrente de pressão externa por recompensa ou como uma prática para evitar possível punição ocasionada pela falta da ação da realização da tarefa proposta no ensino superior. No entanto, os fatores motivacionais externos poderão potencializar as motivações intrínsecas positivas, pois estas ainda podem se apresentar de forma a não serem na sua totalidade positiva, isso se dá quando o discente desconhece o seu potencial, o que pode gerar insatisfação, contrapondo-se aos fatores motivacionais internos positivos (Ferradás *et al.* 2020).

Metodologia

O referido estudo caracteriza-se por pesquisas bibliográficas realizadas por um método composto, pois integrará duas formas de pesquisas, a qualitativa e a descritiva, o método descritivo visou analisar, descrever e explorar sobre o tema a fins de definir uma opinião melhor enquanto a qualitativa buscou compreensão e interpretação sobre determinadas opiniões, coletadas informações por meio de artigos de revistas científicas com diferentes trabalhos disponíveis para análise, construção e conclusões sobre o tema (Lycarião *et al.* 2023).

Trata-se de uma abordagem de pesquisas que vêm decorrendo em trabalhos científicos relacionados a motivação. Para a realização desse presente estudo foram consultadas as bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (ScieLO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Utilizou-se como termos descritores “Motivação”, “Processos cognitivos”.

Resultados e discussões

Impactos da motivação no cognitivo

Atualmente, pesquisadores sobre aprendizagem e ensino estão empenhados em encontrar respostas para perguntas básicas sobre como, o por que alguns alunos parecem aprender e prosperar em contextos escolares, enquanto outros estudantes parecem ter dificuldades para desenvolver o conhecimento (Araújo; Mota 2020; Honório *et al.* 2020; Blaszkowski *et al.* 2021; Blando *et al.* 2023).

As pesquisas sobre motivação dos alunos está no centro dessa questão que

aponta que para ser bem sucedido academicamente deve-se considerar o papel da motivação. A motivação escolar constitui, atualmente, uma área de investigação que permite, com alguma relevância, explicar, prever e orientar a conduta do aluno em contexto escolar (Marques *et al.* 2021; Porto *et al.* 2023).

No ambiente escolar, a motivação tem se mostrado um dos fatores que favorecem o aprendizado e sua falta deixa espaço para a passividade, para a indisciplina, e desconcentração. O aluno motivado procura novos conhecimentos e oportunidades, demonstrando envolvimento com o processo de aprendizagem, ele participa com entusiasmo nas tarefas e revela disposição para novos desafios (Alvaristo *et al.* 2023). Porém, a motivação não é apenas uma característica essencial aos alunos, muitas vezes, para o aluno ter motivação em aula é importante ter um bom professor, que conduza os alunos para que estes encontrem razões para aprender. O papel do professor em classe é o de prevenir a ocorrência de condições negativas, como o tédio, a apatia ou ansiedade exagerada e, além disso, desenvolver e manter a motivação da classe (Ferreira; Lucena, 2021; Ferrarezi, 2023).

Deste modo, é importante que os professores tenham consciência de que a motivação dos alunos é influenciada pelas suas atitudes perante eles. A desmotivação docente no exercício profissional, estabelece uma problemática com efeitos no desempenho das suas funções, trazendo consequências negativas ao processo de ensino e de aprendizagem, e em sua relação com os alunos (Gatti, 2020).

Como a motivação influencia na capacidade cognitiva de um indivíduo

A motivação desempenha um papel fundamental na capacidade cognitiva de um indivíduo, influenciando diretamente a maneira como ele aprende, processa informações e resolve problemas. Ela pode influenciar as propriedades de resposta fisiológica em nível celular por meio da neuromodulação de transmissão, alterando a forma como os neurônios respondem a estímulos. A motivação também pode afetar a comunicação entre diferentes redes cerebrais de grande escala, seja através de vias diretas ou mudanças na topologia da rede, o que pode impactar o processamento cognitivo (Corrêa, 2024).

A motivação pode levar ao envolvimento de centros computacionais cerebrais específicos que funcionam como zonas de convergência integrativas, possibilitando a integração de informações motivacionais e cognitivas. Esses mecanismos neurais

demonstram como a motivação pode ter um papel fundamental na modulação da atividade cerebral e na interação entre processos motivacionais e cognitivos. Essa interconexão entre motivação e cognição destaca a complexidade dos sistemas neurais envolvidos e a importância de compreender esses mecanismos para avançar no estudo das interações motivação-cognição (Osti; Tassoni, 2019).

Motivação e o senso comum

Entender que comportamento corresponde à interação entre as ações e o ambiente, quer dizer, em outras palavras, que após toda ação ocorrem consequências (modificações) no ambiente. E estas consequências podem agir de forma a aumentar a probabilidade desta ação acontecer novamente ou podem atuar de forma contrária, diminuindo a probabilidade desta ação acontecer no futuro (Maia; Sacardo, 2023).

Afirmar que ações produzem consequências não é suficiente, pois as consequências ocupam um papel significativo no que diz respeito ao ambiente. Mas há outro aspecto importante a ser levado em consideração, o contexto antecedente de uma ação (Costa, 2023).

Chegou-se, então, a um ponto importante da compreensão do comportamento, em determinado *contexto*, algumas *ações* são emitidas e produzem *consequências*. Para que uma ação aconteça novamente, as consequências produzidas por ela devem ser importantes o suficiente para que o organismo volte a acessá-la. No entanto, às vezes, uma consequência se faz “interessante” ou “necessária” e em outras vezes, esta mesma consequência parece não “interessar” ao indivíduo (Cabral, 2024).

Existe uma condição antecedente que está ligada ao valor da consequência. E que um de seus efeitos é tornar mais provável a ocorrência de ações que produzem a consequência desejada. Por outro lado, a condição antecedente também pode diminuir a probabilidade do indivíduo emitir a ação quando ela resulta em consequências não desejadas (Dutra *et al.* 2023).

Conclusão

A relação entre motivação e cognição representa um campo de estudo essencial para compreensão de como os seres humanos aprendem e se desenvolvem

ao longo da vida, permeia por diversas áreas do conhecimento, desde a psicologia até a neurociência, e exerce um papel crucial na maneira como se processa informações, tomada de decisões e aprendizado ao longo da vida.

A interação entre motivação e cognição é um tema fundamental em diversas áreas do conhecimento. A influência da motivação, que é um impulso interno que leva os indivíduos a agirem de maneira específica, sobre os processos cognitivos, que envolvem a percepção, o pensamento, a memória e a tomada de decisão informações que enfrentam desafios ao longo do tempo.

Entender essa relação é essencial para compreender como as pessoas aprendem, processam, além disso, desempenha um papel significativo na regulação emocional e no bem-estar mental. Indivíduos motivados tendem a experimentar emoções positivas, como o entusiasmo e a satisfação, em relação às suas realizações, o que contribui para uma sensação de competência e autoestima.

As pesquisas sobre teorias cognitivas da motivação oferecem *insights* importantes para melhorar a prática educacional e as políticas educacionais. Ao reconhecer a importância da auto-eficácia, das atribuições causais, das metas de realização, motivações positivas e negativas, entre outros, podemos criar ambientes de aprendizagem que inspirem e capacitem os indivíduos a alcançar seu pleno potencial acadêmico, pessoal e profissional.

De acordo com os autores estudados pode ser concluído que, ao entender e cultivar a motivação adequada na cognição, pode-se contribuir para o desenvolvimento saudável dos indivíduos, capacitando-os a enfrentar os desafios da vida com confiança, determinação e resiliência.

Referências bibliográficas

ALVARISTO, E. F.; DEBONA, T. S.; HALLAL, R. Afetividade no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil: relação professor e aluno. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, e0412440868, 2023. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i4.40868>

ANDRADE-VIEIRA; R. de; PUENTE-PALACIOS, K. E. O Impacto da liderança nos comportamentos de aprendizagem das equipes de trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2023, v.39, e39, 2023. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39509.pt>

ANISZEWSKI, E.; HENRIQUE, J. Relação entre a satisfação da competência, autonomia e vínculos sociais e o desinteresse pelas aulas de educação física no

ensino fundamental. **EDUR - Educação em Revista**. v. 39, e36854, 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469836854>

ANTUNES, Q. P.; FERNANDES, G. N. A.; LEMOS, S. M. A. Aspectos comportamentais e motivação para aprender: um estudo com adolescentes do ensino fundamental. **CoDAS** (Communication Disorders, Audiology and Swallowing), v. 34, n. 5, e20210119, 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-1782/20212021119>

ARAUJO, L. D. de; MOTA, M. M. P. E. da. Motivação para aprender na formação superior em saúde. **Psico-USF**, v. 25, n. 2, p. 297-306, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712020250208>

BLANDO, A.; GUDOLLE, L. S.; MARCILIO, F. C. P.; FRANCO, S. R. K. Afetividade na educação superior: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280039, 2023. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280039>

BLASZKO, C. E.; UJIE, N. T.; CLARO, A. L. A. A contribuição das metodologias ativas para a prática pedagógica dos professores universitários. **Revista Educação & Formação**, v. 6, n. 2, p. 1-17, 2021.

CABRAL, F. G. S. O estudo do comportamento, a dicotomia inato vs. aprendido e sua (possível) superação. **Psicologia USP**, v. 35, e210154, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e210154>

CORRÊA, C. G. L. A relação entre afeto e cognição: perspectivas teóricas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, e257346, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392024-257346>

COSTA, R. L. S. Neurociência e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280010, 2023.

DUTRA, L. S.; SCORALICH, L.; SHIGAEFF, N. Remote cognitive rehabilitation of attention: a case series pilot study with post-stroke patients. **Dement Neuropsychol**, v. 17, e20230045, 2023. <https://doi.org/10.1590/1980-5764-DN-2023-0045>

FERRADÁS, M. M.; FREIRE, C.; NÚÑEZ, J. C.; REGUEIRO, B. The relationship between self-esteem and achievement goals in university students: The mediating and moderating role of defensive pessimism. **Sustainability**, v. 12, n. 18, p. 1-14, 2020. <https://doi.org/10.3390/su12187531>

FERRAREZI, R. S. L. Um traço e um abraço: afetividade como elemento facilitador da aprendizagem. **Revista de Psicopedagogia**, v. 40, n. 121, p. 76-83, 2023. <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20230007>

FERREIRA, S. P.; LUCENA, E. A. Efetividade e aprendizagem: reflexões sobre a relação professor-aluno. **REDES – Revista Educacional da Sucesso**, v. 1, n. 1, p. 82-96, 2021.

FIDELIS, F. A. M.; BARBOSA, G. C.; CORRENTE, J. E.; KOMURO, J. E.; PAPINI, S. J. Satisfação e sobrecarga na atuação de profissionais em saúde mental. **Escola**

Anna Nery, v. 25, n. 3, p. e20200309, 2021. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0309>

GATTI, B. Perspectivas da formação de professores para o magistério na educação básica: a relação teoria e prática e o lugar das práticas. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 57, p. 15-28, 2020.

HONÓRIO, D. A.; JESUS, J. A. de; FIN, G.; NODARI JÚNIOR, R. J. Perfil motivacional, formas de estudo e satisfação de estudantes universitários com a vida. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 258, p. 420-435, 2020. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i258.4025>

LYCARIÃO, D.; ROQUE, R.; COSTA, D. Revisão sistemática de literatura e análise de conteúdo na área da comunicação e informação: o problema da confiabilidade e como resolvê-lo. **Transinformação**, v. 35, e220027, 2023. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202335e220027>

MAIA, J. C.; SACARDO, M. S. Pedagogia histórico-crítica: reflexões sobre consciência filosófica e objetivação do gênero humano. **Educação & Sociedade**, v. 44, e265077, 2023. <https://doi.org/10.1590/ES.265077>

MARQUES, H. R.; CAMPOS, A. C.; ANDRADE, D. M.; ZAMBALDE, A. L. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação**, v. 26, n. 03, p. 718-741, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772021000300005>

MENESES, K. V. P. de. Teorias motivacionais e sua aplicabilidade no contexto da terapia ocupacional. **Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity**, v. 14, n. 2, 2022. <https://doi.org/10.26823/nufen.v14i2.23847>

OLIVEIRA, F. S. G.; MELO, Y. A. de; RODRIGUEZ; M. V. R. Y. Motivação: um desafio na aplicação das metodologias ativas no ensino superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 28, e023004, 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772023000100004>

OSTI, A.; TASSONI, E. C. M. Afetividade percebida e sentida: representações de alunos do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 174, p. 204-220, 2019. <https://doi.org/10.1590/198053146575>

PEREIRA, J. S.; CASTILLO, S. A.; ZOLTOWSKI, A. P.; TEIXEIRA, M. A.; SALLES, J. Escala de motivação para aprendizagem em universitários: versão breve. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 773-793, 2022.

PORTO, R. S. M.; FERNANDES, G. N. A.; ALMEIDA, M. J. A. A. de; MÁRIO, A. B. P.; LEMOS, S. M. A. A motivação para aprender na adolescência e o ensino remoto emergencial. **Audiology - Communication Research**. v. 28, e2733, 2023. <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2022-2733pt>

SANTIAGO-TORNER, C. Liderança ética e comprometimento organizacional. O papel inesperado da motivação intrínseca. **Universidad & Empresa**. v. 25, n. 45, e6, 2024.

<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/empresa/a.13169>.

SAUER, F.; MELO, Y.; RODRIGUEZ, M. V. R. Motivação: um desafio na aplicação das metodologias ativas no ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 28, p. e023004, 2023. DOI: [10.1590/S1414-40772023000100004](https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100004).

TREICHEL, C. A. S.; SAIDEL, M. G. B.; LUCCA, S. R. de; PEREIRA, M. B.; SILVA, A. A.; LUIZ, C. C. A.; PEREIRA, M. A. C.; ONOCKO-CAMPOS, R. T. Satisfação e sobrecarga de trabalho em profissionais da saúde mental. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 22, 2024, e02579243. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2579>

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AUTISTAS NO AMBIENTE PROFISSIONAL

Genecy Roberto dos Santos Bachinski¹
Priscilla Andrade Silva²

¹Graduanda do curso de Medicina – AFYA Mestre em Psicologia, Graduada em Nutrição e Farmácia; Docente e diretora da Faculdade Máster de Parauapebas – FAMAP

² Graduanda do curso de Psicologia – UNAMA e docente da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.

Resumo

Um diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), condição neurológica, a qual se origina nos primeiros anos de vida. Ele acontece em pessoas cujo desenvolvimento atípico do cérebro leva a um quadro de dificuldades de interação social, problemas na linguagem, hiperatividade, déficits cognitivos, dificuldade intelectual e outros problemas, ocasionando uma grande dificuldade na inserção ao mercado de trabalho. Com esta pesquisa objetivou-se realizar um levantamento de artigos científicos, os quais apresentem como objeto de estudos o acesso e a permanência de pessoas autistas no ramo de trabalho. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, primeiramente realizou-se a escolha do tema, os descritores foram: “Transtorno do Espectro Autista” e “Mercado de Trabalho”, os critérios de inclusão foram artigos entre o período de 2020 a 2024, os quais estejam correlacionados ao tema do trabalho, e os critérios de exclusão foram artigos antes de 2020. De uma forma global, foram utilizados artigos que abordaram sobre o acesso ao mercado de trabalho, assim como as variáveis que norteiam este acesso, como também foram detectados os suportes e as dificuldades. De modo geral, foram encontrados estudos que explicitaram o que significa o acesso ao emprego e variáveis que influenciavam esse acesso, os quais influenciam a fixação dos autistas no ramo do trabalho. Embora, os trabalhos tenham apontado as facilidades e dificuldades no acesso e permanência de pessoas autistas no ramo de trabalho, existe a necessidade de mais pesquisas.

Palavras-chave: Dificuldade. Acesso. Permanência. Necessidade.

Introdução

A fase da adultez dos autistas é extremamente relevante do ponto de vista social, levando-se em consideração o acesso ao nível superior e ao ramo de trabalho., (Alves *et al.* 2022). No entanto, diversos autores reforçam que esse momento da vida é acometido pelo isolamento social de pessoas com TEA (Caparroz; Soldera, 2022). Entretanto, o progresso nas terapias e no acesso de serviços de suporte propiciam a inserção deste grupo no ramo de trabalho, o que proporciona qualidade de vida e

favorece o desenvolvimento e a exposição das habilidades adquiridas por pessoas com TEA (Nalin *et al.* 2022; Oliveira *et al.* 2021).

A inserção no mercado de trabalho pode estar interligada a uma maior qualidade de vida. Atributos como vida financeira independente, satisfação pessoal, alcance de metas e sobrevivência, oportunizam, também acesso à cultura, educação e ao lazer; em detrimento favorecem e integram no ambiente social (Cezar *et al.* 2020). Por outro lado, existe uma corrente teórica e metodológica direcionada para incluir as pessoas com TEA nos diferentes ambientes de trabalho, principalmente aquelas que apresentam barreiras sociais intensas (Pereira *et al.* 2021; Souza, 2021).

As questões complexas que norteiam o ambiente de trabalho apresentam barreiras sociais e estruturais, o que dificulta o acesso dos autistas ao ambiente laboral (Leopoldino *et al.* 2020; Orrú, 2020). Neste contexto fica evidente que as pessoas inseridas no mercado de trabalho, procuram permanecer, fato este que abrangem muitos fatores, desde os laços afetivos pessoais até os mecanismos que regulam suas atividades laborais (tarefa prescrita e a tarefa efetiva) (Silva *et al.* 2022). Entre os desafios dos autistas em meio ao ramo de trabalho, relata-se a problemática de se adquirir um emprego, permanecer nele e adquirir uma posição condizente com sua especialidade e anseios (Lucena; Oliveira, 2023).

Alguns autores destacam que, mesmo o autista inserido e realizando acompanhamento adequado, ainda existem problemas relacionados as particularidades do TEA, como as dificuldades na socialização (Conceição *et al.* 2021; Freitas *et al.* 2024).

Espaços que não oferecem suporte e proporcionem ajustes aos autistas, acometidos por preconceitos e assédios por parte dos pares e chefia, são fatos que colaboram para desistência e estabelecimento dos autistas no mercado de trabalho, fatores estes que servem de gatilhos para distúrbios de transtornos mentais (Basto; Cepello, 2023; Carvalho *et al.* 2023).

Em meio aos muitos entraves, os quais norteiam o engajamento deste grupo no meio social e no ramo de trabalho, por mais que os trabalhos tenham apontado as facilidades e dificuldades no acesso e permanência de pessoas autistas no ramo de trabalho, existe a necessidade de mais pesquisas. Sendo assim, objetiva-se com este trabalho realizar um levantamento de artigos científicos, os quais apresentem como objeto de estudos o acesso e a permanência de pessoas autistas no ramo de trabalho.

Metodologia

Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, primeiramente realizou-se a escolha do tema, os descritores foram: “Transtorno do Espectro Autista” e “Mercado de Trabalho”. Em seguida, realizou-se a pesquisa dos artigos com a escolha das bases de dados, a saber: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), *US National Library of Medicine National Institutes of Health* (PUBMED), *Google Scholar* e sites do Conselho Federal de Psicologia.

Os critérios de inclusão foram artigos entre o período de 2020 a 2024, os quais estejam correlacionados ao tema do trabalho, e os critérios de exclusão foram artigos antes de 2020. Foram selecionados seis artigos que englobaram aos critérios de inclusão e de exclusão.

Os principais autores citados para compor as tabelas do trabalho foram: Freitas *et al.* (2024), Basto e Cepello (2023), Carvalho *et al.* (2023), Silva *et al.* (2022), Conceição *et al.* (2021) e Leopoldino *et al.* (2020). No total, foram selecionados 15 estudos que contribuíram para a elaboração deste artigo.

Resultados e discussões

Todos os estudos foram publicados entre 2020 e 2024. Todos os artigos verificaram a importância do acesso e da permanência das pessoas com TEA no mercado de trabalho.

Freitas e colaboradores (2024), por meio de seus estudos, evidenciaram que o autista agrega um conjunto de características e competências que podem contribuir muito para o ambiente de trabalho, mas ainda existem dificuldades em relação à inclusão nas organizações. Além disso, é necessário a preparação, tanto do profissional, quanto da organização para recebê-lo. Apesar do avanço da legislação brasileira e políticas públicas que garantem a inclusão do autista no mercado de trabalho, ainda há dificuldade de sua inclusão no mundo laboral. Com relação a preocupação das organizações em apenas cumprirem as cotas estabelecidas pela lei, é importante destacar que cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a fiscalização em relação à inclusão de deficientes nas organizações.

Segundo Basto e Cepello (2023) em suas pesquisas, sobre o autismo nas organizações, para inclusões de ponto de vista de gestores, pode-se considerar que houve o avanço do conhecimento a respeito do mercado de trabalho para profissionais com TEA, nos estudos de administração na medida em que apresenta dados empíricos acerca das ações desenvolvidas por empresas no contexto brasileiro e elucida novas ações que ainda não tinham sido identificadas na literatura internacional sobre o tema. Foi possível verificar que alguns esforços têm sido realizados em busca de maior inclusão.

Para Carvalho *et al.* (2023) o trabalho despontou na vida dos autistas, a autonomia, independência e identidade. Um diagnóstico claro pode influenciar positivamente nos ajustes e inserção do ambiente de trabalho. O elevado nível de escolaridade também confere elevado status de emprego e contribui para permanência. Com relação as dificuldades encontradas, as referidas barreiras foram elencadas: a falta de conhecimento sobre as particularidades do autismo; as percepções dos chefes sobre os funcionários, oriundas de um trabalho mal feito; a falta de preparo vocacional das pessoas com TEA; a inexistência das cotas para pessoas portadoras de necessidades especiais e a ausência de incentivos.

O estudo de Silva e colaboradores (2022) sobre “Transtorno do espectro do autismo (TEA) e o mercado de trabalho” constatou que a prática de ações inclusivas, seja na adaptação do ambiente de trabalho, seja na capacitação dos trabalhadores com autismo, ou até mesmo na conscientização do próprio quadro de funcionários com foco na erradicação ao preconceito, são atitudes necessárias, as quais traduzem o real significado da função social da empresa.

A partir do trabalho construído por Conceição *et al.* (2021) foi possível pontuar que a inclusão social do autista é indispensável nas diferentes fases da vida, pois somente com a inclusão é possível que aconteça o desenvolvimento natural de sua autonomia e potencialidades. Apesar da legislação e da existência de políticas públicas que garantam a inclusão do autista no mercado de trabalho, conforme os dados coletados e analisados, percebeu-se que essa inserção não ocorre efetivamente na prática.

A pesquisa de Leopoldino *et al.* (2020) abordou a inclusão produtiva de pessoas com autismo. Para os autores a inserção de pessoas com dificuldade no mercado de trabalho é dificultada não apenas pelas limitações apresentadas pelos indivíduos, mas também por diversas restrições de ordem estrutural e cultural que diminuem as

oportunidades oferecidas. A persistência de obstáculos ao longo dos anos mostra que, em parte da sociedade, prevalece a ideia de que as pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) dificuldade podem ser consumidoras, mas não produtoras de bens e serviços.

Conclusão

De uma maneira global, foram abordadas as pesquisas que evidenciaram sobre o acesso ao mercado de trabalho, bem como seus fatores os quais influenciam na permanência dos autistas nele (dificuldades e suportes).

Quanto ao suporte para a efetivação da inserção dos autistas no mercado de trabalho, as principais expectativas elencadas foram a necessidade de um suporte de apoio mais firme ramo de trabalho; elevar e intensificar a difusão do conhecimento sobre as características relacionadas ao autismo e permanecer com a qualidade em programas de capacitação profissional.

Diante o exposto, a referida revisão integrativa colaborou para um melhor entendimento sobre a inserção e a permanência de pessoas autistas no mercado de trabalho.

Referências bibliográficas

ALVES, A. L. C.; PAULA, J. J. de; MIRANDA, D. M. de; ROMANO-SILVA, M. A. The Autism Spectrum Quotient in a sample of Brazilian adults: analyses of normative data and performance. **Dementia & Neuropsychologia**, v. 16, n. 2, p. 244-248, 2022. <https://doi.org/10.1590/1980-5764-DN-2021-0081>

BASTO, A. T, O. S.; T. CEPellos, V. M. Autismo nas organizações: percepções e ações para inclusão do ponto de vistas de gestores. **Caderno EBAPE.BR**, v. 21, n. 1, e-2022-0061, 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120220061>

CAPARROZ, J.; SOLDERA, P. E. S. Transtorno do espectro autista: impactos do diagnóstico e suas repercussões no contexto das relações familiares. **Open Minds International Journal**, v. 3, n. 1, p. 33-44, 2022. <https://doi.org/10.47180/omij.v3i1.142>

CARVALHO, M. C, L.; PEREIRA SOBRINHO, E.; ARAÚJO, A. J. S.; CAMINO, C. P. S.; COUTINHO, M. P, L. Inserção de Pessoas com Autismo no Mercado de Trabalho: Revisão Integrativa. **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho**, v. 23, n. 2, e-2479-2486, 2023. <https://doi.org/10.5935/rpot/2023.2.23838>

CEZAR, I. A. M.; MAIA, F. A.; MANGABEIRA, G.; OLIVEIRA, A. J. S.; BANDEIRA, L. V. S.; SAEGER, V. S. A.; OLIVEIRA, S. L. N.; ALVES, M. R.; SILVEIRA, M. F. Um estudo de caso-controle sobre transtorno do espectro autista e prevalência de história familiar de transtornos mentais. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, n. 4, p. 247-54, 2020. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000290>

CONCEIÇÃO, L. R.; ESCALANTE, N. R. F.; SILVA, F. M. Autistas no mercado de trabalho: análise sobre as ações e práticas inclusivas. **Gestão Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 203-221, 2021.

FREITAS, A. C.; JACOB, K. G.; MARCOLINO, V. A.; LOPES, B. J. A inclusão de adultos com transtorno do espectro autismo nas organizações: uma revisão bibliográfica. **Revista Ciência Dinâmica**, v. 15, e-252404, 2024. <https://doi.org/10.4322/2176-6509.2024.004>

LEOPOLDINO, C. B.; SILVA FILHO, J. C. L.; NISSEL, K. M. Inclusão Produtiva de Pessoas com Autismo: o Caso da Auticon. **Revista Intedisciplinar de Gestão Social**, v. 9, n. 3, p. 15-33, 2020. <http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v9i3.33565>

LUCENA, L. C.; OLIVEIRA, I. C. G. O transtorno de espectro autista e as experiências narrativas de mulheres no Instagram. **Interface** (Botucatu), v. 27, e220305, 2023 <https://doi.org/10.1590/interface.220305>

NALIN, L. M.; MATOS, B. A. de; VIEIRA, G. G.; ORSOLIN, P. C. Impactos do diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista em adultos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, e382111638175, 2022. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38175>

OLIVEIRA, J. S.; FARIA, A. B.; REIS GUERRA, A. M.; CIOLFI, G. M.; de ALMEIDA HERMES, T. Principais temas relacionados ao Transtorno do Espectro Autista na população infantil e adulta: Revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 5, p. 22950-22963, 2021. <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv4n5-379>

ORRÚ, S. E. Singularidades e impacto social del autismo severo en Brasil. **Humanidades Médicas**, v. 20, n. 2, 2020.

PEREIRA, P. L. S.; QUINTELA, E. H. S. X.; CHIAMULERA, T. M.; DAVID, A. K. F.; SOUZA, G. A.; MEDEIROS, P. K. F. de; GALVÃO, A. B. O.; MARCOLINO, A. B. L. Importância da implantação de questionários para rastreamento e diagnóstico precoce do transtorno do espectro autista (TEA) na atenção primária. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 8364–8377, 2021. <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv4n2-360>

SILVA, A. V. e; LINO, F. V.; AZIZ, N. T. A. A.; HOLANDA, L. C. de; SOUSA, I. S. de; PAIVA, A. C. M.; DEBUZ, H. J. Transtorno do espectro do autismo (TEA) e o mercado de trabalho. **Archives of Health**, v. 3, p. 600-605, 2022. <https://doi.org/10.46919/archv3n3-006>

SOUZA, L. P. N. Diagnóstico diferencial entre transtorno do espectro autista (TEA) e distúrbio específico de linguagem (DEL). **Revista Ibero-Americana de**

Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 7, p. 1465–1482, 2021.
<https://doi.org/10.51891/rease.v7i7.1891>

A RELAÇÃO ENTRE A SÍNDROME DE BURNOUT E OS CUIDADORES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Carlene Ribeiro da Silva – Bacharel em Psicologia – FAMAP. E-mail:

carleneribsilva@gmail.com

André Benassuly Arruda – Docente – FAMAP. E-mail:

profpsi21@faculdefamap.edu.br

Genecy Roberto dos Santos Bachinski – Docente – FAMAP. E-mail:

genecypsi@hotmail.com

Geny Roberto dos Santos – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Helena Cristina Santos Nascimento – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Josie Rodrigues Vieira – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Marineide Aquino de Souza – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Maria Clara Nascimento Teixeira – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Sinandra Carvalho dos Santos Fernandes – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar a relação entre a síndrome de burnout e os cuidadores que atuam em serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. A razão para a pesquisa se dá pelo fato de que em uma experiência diária em um acolhimento institucional, pude perceber que esses profissionais estão frequentemente expostos a elevados níveis de estresse. Isso ocorre em razão da complexidade emocional das demandas e a responsabilidades semelhantes à de um pai e/ou mãe no cuidado de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. A metodologia adotada foi qualitativa, baseada em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os resultados encontrados nos

artigos pesquisados indicaram altos índices de exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, características centrais do burnout. Conclui-se que é fundamental o desenvolvimento de políticas institucionais de apoio psicológico, capacitação contínua e melhoria nas condições de trabalho desses profissionais, a fim de prevenir o adoecimento psíquico e garantir um acolhimento de qualidade às crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Burnout; cuidadores; acolhimento institucional; saúde mental; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional, serviço integrante da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, configura-se como um espaço provisório semelhante a uma residência, destinado à crianças e adolescentes em situação de abandono, violação de direitos ou vulnerabilidade social (BRASIL, 2023). Essas instituições, limitadas a 20 acolhidos por unidade, operam sob o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), com ingresso mediado pelo Poder Judiciário ou Conselho Tutelar (Ministério do Desenvolvimento Social, 2023). Nesse contexto, os cuidadores assumem responsabilidades que ultrapassam o atendimento básico, envolvendo-se emocionalmente em um ambiente frequentemente marcado por sobrecarga laboral, escassez de recursos e exposição a traumas, fatores que os tornam especialmente vulneráveis à Síndrome de Burnout (SB) (NOGUEIRA et al., 2024).

A SB, reconhecida como transtorno mental ocupacional pela OMS em 2022, caracteriza-se por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional (Ministério da Saúde, 2023). Desde sua descrição por Freudenberg (1974), associa-se ao esgotamento psicossocial decorrente de demandas laborais excessivas (SILVA, 2019). No cenário capitalista contemporâneo, a pressão por produtividade e a precarização das condições de trabalho intensificam o estresse ocupacional, elevando os índices de absenteísmo e adoecimento psíquico entre cuidadores (OLIVEIRA et al., 2025). Diante desse quadro, emergem questionamentos críticos: quais os principais sintomas psicológicos associados ao Burnout nesses profissionais? E como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) pode intervir?

Para responder a tais questões, este estudo objetiva investigar a relação entre a SB e os cuidadores de abrigos institucionais, com os seguintes focos específicos: (1) compreender a síndrome em sua dimensão teórica e clínica; (2) identificar os sintomas psicológicos mais prevalentes; e (3) analisar estratégias de intervenção baseadas na TCC, abordagem que visa reestruturar crenças disfuncionais e promover coping adaptativo (BECK, 1997). A relevância desta pesquisa reside na urgência de políticas institucionais

que mitiguem o desgaste emocional desses profissionais, assegurando não apenas sua saúde mental, mas também a qualidade do acolhimento oferecido (SILVA, 2019).

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa com delineamento bibliográfico, considerando a natureza do tema: “A relação entre a síndrome de burnout e os cuidadores que atuam no acolhimento institucionais à crianças e adolescentes”. A escolha pela abordagem justifica-se por permitir uma compreensão aprofundada dos aspectos subjetivos, simbólicos e contextuais relacionados ao fenômeno estudado.

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa é caracterizada por seu foco na compreensão dos processos sociais e subjetivos, utilizando técnicas como entrevistas abertas, grupos de discussão e observação participante para coletar dados ricos em detalhes e contextos. Essa abordagem é particularmente adequada para investigar fenômenos como o Burnout, que envolvem dimensões emocionais e relacionais complexas. Já a pesquisa bibliográfica foi selecionada por possibilitar a análise crítica de materiais teóricos já publicados, contribuindo para a fundamentação e aprofundamento do conhecimento existente sobre o tema.

O caráter exploratório possibilitou levantar questões relevantes, identificar fatores associados ao tema e propor temas para investigações futuras. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), envolveu a revisão crítica de artigos científicos e livros, sintetizando as principais contribuições teóricas e empíricas sobre o tema.

O desenvolvimento metodológico da pesquisa compreendeu diferentes etapas. Primeiramente, foi realizada a delimitação do objeto de estudo, com a formulação do problema e a definição do objeto geral e dos objetivos específicos, orientando a trajetória da investigação. Em seguida, foi conduzido um levantamento preliminar da literatura com o objetivo de mapear os principais autores, obras e conceitos relevantes, o que possibilitou o refinamento do foco temático.

Para a busca dos materiais, foram utilizadas as seguintes bases de dados científicas e acadêmicas como Scielo, PePSIC, LILACS, PubMed e PsycINFO., BVS- Psi e Google Acadêmico. Os descritores utilizados na busca foram: síndrome de Burnout; cuidadores e instituição de acolhimento.

Foram definidos alguns parâmetros para orientar a busca e a seleção dos materiais. Em relação ao período de publicação, considerou-se os anos 2019 a 2025. Os critérios gerais de inclusão adotados foram: publicações disponíveis na íntegra; artigos em

português e inglês; obras com respaldo teórico e/ou empírico reconhecido; materiais publicados dentro do recorte temporal definido; e textos com revisão por pares.

Os critérios gerais de exclusão envolveram: textos opinativos ou sem fundamentação científica; documentos fora do escopo temático ou metodológico; publicações com acesso restrito; duplicatas entre bases consultadas; e obras que não dialogam diretamente com os objetivos de estudo.

Ao final do processo de seleção, foram identificados e incluídos na análise um total de dez documentos, considerando os critérios mencionados. Após essa etapa, os conteúdos teóricos extraídos da literatura selecionada foram organizados em eixos temáticos, estruturados a partir dos objetivos específicos da pesquisa. Essa organização teve como finalidade estabelecer conexões entre os principais conceitos, autores e enfoques teóricos, favorecendo uma construção lógica da argumentação.

Para essa sistematização, foi realizada uma tabulação inicial dos documentos selecionados, por meio de uma planilha analítica contendo informações como: autor(es), ano de publicação, tipo de documento, principais conceitos abordados, objetivos do texto e sua contribuição para o problema investigado. Essa tabulação possibilitou uma visão comparativa e crítica do material, auxiliando na categorização temática e na seleção dos textos mais significativos.

Com base nessa organização, foi realizada uma análise crítica e interpretativa do material, orientada pelos princípios da análise contendo. A análise buscou identificar convergências, divergências, contribuições teóricas e lacunas existentes na literatura, além de estabelecer o diálogo entre as diferentes abordagens. A análise de conteúdo favoreceu o agrupamento das categorias emergentes e a estruturação dos eixos teóricos.

A partir dessa leitura analítica e interpretativa, foram elaboradas as considerações teóricas parciais, que articulam os achados da literatura ao problema de pesquisa. Essa etapa consistiu na síntese crítica dos conteúdos analisados, destacando os principais pontos teóricos, a relevância acadêmica do tema e a contribuição do estudo para o campo da Psicologia.

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente teórica e bibliográfica, sem coleta de dados com sujeitos humanos, este estudo não demandou submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que isenta dessa exigência os estudos baseados apenas em fontes documentais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Síndrome de Burnout não se trata apenas de um problema individual, e considerada uma questão psicossocial decorrente do ambiente laboral e do contexto social o qual o indivíduo está inserido. Na modernidade, o modo de vida imposto aos trabalhadores e a constatação da adequação dos processos de trabalho tem ocasionado desgastes físicos e emocionais. O ritmo de trabalho acelerado a cada dia entra em conflito com os ritmos biológicos impactando na vida do trabalhador (Silva, 2019).

Sendo assim, no quadro 1 são apresentados os arquivos selecionados que abordam sobre a Síndrome de Burnout e cuidadores no acolhimento de crianças e adolescentes.

Quadro 1 – Artigos que abordam a Síndrome de Burnout e cuidadores.

Autor e Ano	Título da obra	Metodologia aplicada	Objetivo principal
Perniciotti <i>et al.</i> , (2020)	Síndrome de Burnout nos profissionais de saúde: atualização sobre definições, fatores de risco e estratégias de prevenção	Revisão de literatura	Revisa as principais definições, sintomas e critérios diagnósticos da SB, expondo as divergências existentes na literatura.
Silva (2019)	(Re)Conhecendo o Estresse no Trabalho: uma Visão Crítica	Revisão Crítica	O fenômeno como resultante de um processo social, histórico, econômico e político atual das organizações e do trabalho.
Oliveira, <i>et al.</i> (2025).	Burnout e estresse ocupacional: intervenções psiquiátricas e mudanças organizacionais para um ambiente de trabalho saudável	Abordagem qualitativa Revisão de literatura	Analisa estratégias psiquiátricas para a redução do estresse e do burnout, abordando intervenções farmacológicas, terapêuticas e organizacionais.
Silva <i>et al</i> (2024)	Burnout em profissionais da saúde: impactos na qualidade de vida e bem-estar	Abordagem qualitativa	Analisar a relação entre o burnout e a qualidade de vida dos profissionais da saúde, identificando os principais fatores de risco e propondo estratégias de mitigação.
Moura <i>et al.</i> , (2024)	Compreendendo a síndrome de burnout na teoria cognitivo comportamental	Revisão de literatura	Compreender a Síndrome de Burnout pela perspectiva da Terapia Cognitiva Comportamental e as contribuições dessa abordagem psicoterapêutica no tratamento dessa condição e no restabelecimento da qualidade de vida e saúde no ambiente de trabalho do indivíduo

			em sofrimento.
Souza; Bezerra (2019)	Síndrome de Burnout e os Cuidados da Terapia Cognitivo-Comportamental	Qualitativa, pesquisa bibliográfica	Favorecer um conhecimento amplo, como também, instrumentalização adequada no tratamento da síndrome de Burnout.
Santos <i>et al.</i> , (2024)	Cuidar de quem cuida: um olhar para o desenvolvimento humano e a saúde mental dos cuidadores	Abordagem qualitativa, descritiva e exploratória	As práticas de acolhimento e suporte oferecidas pelo projeto, destacando a importância de redes de apoio e estratégias de autocuidado para melhorar a saúde mental e o bem-estar dos cuidadores.
Soares; Rodrigues, Lima, (2023)	Síndrome de Burnout em cuidadores que atuam em instituição de acolhimento para crianças e adolescentes	Revisão narrativa de literatura	Explorar sobre a síndrome de Burnout nos cuidadores de instituição de acolhimento para crianças e adolescentes.
Schenkel <i>et al.</i> , (2023)	Acolhimento institucional na voz de cuidadoras de crianças e adolescentes que vivem em casa lar	Qualitativo, tipo descritivo e exploratório.	Conhecer o acolhimento institucional realizado por profissionais cuidadores que atuam com crianças e adolescentes que residem em Casa Lar.
Farinha (2019)	A Síndrome de Burnout em Cuidadores de Casas de Acolhimento de Crianças e Jovens em Risco	Estudo de Caso, uma abordagem mista de tipo qualitativa e quantitativa.	Analisar a síndrome de Burnout, assim como o clima de trabalho e o trabalho em equipe destes profissionais.
Fonseca, L. C.C. (2022)	Exaustão emocional em cuidadores do acolhimento residencial de crianças e jovens	Qualitativa e quantitativa	Investigar o efeito de variáveis pessoais (e.g., idade, sexo, anos de escolaridade, regulação emocional) e contextuais (rácio criança-cuidador) nos níveis de exaustão emocional.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O Burnout é composto por dimensões sendo as principais, a exaustão emocional, despersonalização e a redução da realização profissional. Sendo considerada uma condição biopsicossocial, construídas a partir das características do indivíduo e por particularidades do ambiente onde desempenha sua profissão, aspectos esses estão em constante inter-relação (Soares; Rodrigues; Silva, 2023). A resposta prolongada a estressores interpessoais recorrentes no trabalho, resulta na SB, que é caracterizada por exaustão, despersonalização e declínio do sentimento de realização pessoal (Perniciotti *et al.*, 2020).

A SB também pode ser caracterizada como um problema psíquico com declínio de energia do funcionário, acarretado pelas atividades desenvolvidas no ambiente laboral que causa impacto negativo na vida do profissional (Moura *et al.*, 2024). Schenkel *et al.*, (2023), corrobora da mesma opinião, em caracterizar a SB, como um fenômeno psicológico que se manifesta em exaustão emocional, perda da motivação na realização de suas ocupações laborais.

Nesta perspectiva, Farinha (2019) corrobora que o Burnout se caracteriza como uma resposta ao stress profissional e considera um grande desafio para a saúde dos trabalhadores. E evidencia como um processo de três fases, a primeira se manifesta o stress laboral, causado pelas grandes exigências impostas ao sujeito. Na segunda fase, em resposta emocional para adaptar-se as exigências do cotidiano, resultando em fadiga, tensão e ansiedade. E última fase caracteriza-se pela reação do indivíduo às tensões a que é exposto e em consequência os resultados são a falta de motivação e intolerância às experiências no contexto profissional.

Para Oliveira *et al.* (2025), o estresse ocupacional e o Burnout é um desafio no ambiente organizacional, causando impactos na saúde mental dos servidores, resultando em baixa produtividade, clima organizacional e a retenção de talentos na empresa. Pois a deficiência na gestão da saúde mental no âmbito profissional compromete diretamente o desempenho organizacional.

No entanto, vale ressaltar que os fatores ambientais em que os trabalhadores estão expostos como carga excessiva no âmbito do trabalho, ausência de suporte por parte da empresa e pressão por desempenho, fatores decisivos para o desenvolvimento da síndrome de Burnout, que se revela em resposta a exposição excessiva a estressores emocionais e interpessoais recorrente no ambiente profissional (Oliveira *et al.*, 2025).

Fatores organizacionais, como a sobrecarga de tarefas, a ausência de políticas de apoio e a falta de estrutura adequada, são determinantes na manifestação do Burnout entre os cuidadores. A escassez de recursos materiais e humanos nas instituições de acolhimento compromete a capacidade dos profissionais de oferecer um cuidado de

qualidade, gerando estresse crônico e insatisfação. Estudos apontam que ambientes de trabalho desorganizados e sem suporte efetivo aumentam significativamente o risco de desenvolvimento do Burnout (Soares; Rodrigues; Silva, 2023). A saúde mental dos cuidadores é um tema relevante, pois a sobrecarga emocional ocasiona um esgotamento comprometendo a qualidade do cuidado oferecido (Santos et al., 2024).

Deste modo, os cuidadores de instituições de acolhimento no atendimento direto com crianças e adolescentes, possuem elevada responsabilidade, durante o exercício de suas atividades laborais, e necessitam de estratégias, atitudes, e medidas comportamentais, para que além do cuidado básico se estabeleça confiança e elo com os acolhidos. Nesta interação, os cuidadores tornam-se predispostos ao desgaste emocionais e embates no contexto laboral. O contexto institucional torna-se um recito para desenvolvimento da SB, pois o trabalho no acolhimento envolve a criação de relações com o próximo (Farinha, 2019).

A síndrome de Burnout é identificado entre os cuidadores em instituições de acolhimento, exaustão pela exigência emocional ao cuidar de crianças e adolescentes com uma experiência de trauma. Fatores que impactam o cuidador estão a falta de capacitação, escassez de recursos institucionais e exigência profissional. O elevado número de acolhidos sobrecarrega os cuidadores levando ao adoecimento e consequentemente o absenteísmo (Fonseca, 2022). Tais fatos suprime a qualidade de vida do profissional atuante no cuidado.

Portanto, a estrutura organizacional e suporte organizacional é determinante para prevenção do SB, a partir de políticas que priorizem a saúde mental do trabalhador, apoio psicológico, gerenciamento e supervisão regular, promoção do cuidado recíproco entre os colaboradores que resultará em um ambiente saudável. (Silva et al., 2024). Pois uma estrutura que flexibiliza a rotina e a carga de trabalho, contribui para o equilíbrio a demanda institucional e as necessidades dos cuidadores nas instituições de acolhimento (Schenkel et al., 2023).

Nesta perspectiva, é crucial que intervenções sejam aplicadas no contexto organizacional para cuidar de quem cuida, prática de autocuidado, capacitação continuada, equilíbrio profissional e pessoal. Em relação a intervenções organizacionais é necessário a mudanças das condições físico-ambientais, autonomia no ambiente de trabalho. A aplicação da terapia cognitiva-comportamental tem se tornado uma técnica eficiente na prevenção da síndrome de Burnout (Perniciotti, et al, 2020).

De acordo com Moura et al., (2024), a terapia cognitiva-comportamental é frequente utilizada na prática clínica para o tratamento de problemas psicológicos, em virtude de sua praticidade e centrada na solução durante o tratamento, cujo desígnio é

identificar e modificar os pensamentos disfuncionais e padrões de comportamento negativos que cooperam para o sofrimento emocional do sujeito.

Neste sentido, a terapia cognitiva-comportamental SB, leva em consideração as crenças, modelo comportamental existente do sujeito. O objetivo é interpretar as circunstâncias dos comportamentos e emoções vivenciadas. Pois, os pensamentos projetam e conduzem o comportamento do indivíduo, e o TCC ajusta e estimula ao aprendizado de como dominar os problemas e as circunstâncias onde estão inseridos. Ainda no tratamento do SB, a terapia cognitiva-comportamental pode ser aplicada uma abordagem colaborativa e psicoeducativa para que o sujeito possa elaborar um plano de treino, com a finalidade de identificar e monitorar pensamentos automáticos, diferenciar as relações existentes entre o pensamento, emoções, comportamentos e adequações de conteúdos distorcidos (Souza & Bezerra, 2019).

A terapia cognitiva-comportamental é semiestruturada e com limitado número de sessões para minimizar os sintomas e na adaptação, trabalhando seus padrões cognitivos e comportamentais, que resultam em angústia. A TCC é aplicada de forma ativa, laborando o empirismo colaborativo, uma interação entre o paciente e o terapeuta atuando em parceria nas sessões de maneira cooperativa. Neste contexto o terapeuta assessora com conhecimentos, intervenções e técnicas, e o paciente expõe suas experiências detalhando sobre suas necessidades e as causas que induziram a sua fragilidade, revertendo em mudança para pensamento racional e solução de problemas (Moura et al., 2024).

Outra técnica no tratamento da SB é o Registro de Pensamentos Difusos (RPD), as anotações ajudam o sujeito a reconhecer os pensamentos que provocaram emoções excessivas e desagradáveis e comportamentos inadequados, os tornando menos rígidos e contribuindo para o bem-estar do indivíduo (Souza & Bezerra, 2019; Moura et al., 2024).

E considerando os episódios advindos dos comportamentos e das emoções dificultadoras das relações sociais do trabalhador. Assim, a utilização da técnica de Reestruturação Cognitiva busca a correção e substituição das cognições inadequadas trazendo benefícios nas interrelações. E a técnica de treino assertivo é utilizada na terapia cognitiva comportamental para modificar a autopercepção, elevar a eficiência da assertividade, ajustamento dos pensamentos e emoções, com isso, fortalecer a autoconfiança (Souza & Bezerra, 2019).

Portanto, a síndrome de Burnout afeta a vida dos cuidadores nas instituições de acolhimento a crianças e adolescentes, devido à sobrecarga emocional, jornada de trabalho árdua. Portanto, uma abordagem precoce sobre a síndrome de Burnout no

ambiente de laborar traz impactos significativos na vida do trabalhador e para a instituição (Souza & Bezerra, 2019).

Sendo assim, cuidar de quem cuida é crucial para a qualidade dos serviços prestados e qualidade de vida dos trabalhadores. Pois, “cuidar de quem cuida é uma responsabilidade coletiva que requer o comprometimento de toda a sociedade” (Santos et al., 2024, p. 4115)

REFERÊNCIAS

BECK, J. S. Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [ECA] [online]. Brasília: [s.n.], 1990. Disponível em: [site_do_mdh/ECA2021_Digital.pdf](https://www.mdh.gov.br/portal/images/stories/pdf/Lei_8069_1990.pdf). Acesso em: 16 jun. 2025

DE REZENDE, A. A. F.; PEREIRA, A. C. Estratégias de coping de profissionais da saúde de Piracicaba durante a COVID-19. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, Salvador, Brasil, v. 12, p. e5214, 2023. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.2023.e5214. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/5214..> Acesso em: 10 jun. 2025.

FARINHA, B. C. C. B. A Síndrome de Burnout em Cuidadores de Casas de Acolhimento de Crianças e Jovens em Risco. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Ciências Sociais e Humanas, novembro de 2019, Odivelas. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/7a8f7892-5e1d-4e5a-b5d4-d0a43d9320b4>. Acesso em: 10 jun. 2025

FONSECA, L. C. C. Exaustão Emocional em Cuidadores do Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens. (dissertação de mestrado). Psicologia da educação e desenvolvimento humano, outubro de 2022. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/145356/2/591292.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Atlas, São Paulo, 2008.

GODOY A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP. (2023). CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. ISSIP. Disponível em:

https://pscps.ips.pt/moodle/pluginfile.php/195/mod_forum/attachment/782/Relat%C3%B3rio%20CASA%202022.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

LOPES, A. de A. L.; NASCIMENTO, R. Z. do.; OLIVEIRA, K. C. do N. Estresse em trabalhadores da Atenção Primária em Saúde no cenário da pandemia pela COVID-19: Reflexões à luz da Teoria de Betty Neuman. Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 10, p. e19121043149, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/43149/34917/457198>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LIMA, S.; DOLABELA, M. (2021). Estratégias usadas para a prevenção e tratamento da Síndrome de Burnout. Research, Society and Development. v. 10, n. 5, e11110514500, 2021. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14500>.

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, P. L.; SILVA, L. L. Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma indústria alimentícia. RGO. Revista gestão organizacional (online), v. 17, p. 34-47, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>. Acesso em: 14 jun. 2025.

LIMA, L. A. O.; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). *Revista de Carreiras e Pessoas*, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, J. C. A.; SILVA, P. M. L.; TEODORO, G.; GIGANTE, P. C. S. C.; PIMENTA, C. N. F.; SOUSA, V.; RIBEIRO, D. C.; CÂMARA, V. M. S.; TOMAZ, A. C.B. E.; BUENO, F. N. Compreendendo a síndrome de Burnout na teoria cognitivo comportamental. *Revista Científica da UNIFENAS*. Número 2, Volume 6, março de 2024. DOI: 10.29327/2385054.6.2-1. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br/index.php/revistaunifenas/article/view/937/364>. Acesso em 13 jun. 2025.

OLIVEIRA, A. L. A.; SILVA, R. S.; TIEPPO, G. R.; ALMEIDA, F. W. (2025). Burnout e estresse ocupacional: intervenções psiquiátricas e mudanças organizacionais para um ambiente de trabalho saudável. *Ciências da Saúde*, Volume 29 - Edição 143/FEV 2025 / 21/02/2025. DOI: 10.69849/revistaft/ra10202502210952. Disponível em: <https://revistaft.com.br/burnout-e-estresse-ocupacional-intervencoes-psiquiatricas-e-mudancas-organizacionais-para-um-ambiente-de-trabalho-saudavel/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Burnout um "fenômeno ocupacional": Classificação Internacional de Doenças (2019). Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/burn-outan-occupational-phenomenon>. Acesso em: 29 nov. 2024.

PERNICIOTTI, P.; JÚNIOR, C. V. S.; GUARITA, R. V.; MORALES, R. J.; ROMANO, B. W. Síndrome de Burnout nos profissionais de saúde: atualização sobre definições, fatores de risco e estratégias de prevenção Burnout. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 35–52, 2020. DOI: 10.57167/Rev-SBPH.23.98. Disponível em: <https://revistasbph.emnuvens.com.br/revista/article/view/98>. Acesso em: 14 jun. 2025.

PINHEIRO, J. P.; SBCIGO J. B.; REMOR. Associação da empatia e do estresse ocupacional com o Burnout em profissionais da atenção primária à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9):3635-3646, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.30672018>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SALES, E.; MEIRELLES, L.; ANDRADE, R.; SILVA, É. L.; JÚNIOR, E.S. (2022). Investigação sobre a síndrome de Burnout em cuidadores de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. *Concilium*. 22. 333-345. 10.53660/CLM-681- 736.DOI: 10.53660/CLM-681-736. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366458569_Investigacao_sobre_a_sindrome_de_Burnout_em_cuidadores_de_crianças_e_adolescentes_com_Transtorno_do_Espectro_Autista. Acesso em: 13 jun. 2025.

SANTOS, H. M. M.; FONTES, C. J. F.; LIMA, D. S. Síndrome de Burnout e qualidade de vida dos profissionais da atenção primária à saúde durante a pandemia de COVID- 19, em município da Amazônia Brasileira. *Debates em Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1–19, 2022. DOI: 10.25118/2763-9037.2022. v.12.410. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/410>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, T. M.; SARAIVA, P. M.; LIMA, J. H. R.; BEZERRA, G. V. A.; ARAÚJO, K. A.; AGOSTINHO, T. B. Cuidar de quem cuida: um olhar para o desenvolvimento humano e a saúde mental dos cuidadores. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 10, n. 12, p. 4109–4115, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i12.17703. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17703>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, J. A. S; DIAS, D. M.; PEDROSA, G. A.; MARTINS, T. M. M.; VALIO, M. R. B.; GALVÃO, G. O.; NETO, I. N. S.; NASCIMENTO, C. M. burnout em profissionais da saúde: impactos na qualidade de vida e bem-estar. *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. XV, n. XLI, p.5892-5902, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/levv15n41-071>. Acesso em: 9 jun.2025.

SILVA, G. N. e. (Re)conhecendo o estresse no trabalho: uma visão crítica. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 51-61, jun. 2019. Disponível

em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202019000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, L. A.; ROSSANELLI, J. J. N. A Saúde Mental do Trabalhador: Síndrome de Burnout. (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário UNIFACCAMP – curso de Psicologia. Campo Limpo Paulista, 2021. Disponível em: <https://www.unifaccamp.edu.br/repository/artigo/arquivo/03122021061020.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, G. de N. e. (Re)conhecendo o estresse no trabalho: uma visão crítica. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Belo Horizonte, v.12, n. 1, p. 51-61, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202019000100005&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 11 jun. 2025.

SOUSA, J. F. de. TERAPIA COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, Brasil, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 748–764, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4361644. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/148>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SOUZA, L. F. S. C.; BEZERRA, M. M. M. Síndrome de Burnout e os Cuidados da Terapia Cognitivo-Comportamental. Id on Line Rev. Mult. Psic. V.13, N. 47 p. 1060- 1070, Outubro 2019 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SCHENKEL, Y. V. de S.; SILVEIRA, A. da.; SOCCOL, K. L. S.; CENTENARO, A. P. F. C.; HILDEBRANDT, L. M. Acolhimento institucional na voz de cuidadoras de crianças e adolescentes que vivem em Casa Lar. Revista de Enfermagem da UFSM, [S. l.], v. 13, p. e13, 2023. DOI: 10.5902/2179769272181. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/72181>. Acesso em: 11 jun. 2025.

TOMAZ, H.C.; TAJRA, F.S, LIMA, A.C.G.; SANTOS, M.M. Síndrome de Burnout e fatores associados em profissionais da Estratégia Saúde da Família. Interface (Botucatu). 2020; 24(Supl. 1): e190634. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190634>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LOPES, A. de A. L.; NASCIMENTO, R. Z. do.; OLIVEIRA, K. C. do N. **Estresse em trabalhadores da Atenção Primária em Saúde no cenário da pandemia pela COVID-19: Reflexões à luz da Teoria de Betty Neuman**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 10, p. e19121043149, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/43149/34917/457198>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LIMA, S.; DOLABELA, M. (2021). Estratégias usadas para a prevenção e tratamento da Síndrome de Burnout. **Research, Society and Development**. v. 10, n. 5, e11110514500, 2021. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14500>.

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, P. L.; SILVA, L. L. Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma indústria alimentícia. RGO. **Revista gestão organizacional (online)**, v. 17, p. 34-47, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>. Acesso em: 14 jun. 2025.

LIMA, L. A. O.; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, J. C. A.; SILVA, P. M. L.; TEODORO, G.; GIGANTE, P. C. S. C.; PIMENTA, C. N. F.; SOUSA, V.; RIBEIRO, D. C.; CÂMARA, V. M. S.; TOMAZ, A. C. B. E.; BUENO, F. N. Compreendendo a síndrome de Burnout na teoria cognitivo comportamental. **Revista Científica da UNIFENAS**. Número 2, Volume 6, março de 2024. DOI: 10.29327/2385054.6.2-1. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br/index.php/revistaunifenas/article/view/937/364>. Acesso em 13 jun. 2025.

OLIVEIRA, A. L. A.; SILVA, R. S.; TIEPPO, G. R.; ALMEIDA, F. W. (2025). Burnout e estresse ocupacional: intervenções psiquiátricas e mudanças organizacionais para um ambiente de trabalho saudável. **Ciências da Saúde**, Volume 29 - Edição 143/FEV 2025 / 21/02/2025. DOI: 10.69849/revistaft/ra10202502210952. Disponível em: <https://revistaft.com.br/burnout-e-estresse-ocupacional-intervencoes-psiquiatricas-e-mudancas-organizacionais-para-um-ambiente-de-trabalho-saudavel/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Burnout um "fenômeno ocupacional": Classificação Internacional de Doenças (2019)**. Disponível em:

<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/burn-out-an-occupational-phenomenon>. Acesso em: 29 nov. 2024.

PERNICIOTTI, P.; JÚNIOR, C. V. S.; GUARITA, R. V.; MORALES, R. J.; ROMANO, B. W. Síndrome de Burnout nos profissionais de saúde: atualização sobre definições, fatores de risco e estratégias de prevenção Burnout. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 35–52, 2020. DOI: 10.57167/Rev-SBPH.23.98. Disponível em: <https://revistasbph.emnuvens.com.br/revista/article/view/98>. Acesso em: 14 jun. 2025.

PINHEIRO, J. P.; SBCIGO J. B.; REMOR. Associação da empatia e do estresse ocupacional com o burnout em profissionais da atenção primária à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(9):3635-3646, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.30672018>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SALES, E.; MEIRELLES, L.; ANDRADE, R.; SILVA, É. L.; JÚNIOR, E.S. (2022). Investigação sobre a síndrome de Burnout em cuidadores de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. **Concilium**. 22. 333-345. 10.53660/CLM-681-736. DOI: 10.53660/CLM-681-736. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366458569_Investigacao_sobre_a_sindrom_e_de_Burnout_em_cuidadores_de_crianças_e_adolescentes_com_Transtorno_do_Espectro_Autista. Acesso em: 13 jun. 2025.

SANTOS, H. M. M.; FONTES, C. J. F.; LIMA, D. S. Síndrome de Burnout e qualidade de vida dos profissionais da atenção primária à saúde durante a pandemia de COVID- 19, em município da Amazônia Brasileira. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1–19, 2022. DOI: 10.25118/2763-9037.2022.v.12.410. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/410>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, T. M.; SARAIVA, P. M.; LIMA, J. H. R.; BEZERRA, G. V. A.; ARAÚJO, K.A.; AGOSTINHO, T. B. Cuidar de quem cuida: um olhar para o desenvolvimento humano e a saúde mental dos cuidadores. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 12, p. 4109–4115, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i12.17703. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17703>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, J. A. S.; DIAS, D. M.; PEDROSA, G. A.; MARTINS, T. M. M.; VALIO, M. R. B.; GALVÃO, G. O.; NETO, I. N. S.; NASCIMENTO, C. M. burnout em profissionais da saúde: impactos na qualidade de vida e bem-estar. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. XV, n. XLI, p.5892-5902, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/levv15n41-071>. Acesso em: 9 jun.2025.

SILVA, G. N. e. (Re)conhecendo o estresse no trabalho: uma visão crítica. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 51-61, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, L. A.; ROSSANELLI, J. J. N. A **Saúde Mental do Trabalhador: Síndrome de Burnout**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário UNIFACCAMP – curso de Psicologia. Campo Limpo Paulista, 2021. Disponível em:

<https://www.unifaccamp.edu.br/repository/artigo/arquivo/03122021061020.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, G. de N. e. (Re)conhecendo o estresse no trabalho: uma visão crítica. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 51-61, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000100005&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 11 jun. 2025.

SOUSA, J. F. de. TERAPIA COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 748–764, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4361644. Disponível em:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/148>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SOUZA, L. F. S. C.; BEZERRA, M. M. M. Síndrome de Burnout e os Cuidados da Terapia Cognitivo-Comportamental. Id on Line **Rev. Mult. Psic.** V.13, N. 47 p. 1060-1070, Outubro 2019 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SCHENKEL, Y. V. de S.; SILVEIRA, A. da.; SOCCOL, K. L. S.; CENTENARO, A. P. F. C.; HILDEBRANDT, L. M. Acolhimento institucional na voz de cuidadoras de crianças e adolescentes que vivem em Casa Lar. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S. l.], v. 13, p. e13, 2023. DOI: 10.5902/2179769272181. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/72181>. Acesso em: 11 jun. 2025.

TOMAZ, H.C.; TAJRA, F.S, LIMA, A.C.G.; SANTOS, M.M. Síndrome de Burnout e fatores associados em profissionais da Estratégia Saúde da Família. **Interface** (Botucatu). 2020; 24(Supl. 1): e190634. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190634>. Acesso em: 15 jun. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Edineia Santos Barros – Bacharel em Psicologia – FAMAP. E-mail:
edineiabarros7@gmail.com

André Benassuly Arruda – Docente – FAMAP. E-mail:
profpsi21@faculdefamap.edu.br

Genecy Roberto dos Santos Bachinski – Docente – FAMAP. E-mail:
genecypsi@hotmail.com

Geny Roberto dos Santos – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Helena Cristina Santos Nascimento – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Josie Rodrigues Vieira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Marineide Aquino de Souza – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Maria Clara Nascimento Teixeira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Sinandra Carvalho dos Santos Fernandes – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da afetividade no contexto da educação infantil, destacando como os vínculos afetivos estabelecidos entre professores e crianças influenciam diretamente no processo de aprendizagem, no desenvolvimento emocional e na formação da autonomia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, fundamentada na análise de dez estudos publicados entre 2019 e 2024, que abordam o tema sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Os resultados apontam que, embora a afetividade seja amplamente reconhecida como essencial na prática pedagógica, ela ainda é pouco sistematizada nas diretrizes oficiais e frequentemente negligenciada pelas políticas educacionais. Os estudos revelam, ainda, que ambientes escolares afetivos favorecem o engajamento, a autoestima e a

permanência das crianças, especialmente quando o afeto é intencionalmente incorporado ao planejamento pedagógico. Além disso, a revisão destaca que a ausência de relações afetivas consistentes pode agravar desigualdades sociais, emocionais e acadêmicas, afetando o direito das crianças a uma educação de qualidade. Conclui-se que a afetividade, longe de ser um atributo secundário, deve ser compreendida como eixo central de uma prática docente ética, sensível e comprometida com a formação integral da criança.

Palavras-Chave: Educação Infantil; Afetividade; Relação Professor-Aluno; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A afetividade é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento humano, exercendo influência direta sobre os aspectos emocionais, sociais e cognitivos do indivíduo desde os primeiros anos de vida. Na educação infantil, fase marcada por intensas descobertas e formação da personalidade, a afetividade adquire papel central no processo de ensino-aprendizagem. O vínculo estabelecido entre educador e criança, quando pautado pelo afeto, respeito e empatia, favorece a construção de um ambiente seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral da criança.

Autores como Henri Wallon e Lev Vygotsky reforçam a indissociabilidade entre o desenvolvimento afetivo e o cognitivo, destacando que o aprendizado ocorre de forma mais eficaz quando há envolvimento emocional e relações de confiança entre os sujeitos. Dessa forma, o professor não deve ser visto apenas como um transmissor de conhecimentos, mas como um mediador que, ao estabelecer vínculos afetivos com seus alunos, estimula a autonomia, a autoestima e o desejo de aprender. Com base nesse entendimento, torna-se necessário refletir sobre o papel da afetividade nas práticas pedagógicas da educação infantil e sobre como ela pode ser conscientemente promovida pelos profissionais da área.

A escolha deste tema justifica-se pela crescente necessidade de humanização das relações no ambiente escolar, especialmente nas etapas iniciais da educação básica. Em um cenário educacional, muitas vezes marcado pela ênfase nos resultados cognitivos, torna-se urgente resgatar o olhar sensível sobre a criança como sujeito de direitos e necessidades emocionais. Compreender a afetividade como parte integrante do processo

educativo é também um passo importante para a valorização do trabalho docente e para a construção de práticas pedagógicas mais empáticas, éticas e transformadoras.

Diante disso, formula-se o seguinte problema de pesquisa: como a afetividade influencia o processo de aprendizagem e o desenvolvimento emocional das crianças na educação infantil? Parte-se da hipótese de que a construção de vínculos afetivos entre professor e aluno favorece não apenas o desempenho escolar, mas também o fortalecimento da identidade, da autoestima e da segurança emocional das crianças.

Nesse contexto, a relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para uma educação mais sensível às necessidades emocionais das crianças, promovendo uma formação integral que valorize tanto o aspecto cognitivo quanto o afetivo. Além disso, ao lançar luz sobre as contribuições da Psicologia para a prática pedagógica, a pesquisa pretende colaborar com a formação de educadores mais conscientes do impacto de suas relações interpessoais no desenvolvimento infantil.

Assim, este estudo tem como objetivo geral compreender a importância da afetividade no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Como objetivos específicos, busca-se: identificar como os vínculos afetivos entre educadores e crianças influenciam o desenvolvimento emocional e cognitivo; investigar práticas pedagógicas que valorizem a afetividade na rotina escolar; analisar a percepção dos professores sobre o papel da afetividade na educação infantil; refletir sobre as contribuições da Psicologia no fortalecimento das relações afetivas no contexto escolar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, com abordagem integrativa. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos à afetividade no contexto da educação infantil, valorizando as experiências e percepções dos sujeitos envolvidos. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é apropriada quando o objetivo é compreender fenômenos em sua complexidade, considerando aspectos subjetivos e simbólicos.

O caráter exploratório justifica-se pela intenção de ampliar o conhecimento sobre a temática da afetividade nas práticas pedagógicas, especialmente nas séries iniciais,

onde a formação de vínculos é essencial. Já a revisão integrativa foi adotada como método de investigação bibliográfica, pois permite a síntese de resultados de pesquisas anteriores de forma sistemática, favorecendo a construção de uma base teórica sólida e atualizada sobre o tema.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica com enfoque integrativo, os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram artigos científicos, livros, dissertações e outros documentos acadêmicos disponíveis em bases como Scielo, Google Scholar, Periódicos CAPES, Repositórios Institucionais e bibliotecas virtuais.

Os critérios de inclusão consideraram publicações entre os anos de 2015 e 2024, que abordassem a relação entre afetividade, aprendizagem e educação infantil. Para garantir a confiabilidade dos dados, foram selecionados apenas textos completos, com rigor metodológico e reconhecimento acadêmico. Foram excluídos materiais de caráter opinativo, sem fundamentação teórica ou metodológica consistente.

Os dados obtidos serão submetidos à análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), que permite a organização, categorização e interpretação dos dados de forma sistemática. Essa técnica visa identificar núcleos de sentido nas obras analisadas, agrupando os conteúdos em categorias temáticas que evidenciem a presença e a relevância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil.

A análise será realizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, os textos serão lidos e posteriormente organizados conforme critérios temáticos. Na etapa de exploração, serão extraídas passagens significativas e construídas categorias analíticas. Por fim, no tratamento dos dados, serão estabelecidas conexões entre os resultados encontrados e os objetivos propostos nesta pesquisa.

RESULTADO E DISCUSSÕES

A partir do levantamento realizado, dez estudos foram selecionados para compor o corpus da presente revisão. Esses trabalhos, produzidos entre os anos de 2019 e 2024, abordam diferentes recortes sobre a afetividade na educação infantil, com métodos variados e enfoques complementares. A sistematização dessas produções permitiu

observar tendências recorrentes, lacunas ainda pouco exploradas e a diversidade de abordagens sobre o tema.

Em vez de seguir uma única linha metodológica, os estudos reunidos se distribuem entre investigações qualitativas, revisões teóricas e análises documentais. Essa diversidade contribuiu para ampliar a compreensão sobre como a afetividade se manifesta em práticas educativas, em políticas públicas e no cotidiano das salas de aula. Os dados extraídos desses trabalhos foram organizados em uma tabela síntese, que serviu de base para esta etapa descritiva.

Uma parte significativa dos artigos analisou diretamente a relação entre professor e aluno na primeira infância, evidenciando o impacto do vínculo afetivo no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Outros estudos focaram nos efeitos da afetividade no processo de construção da autonomia infantil ou na promoção de ambientes escolares mais seguros e acolhedores. Também houve trabalhos que destacaram o papel da afetividade no planejamento pedagógico e na formação docente.

A produção científica mais recente concentra-se sobretudo a partir de 2020, o que pode estar relacionado ao aumento do debate público sobre saúde mental e relações humanas no ambiente educacional, especialmente após o contexto da pandemia. A análise dos objetivos e resultados descritos nos artigos revela, ainda que em recortes diferentes, um ponto em comum: o reconhecimento da afetividade como elemento estruturante da prática pedagógica e não apenas como um recurso complementar.

Na totalidade dos trabalhos, observou-se também a presença de referenciais teóricos clássicos, como Vygotsky e Wallon, frequentemente associados a autores contemporâneos que buscam atualizar essas contribuições às demandas da educação atual. Essa combinação teórica conferiu densidade aos estudos e reforçou a articulação entre teoria e prática.

Os resultados desta revisão, portanto, não consistem em dados numéricos ou estatísticos, mas na consolidação textual de evidências qualitativas que sustentam a importância da afetividade no processo educativo infantil. A seguir, a Tabela 1 reúne os principais dados dos estudos revisados, permitindo uma visualização clara e objetiva das contribuições analisadas.

TABELA 1: caracterização dos estudos analisados

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL
Amorim; Calil (2020)	A afetividade nos documentos oficiais da educação infantil: uma questão a ser explorada	Análise documental	Analisar a presença da afetividade nos documentos oficiais da educação infantil.
Porto et al. (2020)	Afetividade na Educação: Relação Professor-Aluno, Contribuições para o Ensino-Aprendizagem	Pesquisa bibliográfica e qualitativa	Compreender o papel da afetividade entre professor e aluno no ensino de período integral.
Almeida (2022)	Afetividade na educação infantil: crianças de 4 e 5 anos de idade	Pesquisa bibliográfica e observação	Investigar como a afetividade auxilia no processo de ensino e aprendizagem de crianças na educação infantil.
Lopes (2023)	A afetividade na educação infantil: o que dizem as professoras	Pesquisa de campo com abordagem qualitativa	Analisar a compreensão das professoras sobre a afetividade na relação professor-criança
Teixeira (2020)	O afeto entre estudante e professor e sua relevância para os processos de ensino-aprendizagem	Pesquisa bibliográfica e estudo de caso	Compreender como a afetividade pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças.
De Oliveira (2020)	A afetividade na educação infantil: um estudo bibliográfico na perspectiva de Henri Wallon	Revisão bibliográfica	Mapear pesquisas que discutem a afetividade na educação infantil à luz da teoria de Henri Wallon
Silva (2019)	Afetividade e autonomia na educação infantil	Estudo de caso com diário de bordo	Analisar a relação entre afetividade e construção da autonomia no processo de transição entre ciclos na educação infantil.
Souza (2019)	Afetividade na educação infantil	Revisão bibliográfica	Estudar a afetividade como componente das relações de ensino-aprendizagem na educação infantil.
Rodrigues; Blaszkó (2021)	A afetividade na relação professor-aluno e o processo ensino-aprendizagem	Pesquisa bibliográfica	Discutir a importância da afetividade na relação professor-aluno e seu impacto no processo de ensino-aprendizagem.
Braga et al., (2024)	Afetos desiguais: marcadores sociais e afetividade na educação infantil	Análise crítica e revisão teórica	Discutir as desigualdades afetivas na educação infantil e seus impactos nas relações escolares.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Discussão

Afetividade nos Documentos Oficiais e na Organização Escolar

Ao percorrer a produção científica dos últimos anos, torna-se evidente que a afetividade na educação infantil deixou de ser um tema marginalizado para se consolidar como eixo estruturante das práticas pedagógicas. A presente revisão, composta por estudos de distintas abordagens e metodologias, revela um movimento comum: a busca por compreender como os vínculos emocionais influenciam diretamente nos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento integral da criança. Essa convergência teórica não ocorre por acaso; ela se ancora em evidências empíricas que demonstram

que o afeto é mais do que um elemento subjetivo — é fundamento das relações pedagógicas eficazes.

No estudo de Amorim e Calil (2020), por exemplo, essa questão ganha contornos institucionais. As autoras evidenciam uma contradição relevante: apesar da valorização retórica do desenvolvimento integral nos documentos oficiais, o aspecto afetivo é tratado de forma vaga, quase como um subtexto. Essa ausência normativa não é neutra; ela produz efeitos concretos na prática docente, especialmente quando o educador se vê desamparado por políticas públicas que sustentem ações pedagógicas centradas no cuidado emocional. O artigo, nesse sentido, denuncia a urgência de atualizar os marcos legais da educação infantil para que a afetividade seja não apenas reconhecida, mas regulamentada como parte do processo formativo.

Na contramão da omissão institucional, o estudo de Porto et al. (2020) propõe um olhar experiencial. Os autores exploram a afetividade como elo entre o tempo escolar prolongado e o fortalecimento de vínculos significativos. Em contextos de jornada integral, argumentam, o tempo torna-se aliado para o cultivo de relações mais sólidas, desde que haja intencionalidade pedagógica. Essa perspectiva nos convida a repensar o tempo escolar não apenas como quantidade, mas como qualidade relacional. Quando professores conseguem reconhecer e validar as emoções das crianças, abrem-se caminhos para a escuta, o respeito mútuo e, sobretudo, para uma aprendizagem que faz sentido.

Outro ponto relevante é a análise de Amorim e Calil (2020), que volta o olhar para os documentos oficiais da educação infantil e identifica a afetividade como um aspecto pouco explorado nos marcos regulatórios. Ainda que haja menções à importância do acolhimento e do desenvolvimento integral, os autores argumentam que o discurso institucional muitas vezes se distancia das práticas escolares efetivas. Essa lacuna entre norma e realidade pedagógica evidencia a necessidade de políticas públicas mais coerentes com os saberes da prática e com os desafios vivenciados por educadores no cotidiano das instituições.

Em diálogo com essa crítica, o estudo de Porto et al. (2020) destaca a afetividade como fator decisivo para o sucesso da experiência escolar em tempo integral. A pesquisa evidencia que o aumento da carga horária nas escolas públicas exige não apenas mais conteúdo, mas também relações mais profundas e consistentes entre professores e alunos. A afetividade, nesse cenário, deixa de ser uma “camada extra” da prática

pedagógica para se tornar condição indispensável à permanência e ao bem-estar das crianças nas instituições. Sem vínculos, o tempo ampliado pode se tornar apenas uma extensão da rotina exaustiva.

Alguns estudos, como o de Braga et al. (2024), ampliam essa concepção ao evidenciar como as estruturas escolares — organização do tempo, divisão dos espaços, número de alunos por turma — também influenciam as possibilidades de vínculo. Ambientes superlotados, jornadas extenuantes e ausência de planejamento coletivo minam as condições para a construção de relações afetivas genuínas. Dessa forma, promover a afetividade exige repensar também os aspectos organizacionais da escola.

Afeto, Práticas Docentes e Desafios da Formação

A partir de uma abordagem mais empírica, Almeida (2022) aprofunda essa análise com base na observação do comportamento de crianças de quatro e cinco anos em sala de aula. O estudo aponta que o afeto funciona como catalisador da participação infantil: crianças acolhidas emocionalmente tendem a se envolver mais nas atividades, a demonstrar curiosidade e a estabelecer interações saudáveis com os colegas. A autora não romantiza a afetividade — pelo contrário, destaca os desafios de mantê-la em contextos escolares marcados pela pressa e pela rotinização. Ainda assim, conclui que o afeto é um terreno fértil para o florescimento da autonomia, da linguagem e da autoestima.

Lopes (2023), ao reunir a voz de profissionais da educação, traz à tona uma dimensão muitas vezes silenciada: a do cansaço docente diante da cobrança por afetividade em cenários de escassez. O estudo evidencia que, embora as professoras compreendam o valor do afeto, sentem-se atravessadas por dilemas estruturais que dificultam sua prática — desde a precarização do trabalho até a falta de formação continuada. Ainda assim, o discurso das educadoras revela uma resistência ética: mesmo diante das adversidades, elas persistem na tentativa de criar vínculos significativos com seus alunos, reafirmando a afetividade como escolha política e ato de compromisso com a infância.

A contribuição de Teixeira (2020) também enriquece esse debate ao abordar a relevância do afeto no desenvolvimento cognitivo e emocional. O autor sustenta que a aprendizagem significativa não pode ser reduzida a mera transmissão de conteúdos, pois

depende da mediação afetiva para se concretizar. Essa mediação, segundo ele, não ocorre de forma automática, mas requer sensibilidade, escuta ativa e disposição para compreender o outro em sua complexidade.

A pesquisa de De Oliveira (2020) reforça essa leitura ao retomar os fundamentos teóricos de Henri Wallon. Para o autor francês, emoção e cognição são aspectos indissociáveis do desenvolvimento infantil, sendo a afetividade o eixo a partir do qual se organizam os demais processos psíquicos. Oliveira retoma essa concepção para criticar práticas escolares que desconsideram o universo emocional das crianças, tratando o afeto como algo “extra”, e não como parte constitutiva da educação.

No estudo de Silva (2019), a afetividade aparece em diálogo com a autonomia infantil, em um contexto específico: o da transição entre os ciclos da educação infantil. A autora, por meio de um estudo de caso e diário de bordo, mostra como a criação de vínculos seguros possibilita à criança enfrentar esse momento de ruptura com mais confiança e equilíbrio emocional. Não se trata de proteger excessivamente, mas de criar um ambiente onde o afeto funcione como suporte para a exploração e a experimentação.

Souza (2019) retoma uma discussão mais ampla ao investigar o papel da afetividade nas relações de ensino-aprendizagem de forma geral. Sua revisão bibliográfica reforça a ideia de que o afeto é elemento transversal, que perpassa todas as etapas do processo educativo, do planejamento à avaliação. O estudo problematiza a fragmentação entre o “ensinar” e o “cuidar”, tão presente nas práticas pedagógicas e ainda mais visível na educação infantil. Para o autor, superar essa dicotomia exige um olhar integral sobre a criança, entendendo-a como sujeito de direitos e não apenas como destinatária de conteúdos.

Rodrigues e Blaszkowski (2021) avançam nesse argumento ao discutirem como a afetividade influencia diretamente a relação entre professor e aluno. A pesquisa revela que professores que desenvolvem escuta empática e constroem vínculos afetivos com seus alunos percebem maior engajamento, melhor comportamento e resultados mais consistentes na aprendizagem. No entanto, os autores também alertam para os riscos da idealização dessa relação: o afeto, quando utilizado de forma manipuladora ou desproporcional, pode se tornar fonte de dependência ou desrespeito à individualidade da criança. A afetividade, portanto, deve ser cultivada de forma ética, respeitando os limites e as necessidades de ambas as partes.

Outro aspecto que se destaca nos estudos é a interdependência entre afetividade e reconhecimento. Vários autores, direta ou indiretamente, apontam que a criança só se sente verdadeiramente acolhida quando é reconhecida em sua individualidade, com suas histórias, ritmos e modos de existir. Isso significa que o afeto não pode ser padronizado nem instrumentalizado. Ele precisa partir da escuta genuína e do respeito às múltiplas infâncias que habitam o espaço escolar. Nesse sentido, a afetividade se aproxima de uma ética do cuidado, como propõe o pensamento de autores contemporâneos como Nel Noddings e Carla Rinaldi.

Desigualdades Afetivas, Intencionalidade Pedagógica e Prática Ética

O estudo de Braga et al. (2024) introduz um elemento muitas vezes negligenciado nas discussões sobre afetividade: a intersecção com marcadores sociais da diferença, como raça, gênero e classe. Ao analisar a ideia de “afetos desiguais”, os autores evidenciam que nem todas as crianças experimentam o mesmo tipo de acolhimento afetivo na escola. Crianças negras, por exemplo, são mais frequentemente associadas à indisciplina e, por isso, recebem menos gestos de carinho e cuidado. A análise crítica proposta pelo estudo nos obriga a reconhecer que o afeto, na prática escolar, não é neutro — ele carrega também as marcas de desigualdades históricas e estruturais.

Esse recorte trazido por Braga et al. é essencial para complexificar a compreensão da afetividade. Não se trata apenas de incentivar relações calorosas entre adultos e crianças, mas de questionar quais crianças têm acesso a essas relações e quais são sistematicamente excluídas delas. O estudo reforça a importância de pensar a afetividade em diálogo com a justiça social, reconhecendo que um projeto pedagógico verdadeiramente afetivo precisa também ser antirracista, inclusivo e atento às múltiplas formas de opressão que atravessam o cotidiano escolar.

A discussão também revela que a afetividade tem um papel estruturante na prevenção da evasão escolar ainda nos primeiros anos da vida acadêmica. Embora a evasão na educação infantil seja um fenômeno menos quantificado do que no ensino fundamental ou médio, estudos como o de Silva (2019) apontam que a ausência de vínculos afetivos pode gerar resistência à escola, comportamento retraído ou agressivo, e até abandono precoce da instituição. Investir em relações afetivas desde a primeira infância, portanto, é uma estratégia potente de permanência e de inclusão.

O conjunto de pesquisas analisadas nesta revisão permite afirmar que a afetividade na educação infantil não é um conceito abstrato ou poético. Ela se traduz em práticas pedagógicas concretas: o modo como o professor acolhe uma pergunta, a maneira como reage ao erro, o tipo de linguagem que utiliza, a atenção ao corpo da criança. Todos esses gestos comunicam afeto — ou sua ausência.

Como observam Porto et al. (2020), essas pequenas interações cotidianas são a base sobre a qual se constrói (ou não) o desejo de aprender. É importante ressaltar, por fim, que a afetividade não substitui a intencionalidade pedagógica, mas a sustenta. Uma prática pedagógica afetiva não é sinônimo de permissividade ou ausência de limites. Ao contrário: ela se baseia em relações firmes, porém respeitosas, que transmitem segurança às crianças e favorecem o desenvolvimento da autorregulação emocional.

Vários estudos discutem a importância de estabelecer rotinas, regras claras e momentos de escuta afetiva como formas de educar para a convivência e o autocuidado. Diante disso, compreende-se que a afetividade é tanto um princípio quanto uma prática, um horizonte ético e uma postura cotidiana. Ela desafia o educador a se implicar no processo educativo não apenas com o intelecto, mas também com a sensibilidade. E desafia a escola a ser um espaço onde as relações humanas importem tanto quanto os conteúdos ensinados. Nesse sentido, todos os estudos analisados convergem em uma mesma direção: sem afeto, não há educação que se sustente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marizeth Silva de. **Afetividade na educação infantil: crianças de 4 e 5 anos de idade**. 2022. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Federal Goiano, Campus Iporá, Iporá, 2022. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/31110/3/tcc_Marizeth%20Silva%20de%20Almeida.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

AMORIM, G. C. L. A afetividade na relação professor-aluno e o processo ensino-aprendizagem. **Revista Rease**, v. 7, n. 10, p. 135–146, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2891>. Acesso em: 6 maio 2025.

AMORIM, G. C. L.; CALIL, A. M. G. C. A afetividade nos documentos oficiais da educação infantil: uma questão a ser explorada. **Devir Educação**, v. 4, n. 8, p. 194–213, 2020. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/202>. Acesso em: 6 maio 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
Disponível em: <https://docplayer.com.br/13123538-Laurence-bardin-analise-de-conteudo.html>. Acesso em: 05 maio 2025.

BOTELHO, Liziane L.; CUNHA, Cristina C. A. da; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestao/article/view/1220>. Acesso em: 05 maio 2025.

BRAGA, D. S.; SILVA, C. S.; LOPES, G. V. M.; NUNES, A. P. A.; CARVALHO, M. Ângela B. de. **Afetos desiguais: marcadores sociais e afetividade na Educação Infantil**. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7699. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7699>. Acesso em: 31 maio 2025.

DE OLIVEIRA, Juliana. **A afetividade na educação infantil**: um estudo bibliográfico na perspectiva de Henri Wallon. 2022.

LIMA, R. S.; MONTEIRO, G. F. A importância da afetividade na aprendizagem da criança na educação infantil. **Revista Educação Pública**, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/afetividade-nas-relacoes-educativas-uma-abordagem-da-educacao-infantil>. Acesso em: 29 mar. 2025.
LOPES, Raiane Ellen Albuquerque. **A afetividade na educação infantil: o que dizem as professoras**. 2023. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27538/1/REAL26062023.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

MARTINS, T. A.; RODRIGUES, P. F. Psicologia e educação: contribuições da afetividade para o desenvolvimento infantil. **Revista Finom Humanidade e Tecnologia**, n. 25, 2021. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/2064. Acesso em: 29 mar. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-309060>. Acesso em: 05 maio 2025.

OLIVEIRA, J. de. **A afetividade na educação infantil: um estudo bibliográfico na perspectiva de Henri Wallon**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4882>. Acesso em: 6 maio 2025.

OLIVEIRA, M. L. et al. A importância da afetividade na educação infantil. **Faculdade Multivix**, 2017. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/a->

importancia-da-afetividade-no-desenvolvimento-da-crianca-na-educacao-infantil.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

PORTO, Romenia Alves Ferreira et al. Afetividade na Educação: Relação Professor-Aluno, Contribuições para o Ensino Aprendizagem/Affectivity in Education: Teacher-Student Relationship, Contributions to Teaching and Learning. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 14, n. 52, p. 1-15, 2020.

RODRIGUES, G. M. M. M.; BLASZKO, Carolina Elizabel; UJIIE, Nájela Tavares. A afetividade na relação professor-aluno e o processo ensino-aprendizagem. In: **Colloquium Humanarum**. 2021. p. 61-76.

SANTOS, A. P. S.; CARAÚBAS, R. A afetividade e a aprendizagem na educação infantil. **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**, 2017. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2404040/SANTOS%3B%2BCARAU%C2%B4BAS%2B-%2B2017.1.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SILVA, E. F.; SOUZA, L. C.; CARVALHO, R. M. A importância da afetividade na educação da criança. **Revista Dialnet**, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4003609.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SILVA, J. A. F. da. **Afetividade e autonomia na educação infantil**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/46475>. Acesso em: 6 maio 2025.

SOUSA, Fabiane da Silva de; SILVA, Adriana Cristina da. A pesquisa qualitativa na prática: uma abordagem metodológica. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 10, n. 1, p. 161-174, 2019. Disponível em: <https://faema.edu.br/revistas/index.php/revistafaema/article/view/744>. Acesso em: 05 maio 2025.

SOUZA, C. T. de A. Afetividade na educação infantil. **Revista Inclusiones**, v. 6, n. 2, p. 232–245, 2019. Disponível em: <https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/1933>. Acesso em: 6 maio 2025.

SOUZA, T. M.; LIMA, V. M.; BARRETO, F. G. A contribuição da Psicologia Escolar para a afetividade na aprendizagem. **Repositório UFPB**, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32609>. Acesso em: 29 mar. 2025.

TEIXEIRA, Kéller Barroso. **O afeto entre estudante e professor e sua relevância para os processos de aprendizagem e de ensino**. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO POLICIAL MILITAR: RISCOS À SAÚDE MENTAL E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Wedson Leal dos Santos – Bacharel em Psicologia – FAMAP. Email:
wedsonleal2013@gmail.com

André Benassuly Arruda – Docente – FAMAP. E-mail:
profpsi21@faculdefamap.edu.br

Genecy Roberto dos Santos Bachinski – Docente – FAMAP. E-mail:
genecypsi@hotmail.com

Geny Roberto dos Santos – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Helena Cristina Santos Nascimento – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Josie Rodrigues Vieira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Marineide Aquino de Souza – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Maria Clara Nascimento Teixeira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Sinandra Carvalho dos Santos Fernandes – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos psicossociais do trabalho policial militar, com ênfase nos riscos à saúde mental e nas estratégias de prevenção identificadas na literatura científica. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, conduzida por meio de revisão integrativa da literatura, com recorte temporal entre os anos de 2018 e 2024. Foram selecionados e analisados dez artigos científicos que

abordam diretamente o sofrimento psíquico de policiais militares, considerando fatores como exposição à violência, rigidez hierárquica, carga horária excessiva e ausência de suporte institucional. Os resultados apontam para um quadro recorrente de adoecimento mental, manifestado principalmente por sintomas de estresse, ansiedade, depressão e Burnout. Constatou-se também a presença de barreiras institucionais, como o estigma e a invisibilização do sofrimento. Apesar das limitações nas políticas públicas voltadas ao cuidado psicológico, algumas iniciativas de prevenção demonstraram potencial positivo, como programas de escuta ativa, capacitação de lideranças e práticas de autocuidado. Conclui-se que a saúde mental dos policiais militares exige uma abordagem multidimensional e institucionalizada, que reconheça o sofrimento como uma dimensão legítima da atuação profissional.

Palavras-chave:

Saúde mental; Polícia Militar; Riscos psicossociais.

INTRODUÇÃO

O exercício da atividade policial militar no Brasil envolve um conjunto de exigências físicas, emocionais e sociais que, ao longo do tempo, impactam diretamente a saúde mental dos profissionais envolvidos. A rotina desses trabalhadores é marcada pela exposição constante à violência, ao risco de morte, à pressão hierárquica e ao conflito entre o dever institucional e os valores pessoais, elementos que contribuem para o surgimento de sérios agravos psíquicos.

Pesquisas indicam que o ambiente organizacional militarizado pode atuar como agente adoecedor, ao estimular a negação dos afetos, a competitividade excessiva e a supressão de emoções como medo, angústia e vulnerabilidade. Tais dinâmicas, quando associadas à ausência de suporte institucional adequado, contribuem para a invisibilização do sofrimento psíquico no interior das corporações (Barbosa, Macedo & Silveira, 2011). Como consequência, transtornos como depressão, ansiedade, Burnout e ideação suicida têm se tornado cada vez mais comuns entre os policiais militares (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2022; Chaves; Shimizu, 2018).

O Relatório Nacional de Saúde Mental na Segurança Pública, publicado pelo Ministério da Justiça (2022), já alertava para o crescimento contínuo dos índices de adoecimento psíquico nessa categoria profissional. Embora algumas iniciativas tenham sido criadas — como grupos de escuta ativa, práticas de atenção plena e programas

internos de apoio psicológico —, sua efetividade é limitada pela falta de continuidade e pela fragilidade do respaldo institucional (Alves; Bendassolli; Gondim, 2017; Santos Et Al., 2021).

Além do estresse inerente à função, os policiais convivem diariamente com pressões institucionais intensas: rigidez disciplinar, cobrança por resultados e exposição permanente a cenários de conflito. Muitas vezes, esses fatores são agravados pela escassez de recursos materiais e humanos, dificultando inclusive a preservação da própria integridade física. Esse cenário contribui para a consolidação de uma cultura organizacional baseada na repressão das emoções e na negação do sofrimento, impedindo a expressão legítima do mal-estar e desencorajando a busca por ajuda (Silva & Bueno, 2017; Babolim, Becker & Guisso, 2019).

Paralelamente, cresce no Brasil o debate sobre os efeitos psíquicos da atividade policial não apenas enquanto função, mas como experiência humana, vivida por sujeitos que sentem, adoecem e necessitam de cuidado. Programas implantados por algumas Polícias Militares estaduais, como os dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, têm buscado responder a essa demanda por meio de ações como atendimento psicológico interno, oficinas de autocuidado e treinamentos em inteligência emocional (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Contudo, ainda há escassez de estudos que avaliem com profundidade os impactos e a eficácia dessas iniciativas, o que evidencia a importância de pesquisas que articulem teoria e prática, capazes de subsidiar políticas públicas estruturadas e duradouras voltadas ao bem-estar mental desses profissionais.

Diante desse panorama, este estudo propõe-se a investigar os principais fatores psicossociais que influenciam o adoecimento mental de policiais militares, com foco nas estratégias de prevenção já registradas na literatura científica entre os anos de 2018 e 2024. A intenção é contribuir para o fortalecimento de políticas institucionais mais eficazes, embasadas em dados empíricos e sustentadas por uma abordagem humanizada da saúde mental na segurança pública.

A escolha deste tema também se fundamenta em uma vivência pessoal do autor, policial militar em exercício no estado do Pará. Em 03 de agosto de 2022, durante um momento de folga, o autor presenciou uma tentativa de homicídio e interveio com o uso de arma de fogo, conseguindo evitar a morte da vítima e conter os agressores. A

ocorrência, registrada oficialmente e descrita integralmente no Anexo A, gerou impactos emocionais significativos, ainda que a ação tenha ocorrido dentro da legalidade.

Essa experiência despertou reflexões profundas sobre o custo psíquico das decisões tomadas sob pressão, o papel das instituições diante do sofrimento de seus agentes e a ausência de suporte psicológico formal no acompanhamento pós-ocorrência. Assim, a vivência direta das consequências emocionais da função policial foi um fator determinante na escolha do presente estudo, reforçando a urgência de se discutir com seriedade os impactos psicossociais da atividade policial militar no Brasil contemporâneo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, fundamentada em produções científicas publicadas nos últimos anos sobre a saúde mental de profissionais da Polícia Militar. Essa abordagem foi escolhida por permitir o levantamento, análise e interpretação crítica de estudos já publicados, visando aprofundar a compreensão sobre os impactos psicossociais vivenciados por esses profissionais e as estratégias preventivas propostas na literatura (De Lunetta; Guerra, 2023).

Quanto ao seu objetivo, esta pesquisa classifica-se como descritiva e explicativa, uma vez que busca, por um lado, descrever os principais fatores que influenciam o sofrimento psíquico de policiais militares e, por outro, explicar como o contexto institucional, a cultura organizacional e a ausência de políticas estruturadas contribuem para esse cenário.

Foi empregado o método de revisão integrativa, conforme descrito por Dantas et al. (2021), o qual possibilita a síntese de resultados de pesquisas empíricas e teóricas, oferecendo uma visão abrangente do estado atual do conhecimento sobre o tema. Essa metodologia permite integrar diferentes tipos de estudos – qualitativos, quantitativos e revisões – ampliando o entendimento da problemática.

Adotou-se uma abordagem qualitativa para o tratamento dos dados, priorizando a análise de conteúdo das publicações selecionadas. Buscou-se compreender os significados atribuídos pelos autores aos fenômenos analisados, dando ênfase aos aspectos subjetivos e sociais que envolvem a saúde mental no ambiente da Polícia Militar.

Os critérios de inclusão consideraram artigos publicados entre 2018 e 2024, em português, com acesso completo e que abordassem diretamente a temática da saúde mental de policiais militares. Foram excluídas publicações duplicadas, sem acesso ao texto completo ou que não se relacionavam com os objetivos da pesquisa.

Ao todo, foram selecionados e analisados dez artigos científicos que atenderam aos critérios estabelecidos. Os dados extraídos desses estudos foram organizados em eixos temáticos para facilitar a discussão crítica dos resultados, apresentados nos capítulos seguintes. Assim, a presente revisão visa oferecer uma base teórica sólida e atualizada, capaz de subsidiar futuras pesquisas, intervenções práticas e formulações de políticas públicas voltadas ao cuidado com a saúde emocional dos profissionais da segurança pública

Na metodologia aplicada à coleta de dados, foi realizada por meio de busca em bases acadêmicas e científicas como SciELO, LILACS, Google Acadêmico e periódicos indexados nas áreas da psicologia, saúde coletiva e segurança pública., em conformidade com a aplicação de seus recursos de busca.

RESULTADOS

Para a realização deste estudo, buscou-se na literatura o catálogo e análise de dez publicações científicas acerca do emprego de abordagens teóricas e práticas relacionadas aos impactos psicossociais vivenciados por policiais militares, com ênfase nos riscos à saúde mental e nas estratégias de prevenção utilizadas no âmbito institucional. As produções selecionadas, publicadas entre os anos de 2018 e 2025, apresentam diferentes metodologias e enfoques – desde estudos de caso e pesquisas qualitativas até revisões sistemáticas – permitindo uma compreensão ampla e multifacetada da temática.

TABELA 1: caracterização dos estudos analisados

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL
Sousa & Barroso (2023)	Sofrimento psíquico em policiais militares brasileiros: revisão de literatura.	Estudo qualitativo, com entrevistas semiestruturadas	Identificar fatores emocionais relacionados ao cotidiano profissional dos PMs, como estresse, violência e ausência de suporte institucional

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL
Caetano (2024)	Adoecimento Mental E Suicídio De Policiais Militares No Brasil: Uma Análise Da (Ir)Responsabilidade Institucional.	Estudo qualitativo, com base em entrevistas e análise documental.	Discutir o descompasso entre o reconhecimento do sofrimento e a aplicação de medidas efetivas de prevenção.
Ferreira & Dias (2022)	Subjetivação e adoecimento no trabalho policial militar à luz da psicodinâmica.	Qualitativa, com base teórica na psicodinâmica do trabalho.	Investigar como se dá o processo de subjetivação e sofrimento psíquico no contexto do trabalho policial militar, à luz da psicodinâmica do trabalho — especialmente com base na teoria de Christophe Dejours.
Barroso, Sousa & Ribeiro (2024)	Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa.	Revisão integrativa da literatura.	Realizar uma revisão integrativa da literatura científica brasileira sobre saúde mental de policiais, com o intuito de identificar os principais aspectos investigados, os transtornos mais recorrentes, os fatores associados ao adoecimento e as lacunas de pesquisa na área.
Queiroz (2025)	Avaliação psicológica continuada: prevenção do adoecimento mental do policial militar.	Teórico-reflexivo (ensaio).	Discutir a importância da avaliação psicológica continuada como estratégia preventiva ao adoecimento mental de policiais militares, propondo sua institucionalização como política pública permanente no âmbito da segurança pública.
Dias (2023)	Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal.	Qualitativa, com abordagem socioclínica	Analisar, a partir da perspectiva da análise socioclínica , as condições e relações de trabalho que contribuem para o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal, destacando os impactos da cultura organizacional e da estrutura hierárquica na saúde psicológica desses profissionais.
Santos S S. & Saturnino A. S. G. (2023)	O adoecimento psíquico nos policiais militares.	Revisão integrativa.	Analisar os principais fatores que contribuem para o adoecimento psíquico de policiais militares, com ênfase na vivência do estresse ocupacional, nos efeitos da rotina de trabalho exaustiva e na falta de suporte institucional à saúde mental dos profissionais.
Back (2023)	Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública.	Ensaio teórico-reflexivo com base em experiência profissional	Apresentar e discutir a importância da implementação de ações preventivas de acompanhamento psicológico contínuo para agentes de segurança pública, com foco na promoção da saúde mental e na redução dos fatores

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL
			de risco ocupacionais que levam ao adoecimento psíquico.
Santos Souza, R., Oliveira, R. P. de ., & Costa, F. M. . (2024).	A saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar: uma revisão integrativa	Revisão Integrativa.	Caracterizar a produção científica brasileira sobre a saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar. Os resultados apontaram estudos sobre diferentes significados do trabalho; questões de gênero no trabalho; caracterização de lesões e traumas por arma de fogo e seus impactos; sofrimento psíquico
Silva (2023)	O adoecimento dos profissionais da segurança pública: uma abordagem literária sobre o índice das principais patologias que contribuem para o afastamento do trabalho.	Descritivo, qualitativo, literário e narrativa.	Investigar as principais causas do adoecimento dos profissionais da segurança pública com foco na defesa social, visando identificar problemas relativos as principais patologias que causam afastamentos e adoecem esses profissionais do seu posto de trabalho a fim de identificar soluções para conter esse adoecimento para a melhoria do bem comum.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A partir da análise dos artigos selecionados, observa-se uma clara convergência teórica e empírica em torno da ideia de que o trabalho policial militar está profundamente associado a condições geradoras de sofrimento psíquico. Os desafios impostos por essa profissão ultrapassam os riscos físicos: envolvem pressões emocionais, institucionais e sociais que afetam diretamente a saúde mental dos policiais, como apontam Sousa e Barroso (2023) e Ferreira e Dias (2022).

No estudo de Sousa e Barroso (2023), policiais militares relataram sintomas como ansiedade, irritabilidade, insônia e crises emocionais, associando esses quadros a ambientes de trabalho opressivos e violentos e à ausência de suporte psicológico institucional. De forma complementar, a revisão de Santos e Saturnino (2023) destaca o estresse ocupacional crônico como um dos principais vetores do adoecimento emocional, principalmente em contextos com baixa valorização profissional e jornadas de trabalho exaustivas.

Um aspecto recorrente identificado na literatura é a invisibilização institucional do sofrimento emocional, associada à cultura da virilidade e do silêncio emocional, como destaca Caetano (2024). A autora denuncia que o sofrimento mental, mesmo quando evidente, é frequentemente negligenciado pelas lideranças militares e tratado como

fraqueza. Essa percepção também é reforçada nos estudos de Ferreira e Dias (2022) e Dias (2023), que exploram, sob a ótica da psicodinâmica do trabalho e da socioclínica, o modo como o sofrimento é internalizado e naturalizado no cotidiano dos policiais.

No tocante às estratégias de enfrentamento, Caetano (2024) ressalta que a maioria dos policiais ainda recorre a mecanismos desadaptativos, como isolamento social e uso de substâncias, em detrimento de práticas saudáveis como o apoio psicológico. Essa constatação reforça a urgência de promover programas estruturados de apoio psicossocial.

Além disso, a sobrecarga de trabalho e a irregularidade das escalas são destacados nos estudos de Silva (2023) e Dias (2023) como fatores centrais para o agravamento dos quadros de adoecimento mental. Esses autores apontam que a instabilidade da rotina e a imprevisibilidade das demandas de trabalho comprometem o equilíbrio emocional e a qualidade de vida dos agentes.

Por outro lado, embora as causas do adoecimento estejam bem delimitadas, poucas pesquisas apresentam propostas de prevenção robustas e institucionalizadas. Apenas os estudos de Queiroz (2025) e Back (2023) propõem soluções estruturadas, como a avaliação psicológica continuada e a implementação de acompanhamento preventivo como política pública permanente. Essas propostas ainda enfrentam desafios para sua consolidação no ambiente militar, principalmente devido à resistência cultural e à ausência de formação das lideranças em saúde mental.

Nesse sentido, Barroso, Sousa e Ribeiro (2024) destacam, em sua revisão integrativa, a carência de intervenções avaliadas quanto à efetividade, além da sub-representação de pesquisas com recorte de gênero, raça e regionalidade, o que limita a compreensão do sofrimento em sua totalidade.

Essa constatação é coerente com os estudos de Ferreira e Dias (2022), que aplicam os fundamentos da psicodinâmica do trabalho para revelar que o sofrimento psíquico dos policiais militares não é resultado apenas de fatores externos à organização, como a violência urbana, mas também de elementos internos e estruturais das corporações. Esses autores destacam o papel da organização do trabalho na produção de sofrimento moral, sobretudo quando o trabalhador não encontra espaços legítimos de expressão subjetiva. Nas polícias militares, marcadas por uma lógica de comando rígida e autoritária, a experiência emocional do agente é frequentemente silenciada ou

desqualificada, o que amplia o isolamento psicológico e dificulta a elaboração de vivências traumáticas.

Complementando essa perspectiva, o estudo de Dias (2023), por meio da análise socioclínica, evidencia que a cultura institucional da Polícia Militar do Distrito Federal está assentada em um modelo de gestão baseado no medo e na desconfiança. Isso resulta em relações hierárquicas marcadas por tensão, rivalidade e controle excessivo, que reduzem a autonomia dos policiais e inibem a criação de vínculos de confiança. O autor ressalta que a ausência de espaços de escuta protegidos e o despreparo das lideranças para lidar com questões emocionais são fatores diretamente relacionados ao agravamento do sofrimento psíquico. A estrutura organizacional, nesse contexto, funciona como um dispositivo que adoece, marginaliza e silencia.

No que diz respeito ao papel da liderança, Queiroz (2025) argumenta que as práticas de cuidado em saúde mental não podem estar restritas a ações pontuais, emergenciais ou apenas reativas. Para ele, é necessário institucionalizar a avaliação psicológica continuada, como política pública permanente, a fim de detectar precocemente os sinais de sofrimento psíquico e evitar o agravamento dos quadros. Segundo o autor, a avaliação deve ser compreendida não como um instrumento de controle, mas como um dispositivo de cuidado e prevenção, o que requer a mudança da cultura organizacional, com ênfase em lideranças capacitadas, empáticas e comprometidas com a promoção da saúde emocional dos seus subordinados.

A mesma linha é seguida por Back (2023), que reforça a importância de práticas preventivas sistematizadas. A autora apresenta a experiência de acompanhamento psicológico contínuo como forma de reduzir os fatores de risco psicossociais enfrentados por agentes de segurança pública. Em sua análise, fica evidente que a ausência de ações estruturadas de acolhimento favorece a normalização do sofrimento emocional, além de estimular o uso de estratégias de enfrentamento desadaptativas, como o abuso de substâncias ou a negação das emoções. Back também defende que a implementação dessas ações deve vir acompanhada de campanhas de sensibilização e formação ética, com vistas à desestigmatização da saúde mental no meio policial.

Em paralelo, a revisão integrativa conduzida por Barroso, Sousa e Ribeiro (2024) amplia o escopo de análise ao sistematizar os principais transtornos mentais mais prevalentes entre policiais militares — como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático (TEPT) e Burnout — além de identificar lacunas importantes na produção

científica nacional. Entre os principais desafios apontados pelas autoras está a falta de pesquisas longitudinais, a sub-representação de recortes de gênero e raça e a escassez de estudos voltados à efetividade de intervenções institucionais. O estudo reforça que, sem base científica sólida para embasar as ações institucionais, qualquer proposta de cuidado corre o risco de se tornar meramente simbólica, sem impacto real na rotina dos agentes.

Por fim, o trabalho de Caetano (2024) chama atenção para o vínculo entre o adoecimento mental e o suicídio entre policiais militares. A autora destaca que a recorrência de casos de suicídio entre membros da corporação é frequentemente tratada como episódios isolados, o que impede a análise sistêmica do problema. Ela propõe uma abordagem mais integrada, que envolva políticas públicas específicas, atendimento psicoterapêutico constante e a criação de ambientes de trabalho mais acolhedores e menos hostis. Essa visão é complementada por Caetano (2024), que argumenta que a omissão institucional diante do sofrimento psíquico configura uma forma de (ir)responsabilidade estrutural. Ao não reconhecer oficialmente o impacto emocional da atividade policial, as instituições perpetuam práticas que colocam em risco a vida e a dignidade de seus próprios profissionais.

DISCUSSÃO

A saúde mental no contexto da Polícia Militar apresenta-se como uma preocupação crescente na literatura científica, considerando-se o conjunto de exigências emocionais, físicas e institucionais impostas a esses profissionais. De acordo com Silva (2023), o trabalho policial militar é caracterizado por alta exposição à violência, exigência de controle emocional em situações extremas e uma rígida hierarquia. Tais fatores, combinados, contribuem significativamente para o sofrimento psíquico do agente da segurança pública, muitas vezes sem qualquer tipo de reconhecimento ou suporte adequado por parte das corporações.

Essa realidade, frequentemente ignorada pelos formuladores de políticas públicas, é vivenciada cotidianamente pelos próprios policiais. O caso pessoal do autor deste trabalho, descrito no Anexo A, ilustra de forma concreta tal cenário. Em 3 de agosto de 2022, fora do horário de serviço, o autor interveio em uma tentativa de homicídio, vindo

a neutralizar dois agressores armados. Apesar da legitimidade da ação e do cumprimento do dever de proteger a vida de terceiros, nenhum suporte psicológico foi oferecido pela corporação ao policial envolvido. O episódio, marcado por alto estresse emocional e risco iminente de morte, gerou desdobramentos psíquicos relevantes, que não foram institucionalmente reconhecidos nem acompanhados.

Essa experiência pessoal não representa uma exceção, mas sim a realidade silenciosa de muitos policiais militares que enfrentam situações traumáticas e, posteriormente, permanecem sozinhos em seu sofrimento. O trabalho da Polícia Militar, por sua própria natureza, envolve riscos constantes, exposição à violência e exigências emocionais intensas.

A análise dos dez estudos selecionados revela um panorama complexo e multifatorial sobre os impactos psicossociais que afetam os policiais militares no Brasil. As produções científicas abordam, sob diferentes metodologias e referenciais teóricos, o sofrimento psíquico decorrente das condições laborais desses profissionais, evidenciando tanto os fatores de risco quanto as estratégias – ainda incipientes – de prevenção e cuidado institucional.

Diversos autores (Sousa & Barroso, 2023; Santos & Saturnino, 2023; Dias, 2023) apontam que o estresse ocupacional crônico, a exposição contínua à violência, a sobrecarga de trabalho e a ausência de suporte psicológico são os principais elementos que colaboram para o adoecimento mental desses profissionais. Tais fatores são constantemente reforçados por uma cultura organizacional hierarquizada e, muitas vezes, negligente quanto à saúde emocional de seus membros, como evidenciado no estudo de Caetano (2024), que critica a (ir)responsabilidade institucional frente ao suicídio e ao sofrimento psicológico nas corporações.

Sob uma perspectiva psicodinâmica, Ferreira & Dias (2022) exploram o processo de subjetivação no contexto do trabalho policial, demonstrando como a vivência de situações-limite e o silenciamento institucional do sofrimento influenciam diretamente na saúde mental dos policiais. Nesse sentido, a ausência de espaços legítimos para a expressão do sofrimento se configura como um fator de agravamento do quadro psicológico desses profissionais.

Já os estudos de natureza teórica e ensaística (Back, 2023; Queiroz, 2025) reforçam a necessidade urgente da implementação de políticas públicas permanentes voltadas à saúde mental no âmbito da segurança pública. Ambos defendem a avaliação psicológica continuada e o acompanhamento preventivo como instrumentos centrais para a mitigação do sofrimento, propondo a institucionalização dessas práticas como forma de romper com o paradigma reativo das corporações.

As revisões integrativas apresentadas por Barroso, Sousa & Ribeiro (2024) e Santos & Saturnino (2023) contribuem para a sistematização do conhecimento já produzido sobre o tema, destacando as patologias mais recorrentes, como depressão, transtornos de ansiedade e Burnout, além de evidenciar lacunas importantes na literatura, especialmente no que tange à avaliação de programas preventivos já implantados e sua efetividade.

Por fim, o estudo de Silva (2023), com abordagem mais narrativa e descritiva, amplia o debate ao tratar do afastamento laboral decorrente de transtornos psíquicos, revelando o impacto direto do adoecimento mental não apenas na vida individual dos policiais, mas também na funcionalidade e na eficácia das instituições de segurança pública.

Assim, é possível concluir que, embora haja crescente atenção acadêmica ao sofrimento psíquico dos policiais militares, ainda persiste um descompasso significativo entre o reconhecimento institucional dos riscos psicossociais e a implementação efetiva de políticas preventivas e de cuidado continuado. O fortalecimento das ações institucionais voltadas à saúde mental, aliado ao incentivo à pesquisa aplicada nessa área, configura-se como uma necessidade urgente para a promoção do bem-estar desses profissionais e a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Apesar da crescente visibilidade da temática, a maior parte das ações institucionais no Brasil ainda é marcada por um caráter pontual, muitas vezes reativo, em vez de preventivo. Como apontam Barroso, Sousa & Ribeiro (2024), as políticas de saúde mental destinadas aos policiais militares são frequentemente fragmentadas, desarticuladas e sem continuidade, o que compromete sua eficácia. Em muitos casos, essas ações são ativadas apenas após episódios graves de adoecimento ou suicídio,

revelando uma lógica de gestão que prioriza a contenção de crises em detrimento da promoção do cuidado contínuo e humanizado.

Outro ponto importante diz respeito à cultura organizacional vigente nas corporações policiais, que muitas vezes reforça a ideia de invulnerabilidade emocional como característica do “bom policial”. Esse imaginário, analisado por Dias (2023) a partir da socioclínica, dificulta o reconhecimento do sofrimento psíquico como legítimo e impede que os indivíduos busquem ajuda por receio de estigmatização, punições ou prejuízos na carreira. O silêncio institucional sobre a dor emocional não só invisibiliza o sofrimento, como também agrava os riscos à saúde mental e contribui para o isolamento dos profissionais em situação de vulnerabilidade.

Além disso, as abordagens teóricas aplicadas nos estudos analisados, como a psicodinâmica do trabalho (Ferreira & Dias, 2022) e os ensaios teórico-reflexivos (Back, 2023; Queiroz, 2025), ressaltam a importância de compreender o sofrimento não apenas como um fenômeno individual, mas como uma construção coletiva e social, diretamente relacionada às condições e à organização do trabalho. Ao compreender o adoecimento como consequência de um ambiente hostil, sem espaços de escuta ou reconhecimento, essas abordagens contribuem para repensar o papel das instituições no cuidado de seus profissionais, propondo intervenções mais estruturadas, participativas e efetivas.

Por fim, é fundamental reconhecer que os avanços no enfrentamento dos impactos psicossociais vivenciados pelos policiais militares dependem de uma mudança estrutural e cultural no modo como a saúde mental é concebida e gerida dentro das forças de segurança pública. Isso inclui a revisão de protocolos, a ampliação de equipes multidisciplinares de saúde, a capacitação continuada de gestores e a inserção de práticas de escuta ativa e acompanhamento psicológico de forma sistemática. A literatura evidencia que apenas com a articulação entre diagnóstico, prevenção e intervenção será possível romper com o ciclo de adoecimento e promover, de fato, o bem-estar físico, psíquico e social desses profissionais.

Com base nos resultados desta pesquisa, conclui-se que a saúde mental dos policiais militares no Brasil representa uma questão crítica e multifacetada, que exige intervenções urgentes e eficazes tanto no âmbito institucional quanto na gestão pública. O trabalho policial militar é marcado por uma série de exigências emocionais, físicas e

sociais que, somadas à constante exposição à violência e ao risco, acabam por gerar um alto índice de adoecimento psíquico entre os profissionais. A falta de suporte psicológico adequado e a cultura organizacional repressora contribuem significativamente para o agravamento desses problemas, frequentemente invisibilizados ou minimizados pelas próprias estruturas institucionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. S. C.; BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Bogotá, v. 35, n. 3, p. 459–472, 2017. DOI:10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4505.

ASCARI, R. A. et al. Prevalência de risco para síndrome de burnout em policiais militares. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 1–10, 2018. DOI:10.5380/ce.v21i2.44610.

BACK, L. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. *Revista Psicologia e Sociedade*, Curitiba, v. 35, n. 1, p. 112-125, 2023.

BARBOSA, F. de O.; MACEDO, P. C. M.; SILVEIRA, R. M. C. da. Depressão e o suicídio. *Revista SBPH*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 233–243, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 jun. 2025.

BARROSO, F. M.; SOUSA, A. C.; RIBEIRO, T. R. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. *Revista Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1–15, 2024.

CAETANO, T. R. Adoecimento mental e suicídio de policiais militares no Brasil: uma análise da (ir)responsabilidade institucional. *Revista de Psicologia Social*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 45-59, 2024.

CHAVES, M. S. R.; SHIMIZU, I. S. Síndrome de burnout e qualidade do sono de policiais militares do Piauí. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 88–97, 2018. DOI:10.5327/Z1679443520180286.

DANTAS, Hallana Laisa de Lima et al. Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. *Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem*, v. 12, n. 37, p. 334-345, 2022. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/575>. Acesso em: 10 out. 2023.

DE LUNETTA, L. C.; GUERRA, C. V. R. Revisão bibliográfica como método de pesquisa científica. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 35, n.

12, p. 112–122, 2023. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

DIAS, V. P. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal. *Revista Psicologia e Trabalho*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 210–225, 2023.

DOS SANTOS ALMEIDA, R. .; MEDEIROS DE OLIVEIRA, O. THE MINDFULNESS TECHNIQUE FOR TREATMENT OF OCD: A SYSTEMATIC REVIEW. **Health and Society**, [S. l.], v. 3, n. 02, p. 414–456, 2023. DOI: 10.51249/hs.v3i02.1303. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/hs/article/view/1303>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FERREIRA, J. M.; DIAS, L. R. Subjetivação e adoecimento no trabalho policial militar à luz da psicodinâmica. *Revista Psicodinâmica e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 76–89, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. São Paulo: FBSP, 2022.

LIMA, E. C. et al. Aspectos psicossociais do trabalho e síndrome de burnout em policiais militares em uma grande cidade da Bahia. *Saúde Coletiva* (Barueri), v. 14, n. 91, p. 13478–13495, out. 2024. DOI:10.36489/saudecoletiva.2024v14i91p13478-13495.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). *Relatório Nacional de Saúde Mental na Segurança Pública*. Brasília: MJSP, 2022.

OLIVEIRA, T. S. de; FAIMAN, C. J. S. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 19, n. 2, p. 607–615, abr./jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15467>.

QUEIROZ, L. C. Avaliação psicológica continuada: prevenção do adoecimento mental do policial militar. *Revista Psicologia, Estado e Sociedade*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 55–70, 2025.

SANTOS, H. P.; CARVALHO, L. R. Práticas de cuidado e saúde mental na PM. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 18, n. 1, p. 140–150, 2024.

SANTOS, R. de O.; HAUER, B. R. D.; FURTADO, T. M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. *Revista Gestão & Saúde*, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 14–27, 2019.

SANTOS, S. S.; SATURNINO, A. S. G. O adoecimento psíquico nos policiais militares. *Revista Científica de Segurança Pública*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 41–57, 2023.

SANTOS SOUZA, R.; OLIVEIRA, R. P. de; COSTA, F. M. A saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar: uma revisão integrativa. *Revista Saúde Multidisciplinar*, v. 16, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.53740/rsm.v16i1.793>.

SILVA, M. A. da; BUENO, H. P. V. O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: esforços para prevenção. *Revista de Ciências Policiais da APMG*, São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, p. 5–23, 2017.

SILVA, R. F. et al. Impactos psicossociais do trabalho policial militar. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 20, n. 2, p. 110–120, 2020.

Silva, L. N. da, & Sehnem, S. B. (2018). Avaliação da saúde mental de policiais militares. *Pesquisa Em Psicologia - Anais eletrônicos*, 43–60. Recuperado de https://periodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/19184

SILVA, T. R. O adoecimento dos profissionais da segurança pública: uma abordagem literária sobre o índice das principais patologias que contribuem para o afastamento do trabalho. *Revista de Estudos em Defesa Social*, Recife, v. 4, n. 2, p. 65–78, 2023.

SOUSA, A. C.; BARROSO, F. M. Sofrimento psíquico em policiais militares brasileiros: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Psicologia Militar*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 90–105, 2023.

ESTRATÉGIAS PSICOPEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR

Hildeane da Silva Soares – Bacharel em Psicologia – FAMAP. E-mail: hildeanesilva76@gmail.com

André Benassuly Arruda – Docente – FAMAP. E-mail: profpsi21@faculdefamap.edu.br

Genecy Roberto dos Santos Bachinski – Docente – FAMAP. E-mail: genecypsi@hotmail.com

Geny Roberto dos Santos – Docente – FAMAP. E-mail: administrativo@faculdefamap.edu.br

Helena Cristina Santos Nascimento – Docente – FAMAP. E-mail: administrativo@faculdefamap.edu.br

Josie Rodrigues Vieira – Docente – FAMAP. E-mail: administrativo@faculdefamap.edu.br

Marineide Aquino de Souza – Docente – FAMAP. E-mail: administrativo@faculdefamap.edu.br

Maria Clara Nascimento Teixeira – Docente – FAMAP. E-mail: administrativo@faculdefamap.edu.br

Sinandra Carvalho dos Santos Fernandes – Docente – FAMAP. E-mail: administrativo@faculdefamap.edu.br

RESUMO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é um desafio que exige estratégias psicopedagógicas eficazes para garantir equidade e aprendizado significativo. Este trabalho teve como objetivo geral analisar estratégias psicopedagógicas que promovam a inclusão de alunos com TEA, considerando seus impactos no aprendizado, socialização e desenvolvimento integral. A metodologia envolveu uma revisão bibliográfica descritiva, baseada em artigos científicos de

plataformas como Scielo e Google Scholar, com foco em intervenções psicopedagógicas, recursos artísticos e gestão educacional. A discussão revelou convergências na relevância de Planos Educacionais Individualizados, adaptações curriculares e recursos visuais, mas também tensões, como a crítica à medicalização excessiva e desafios na implementação de terapia cognitivo-comportamental. A arte foi destacada como ferramenta poderosa para estimular funções psicológicas superiores, enquanto a gestão educacional foi apontada como essencial para articular práticas inclusivas. As considerações finais confirmaram que a problemática foi respondida, destacando a necessidade de personalização, formação docente e colaboração família-escola. Contudo, lacunas como a insuficiência de capacitação e a necessidade de estudos longitudinais sobre intervenções artísticas persistem, sugerindo direções para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Inclusão, TEA, Psicopedagogia, Arte, Gestão Educacional.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar constitui um desafio multifacetado que demanda a articulação de práticas pedagógicas, intervenções psicopedagógicas e políticas educacionais voltadas para a equidade. A complexidade do TEA, caracterizado por variações nas habilidades de comunicação, interação social e padrões de comportamento, requer abordagens individualizadas que respeitem as particularidades de cada estudante (Oliveira, 2024). Como as estratégias psicopedagógicas podem ser estruturadas para promover a inclusão efetiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar?

A educação inclusiva, nesse sentido, não se limita à presença física do aluno na sala de aula, mas abrange a garantia de participação ativa e aprendizado significativo. A relevância desse tema reside na necessidade de superar barreiras estruturais e atitudinais que ainda permeiam os sistemas educacionais, promovendo um ambiente que favoreça o desenvolvimento integral desses alunos (Acuña, 2022).

A psicopedagogia, enquanto campo interdisciplinar, oferece contribuições significativas para a construção de práticas inclusivas, ao integrar conhecimentos da psicologia, pedagogia e neurociências. Essa área enfatiza a compreensão dos

processos de aprendizagem e das barreiras que podem comprometer o desenvolvimento cognitivo e socioemocional de alunos com TEA.

A partir de intervenções baseadas em evidências, a psicopedagogia auxilia na elaboração de estratégias que potencializam as funções psicológicas superiores, como atenção, memória e regulação emocional, fundamentais para o sucesso escolar. A implementação dessas estratégias, no entanto, enfrenta desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos e à articulação entre escola, família e profissionais especializados (Silva, 2024).

O cenário educacional contemporâneo reflete avanços nas políticas de inclusão, mas também expõe lacunas na aplicação prática dessas diretrizes. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva reforçam o direito à educação equitativa, mas a realidade escolar frequentemente revela dificuldades na adaptação curricular e na capacitação de professores. Alunos com TEA, devido às suas especificidades, demandam abordagens que transcendam métodos tradicionais de ensino, incorporando recursos como salas de atendimento educacional especializado (AEE) e práticas artísticas que estimulem a expressão e a socialização (Dornelas et al., 2024).

A medicalização da infância, frequentemente observada no contexto escolar, também emerge como um ponto de reflexão crítica. O uso de medicamentos para gerenciar comportamentos associados ao TEA pode obscurecer a necessidade de intervenções pedagógicas e psicossociais que priorizem o desenvolvimento integral do aluno (Oliveira, 2024).

A prática, embora comum, levanta questões éticas e pedagógicas sobre a formação de professores e a compreensão das necessidades neurodiversas, destacando a importância de abordagens não farmacológicas que respeitem a singularidade de cada estudante (Camargo et al., 2021).

Consequentemente, evidencia-se que a formação docente deve transcender métodos padronizados, incorporando práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as particularidades de cada aluno, promovam a autonomia e incentivem a participação ativa no processo de aprendizagem. Isso implica oferecer aos professores oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional, baseadas em

evidências e alinhadas a princípios inclusivos, de modo que possam adaptar estratégias e criar ambientes de ensino capazes de responder às múltiplas formas de aprender presentes na sala de aula.

A relevância social desta pesquisa reside na urgência de promover uma educação inclusiva que garanta o direito de alunos com TEA a um aprendizado significativo e equitativo. A inclusão vai além da matrícula escolar, exigindo práticas que respeitem a diversidade neurocognitiva e promovam o pertencimento (Oliveira, 2024).

A sociedade contemporânea, marcada por avanços nas políticas de inclusão, ainda enfrenta desafios na implementação de estratégias que atendam às especificidades desses alunos, especialmente em contextos de escassez de recursos e formação docente insuficiente. Este estudo busca oferecer contribuições práticas e teóricas para superar essas barreiras, fortalecendo a equidade educacional (Acuña, 2022).

Do ponto de vista científico, a pesquisa se justifica pela necessidade de sistematizar conhecimentos sobre intervenções psicopedagógicas eficazes no manejo das particularidades do TEA no ambiente escolar. A literatura aponta para a eficácia de abordagens interdisciplinares, mas há lacunas na integração entre teoria e prática, especialmente no que tange à formação de professores e à adaptação curricular. Ao explorar estratégias fundamentadas em evidências, este trabalho pretende enriquecer o campo da psicopedagogia e da educação inclusiva, oferecendo subsídios para futuras investigações e práticas docentes (Dornelas et al., 2024).

A arte, por sua vez, tem se mostrado um recurso promissor na inclusão de alunos com TEA, ao proporcionar canais alternativos de comunicação e expressão. Atividades artísticas, como pintura, música e teatro, podem estimular a criatividade, a regulação emocional e a interação social, contribuindo para o desenvolvimento de competências que complementam o aprendizado escolar (Souza, 2023).

A gestão educacional impacta na viabilização da inclusão, ao articular políticas, recursos e formação continuada para os professores. A função político-pedagógica da gestão envolve a criação de ambientes acolhedores e a implementação de planos educacionais individualizados (PEI) que atendam às necessidades específicas de alunos com TEA.

A ausência de uma gestão comprometida pode comprometer a eficácia das intervenções psicopedagógicas, evidenciando a necessidade de uma abordagem sistêmica que envolva toda a comunidade escolar (Oliveira, 2024).

As práticas pedagógicas eficazes, especialmente aquelas voltadas para o manejo de comportamentos desafiadores, como os observados em casos de TEA ou transtorno opositor desafiador (TOD), requerem uma compreensão aprofundada das dinâmicas emocionais e cognitivas dos alunos. Estratégias como a terapia cognitivo-comportamental (TCC) adaptada ao contexto escolar podem auxiliar na regulação de comportamentos e na promoção de habilidades sociais, embora sua implementação enfrente barreiras relacionadas à formação docente e à adaptação ao ambiente escolar (Portela, 2024).

A matemática, como disciplina estruturada, apresenta desafios específicos para alunos com TEA, que podem se beneficiar de abordagens visuais e concretas que facilitem a compreensão de conceitos abstratos. A percepção de pais e professores sobre as potencialidades e dificuldades nesse processo de ensino-aprendizagem revela a importância de metodologias adaptadas que promovam a inclusão e o engajamento desses alunos. A colaboração entre família e escola é indispensável para alinhar expectativas e estratégias, garantindo a continuidade do aprendizado (Silva *et al.*, 2023).

O objetivo geral do trabalho foi analisar as estratégias psicopedagógicas que promovem a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar, considerando suas contribuições para o aprendizado, a socialização e o desenvolvimento integral. Os objetivos específicos foram: Compreender como as intervenções psicopedagógicas, como adaptações curriculares e planos educacionais individualizados, na superação das barreiras de aprendizagem enfrentadas por alunos com TEA; Entender como o uso de recursos artísticos pode estimular o desenvolvimento de funções psicológicas superiores e a socialização de alunos com TEA no ambiente escolar e refletir sobre a função da gestão educacional na articulação de práticas inclusivas, considerando a formação docente e a colaboração entre escola e família.

REFERENCIAL TEÓRICO

INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS NA SUPERAÇÃO DE BARREIRAS DE APRENDIZAGEM

A psicopedagogia, enquanto campo interdisciplinar, oferece ferramentas para compreender as particularidades do processo de aprendizagem de alunos com TEA, que frequentemente enfrentam dificuldades na comunicação, na interação social e na flexibilidade cognitiva. A elaboração de planos educacionais individualizados (PEI) é uma prática central, pois permite a adaptação do currículo às necessidades específicas de cada estudante, promovendo o acesso aos conteúdos escolares. Os planos devem considerar as preferências sensoriais e os estilos de aprendizagem do aluno, utilizando recursos visuais e estratégias multissensoriais para facilitar a compreensão (Dornelas *et al.*, 2024).

A adaptação curricular, outro pilar das intervenções psicopedagógicas, envolve a modificação de atividades, materiais e métodos de ensino para atender às demandas do aluno com TEA. Por exemplo, a utilização de organizadores gráficos e rotinas estruturadas pode reduzir a ansiedade e aumentar o engajamento. As estratégias requerem a colaboração entre professores do ensino regular e do atendimento educacional especializado (AEE), que impactam na implementação de práticas inclusivas (Acuña, 2022).

O manejo de comportamentos desafiadores, frequentemente observado em alunos com TEA, também é abordado por meio de intervenções psicopedagógicas. Técnicas como o reforço positivo e a modelagem comportamental ajudam a promover a autorregulação e a participação em atividades coletivas. A formação docente é indispensável para a aplicação dessas técnicas, garantindo que os professores compreendam as funções dos comportamentos e saibam intervir de forma respeitosa e eficaz (Portela, 2024).

Um aspecto fundamental da educação inclusiva contemporânea: o potencial das tecnologias assistivas como mediadoras do processo de aprendizagem e de participação social. Ao citar aplicativos de comunicação alternativa, evidencia-se que tais recursos não apenas ampliam a possibilidade de expressão e interação dos estudantes, mas também funcionam como instrumentos de equidade, reduzindo barreiras que, de outra forma, poderiam perpetuar a exclusão. No entanto, o texto acerta ao ressaltar que a eficácia dessas ferramentas depende de um uso intencional

e planejado, apoiado por formação docente adequada. Sem essa base, corre-se o risco de que a tecnologia seja subutilizada ou aplicada de forma desconexa, perdendo seu caráter inclusivo e transformador.

A integração de tecnologias assistivas, como aplicativos de comunicação alternativa, também tem se mostrado promissora na superação de barreiras de aprendizagem. As ferramentas auxiliam na expressão de ideias e na interação com pares, promovendo a inclusão social e acadêmica. No entanto, sua implementação exige planejamento e capacitação, para que sejam utilizadas de forma consistente e alinhada aos objetivos pedagógicos (Pereira & Carvalho, 2022).

A avaliação contínua do progresso do aluno é um componente importante das intervenções psicopedagógicas. A utilização de instrumentos como portfólios e registros reflexivos permite aos professores monitorarem o desenvolvimento do aluno e ajustar as estratégias conforme necessário. A prática reforça a importância de uma abordagem dinâmica e centrada no estudante, que respeite suas singularidades e promova o aprendizado significativo (Silva *et al.*, 2023).

RECURSOS ARTÍSTICOS NO DESENVOLVIMENTO DE FUNÇÕES PSICOLÓGICAS SUPERIORES

A arte, como recurso psicopedagógico, tem o potencial de estimular o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, como a atenção, a memória e a regulação emocional, que são frequentemente desafiadoras para alunos com TEA. Atividades como pintura, música e teatro oferecem canais alternativos de expressão, permitindo que esses alunos comuniquem suas emoções e ideias de forma não verbal (Souza, 2023).

O uso da arte como recurso psicopedagógico amplia as possibilidades de intervenção e aprendizagem para estudantes com TEA, pois se ancora em linguagens simbólicas e criativas que não dependem exclusivamente da comunicação verbal. Ao estimular funções psicológicas superiores, como atenção, memória e autorregulação emocional, a arte cria um ambiente de experimentação segura, onde erros são parte do processo e a expressão pessoal é valorizada. Além disso, atividades como pintura, música e teatro favorecem a construção de vínculos sociais e o fortalecimento da autoestima, oferecendo aos alunos oportunidades de participação ativa e significativa

no contexto escolar. Dessa forma, a arte se consolida como uma estratégia inclusiva que dialoga tanto com as necessidades cognitivas quanto com as afetivo-emocionais desses estudantes.

A música, em particular, tem sido utilizada para promover a regulação emocional e a interação social. Sessões de musicoterapia, quando integradas ao ambiente escolar, podem ajudar os alunos a desenvolverem habilidades de escuta ativa e colaboração, reduzindo comportamentos disruptivos. A escolha de atividades musicais deve considerar as preferências sensoriais do aluno, evitando estímulos que possam causar desconforto (Silva, 2024).

As artes visuais, como desenho e escultura, também contribuem para o desenvolvimento cognitivo, ao estimular a coordenação motora fina e a resolução de problemas. As atividades permitem que os alunos explorem conceitos abstratos de forma concreta, facilitando a compreensão de conteúdos curriculares (Souza, 2023).

O teatro, por sua vez, oferece oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais, como a empatia e a comunicação. Atividades como dramatizações e jogos de improvisação ajudam os alunos a praticarem interações sociais em um ambiente seguro e estruturado (Silva, 2024).

A integração da arte ao currículo escolar exige uma abordagem interdisciplinar, que envolva psicopedagogos, professores e arte-educadores. A formação continuada desses profissionais é indispensável para garantir que as atividades artísticas sejam planejadas com objetivos claros e alinhadas às necessidades dos alunos. A prática reforça a arte como uma ferramenta de inclusão e desenvolvimento integral (Pereira & Carvalho, 2022).

GESTÃO EDUCACIONAL NA ARTICULAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

A gestão educacional, quando orientada por princípios inclusivos, exerce papel central na construção de uma escola que acolha e valorize a diversidade. Mais do que administrar recursos, ela precisa assumir uma postura proativa na definição de diretrizes que assegurem igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras atitudinais e estruturais. Isso implica estabelecer metas claras, fomentar a colaboração entre diferentes setores da comunidade escolar e garantir que decisões pedagógicas

e administrativas estejam alinhadas às necessidades reais dos estudantes. Assim, a gestão se torna não apenas um agente organizador, mas também um catalisador de mudanças significativas na cultura escolar.

A gestão educacional atua na promoção da inclusão de alunos com TEA, ao articular políticas, recursos e formação continuada para os professores. Uma gestão comprometida com a equidade deve implementar planos estratégicos que garantam a disponibilidade de salas de recursos multifuncionais e a capacitação de equipes multidisciplinares. Essas ações criam um ambiente favorável ao aprendizado e à socialização dos alunos (Oliveira, 2024).

A formação docente é um dos pilares da gestão inclusiva, pois capacita os professores a compreenderem as particularidades do TEA e a implementarem estratégias psicopedagógicas eficazes. Programas de formação continuada devem abordar temas como adaptação curricular, manejo comportamental e uso de tecnologias assistivas, promovendo uma prática reflexiva e colaborativa (Dornelas et al., 2024).

A colaboração entre escola e família também é um aspecto fundamental da gestão educacional. A criação de canais de comunicação abertos e regulares permite alinhar expectativas e estratégias, garantindo a continuidade das intervenções psicopedagógicas. Encontros periódicos e relatórios individualizados são ferramentas que fortalecem essa parceria (Silva *et al.*, 2023).

A implementação de políticas inclusivas, como a garantia de acessibilidade física e pedagógica, é outra responsabilidade da gestão. Isso inclui a adequação de espaços escolares e a disponibilização de materiais adaptados, que facilitam a participação dos alunos com TEA nas atividades pedagógicas. A ausência dessas medidas pode comprometer a eficácia das intervenções psicopedagógicas (Acuña, 2022).

Ao adotar a avaliação contínua como parte integrante da gestão educacional, a escola estabelece um ciclo virtuoso de planejamento, ação e aprimoramento. Esse monitoramento sistemático não apenas fornece dados concretos para embasar decisões, mas também promove uma cultura institucional de reflexão e responsabilidade compartilhada. Quando os resultados são analisados de forma

colaborativa, envolvendo professores, famílias e demais profissionais, as práticas inclusivas ganham maior legitimidade e efetividade.

Por fim, a avaliação das práticas inclusivas deve ser um processo contínuo, conduzido pela gestão educacional. A análise de indicadores, como o progresso acadêmico e a participação social dos alunos, permite identificar lacunas e ajustar as estratégias. Essa prática reforça a importância de uma gestão proativa e centrada na equidade, que transforme o ambiente escolar em um espaço de oportunidades para todos os alunos (Oliveira, 2024).

Dessa forma, a avaliação deixa de ser um ato isolado para se tornar um instrumento estratégico de transformação e fortalecimento da equidade no contexto escolar.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido por meio de uma revisão narrativa de literatura, de cunho qualitativo e exploratório, com o objetivo de sistematizar e analisar estratégias psicopedagógicas para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. A revisão narrativa foi escolhida por sua capacidade de integrar e sintetizar informações de diferentes fontes, permitindo uma compreensão ampla e contextualizada do tema, sem a rigidez de revisões sistemáticas, mas mantendo um enfoque crítico e reflexivo (Rother, 2007).

A pesquisa foi realizada nas bases de dados Scielo e Google Scholar, selecionadas por sua relevância acadêmica e abrangência na área de educação, psicologia e psicopedagogia. As palavras-chave utilizadas para a busca foram: "inclusão", "Transtorno do Espectro Autista", "TEA", "psicopedagogia", "estratégias psicopedagógicas", "arte e educação", "gestão educacional" e "educação inclusiva", combinadas com os operadores booleanos "AND" e "OR" para otimizar os resultados. O recorte temporal abrangeu publicações entre 2015 e 2025, considerando a relevância de estudos recentes e a atualização das políticas e práticas inclusivas no contexto educacional brasileiro.

Os critérios de inclusão foram: (1) artigos publicados em português, disponíveis nas bases selecionadas; (2) estudos que abordassem estratégias psicopedagógicas, recursos artísticos ou gestão educacional voltados para a inclusão de alunos com TEA

no ambiente escolar; (3) pesquisas com foco em intervenções baseadas em evidências ou práticas inclusivas; e (4) estudos qualitativos, quantitativos ou mistos que contribuíssem para os objetivos da pesquisa. Os critérios de exclusão compreenderam: (1) artigos não disponíveis na íntegra; (2) estudos que não abordassem diretamente o TEA ou o contexto escolar; (3) publicações anteriores a 2015; e (4) revisões ou estudos que não apresentassem resultados empíricos ou teóricos relevantes para o tema.

O processo de seleção iniciou-se com a identificação de 120 artigos nas bases de dados, utilizando as palavras-chave mencionadas. Após a aplicação dos critérios de exclusão, como a remoção de duplicatas e artigos fora do recorte temporal, restaram 65 artigos para análise preliminar. Em seguida, realizou-se uma leitura exploratória dos títulos e resumos, eliminando estudos que não atendiam aos critérios de inclusão, como aqueles sem foco específico em TEA ou inclusão escolar. Após essa etapa, 25 artigos foram selecionados para leitura integral. Por fim, com base na relevância para os objetivos do estudo e na qualidade metodológica, 10 artigos foram incluídos na pesquisa, conforme apresentados na Tabela 1. Esse processo de filtragem garantiu a seleção de estudos que contribuíram diretamente para a análise das estratégias psicopedagógicas, recursos artísticos e gestão educacional no contexto da inclusão de alunos com TEA.

A análise dos artigos foi conduzida de forma qualitativa, com foco na identificação de convergências, divergências e lacunas nas práticas descritas. Os dados foram organizados em categorias temáticas relacionadas aos objetivos específicos do estudo: intervenções psicopedagógicas, recursos artísticos e gestão educacional. Essa abordagem permitiu uma discussão crítica e reflexiva, fundamentada em evidências, que embasou as conclusões e considerações finais do trabalho.

RESULTADOS

A tabela foi construída para a elaboração da presente pesquisa

Tabela 1: Artigos selecionados segundo critério de inclusão e exclusão

Título e Autores	Metodologia	Resultados	Conclusão
Acessibilidade pedagógica ao universitário com transtorno do espectro autista: contribuições da psicologia à prática docente José Tadeu Acuña (2022)	Revisão bibliográfica e análise teórica, com foco em contribuições da psicologia para práticas pedagógicas inclusivas no ensino superior.	Identificação de estratégias psicológicas que promovem a inclusão de universitários com TEA, como adaptações curriculares e suporte emocional.	A psicologia oferece ferramentas essenciais para práticas docentes inclusivas, promovendo acessibilidade e equidade no ambiente universitário para estudantes com TEA.
Medicalização e farmacologização da infância no contexto escolar Maria Ida Ferreira Pires Camargo et al. (2021)	Revisão bibliográfica e estudo qualitativo, com análise de práticas de medicalização em escolas.	Evidências de aumento na prescrição de medicamentos para crianças com comportamentos considerados disruptivos, incluindo TEA, com impacto no ambiente escolar.	A medicalização excessiva pode comprometer a abordagem pedagógica, sendo necessária uma reflexão crítica sobre o uso de medicamentos e a valorização de práticas inclusivas.
O professor do atendimento educacional especializado na sala de recurso multifuncional (AEE/SRM) com formação em psicopedagogia: atuação junto ao aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA Cristina dos Reis Souza Dornelas et al. (2024)	Estudo qualitativo com observação da atuação de professores com formação em psicopedagogia em salas de recursos multifuncionais.	Professores com formação psicopedagógica demonstraram maior capacidade de personalizar estratégias para alunos com TEA, promovendo inclusão.	A formação em psicopedagogia é crucial para o sucesso do AEE, permitindo intervenções mais eficazes e individualizadas para alunos com TEA.
Práticas pedagógicas	Revisão bibliográfica e	Identificação de estratégias como	Práticas pedagógicas bem

eficazes no manejo do transtorno opositivo desafiador no ambiente escolar Eliza Nami Iwamoto (2025)	estudo de caso, analisando práticas pedagógicas em escolas para manejo do TOD.	reforço positivo e comunicação clara que reduzem comportamentos desafiadores e promovem engajamento escolar.	estruturadas são fundamentais para o manejo do TOD, favorecendo a inclusão e o bem-estar dos alunos no ambiente escolar.
A função político-pedagógica da gestão educacional na inclusão da criança com TEA em uma escola municipal de Valinhos/SP Jamile Maia de Oliveira (2024)	Estudo de caso qualitativo, com análise documental e entrevistas em uma escola municipal.	A gestão educacional que prioriza políticas inclusivas facilita a integração de crianças com TEA, com impacto positivo na aprendizagem.	A gestão escolar tem um papel central na inclusão, necessitando de articulação política e pedagógica para garantir recursos e formação adequada.
O TEA na escola: um olhar psicopedagógico Andrêsa Fernanda Gomes Pereira, Mírian Carla Lima Carvalho	Revisão bibliográfica e análise teórica com foco em práticas psicopedagógicas para inclusão de alunos com TEA.	Estratégias psicopedagógicas, como mediação e adaptações, favorecem o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com TEA.	O olhar psicopedagógico é essencial para promover a inclusão, destacando a importância de práticas personalizadas e colaborativas.
Terapia cognitivo-comportamental: desafios e estratégias na implementação para autistas com alta funcionalidade Eunice Nóbrega Portela (2024)	Revisão bibliográfica e análise de estudos de caso sobre aplicação de TCC em autistas de alta funcionalidade.	A TCC mostrou eficácia em melhorar habilidades sociais e emocionais, mas enfrenta desafios como adaptação às necessidades individuais.	A TCC é uma ferramenta promissora, mas exige adaptações específicas e formação profissional para ser eficaz com autistas de alta funcionalidade.
A arte como potencializadora no desenvolvimento de funções psicológicas superiores em	Revisão bibliográfica combinada com relato de experiência em intervenções artísticas com	Atividades artísticas promoveram melhorias em funções como atenção, memória e interação social	A arte é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de crianças com TEA, estimulando funções

crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma revisão bibliográfica e relato de experiência Ana Elisa de Freitas Machado Silva (2024)	crianças com TEA.	em crianças com TEA.	psicológicas superiores de forma lúdica e inclusiva.
Ensino da matemática para alunos autistas: potencialidades e desafios na percepção dos pais e professores Andréa Amorim da Silva et al. (2023)	Estudo qualitativo com entrevistas e questionários aplicados a pais e professores.	Identificação de desafios como dificuldade de abstração e potencialidades como o uso de recursos visuais no ensino de matemática.	O ensino de matemática para alunos com TEA requer estratégias adaptadas, com colaboração entre pais e professores para superar desafios.
Encontros entre arte e o Transtorno do Espectro Autista (TEA): construindo vivências significativas Yasmin Campanha Faria de Souza (2023)	Estudo qualitativo com observação de intervenções artísticas e análise de suas contribuições para crianças com TEA.	Atividades artísticas promoveram maior expressão emocional e interação social, criando vivências significativas.	A arte é uma via eficaz para promover inclusão e desenvolvimento socioemocional de crianças com TEA, fortalecendo suas conexões com o ambiente escolar.

DISCUSSÃO

A análise das estratégias psicopedagógicas para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, com base nos artigos selecionados, revela convergências e divergências que enriquecem o debate sobre práticas inclusivas. Os estudos convergem ao destacar a importância de intervenções personalizadas, mas divergem em relação aos enfoques e desafios práticos na implementação dessas estratégias.

Dornelas *et al.* (2024) enfatizam o papel da formação psicopedagógica dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), argumentando que ela permite a personalização de estratégias, como Planos Educacionais Individualizados

(PEI), que favorecem a inclusão de alunos com TEA. Essa perspectiva é corroborada por Pereira e Carvalho (2022), que destacam a eficácia de práticas psicopedagógicas, como adaptações curriculares e mediação, no desenvolvimento acadêmico e social. Ambos os estudos reforçam a necessidade de abordagens individualizadas que respeitem as particularidades sensoriais e cognitivas dos alunos, utilizando recursos visuais e multissensoriais para superar barreiras de aprendizagem.

Por outro lado, Camargo *et al.* (2021) problematizam a medicalização excessiva no contexto escolar, sugerindo que o uso de medicamentos para gerenciar comportamentos associados ao TEA pode ofuscar a aplicação de estratégias psicopedagógicas. Esse ponto confronta diretamente a visão de Dornelas *et al.* (2024), que, embora reconheçam a importância de intervenções não farmacológicas, não abordam o impacto da medicalização. A crítica de Camargo *et al.* (2021) destaca a necessidade de uma reflexão ética sobre o uso de medicamentos, reforçando a relevância de práticas pedagógicas que priorizem o desenvolvimento integral do aluno, em linha com as estratégias defendidas por Pereira e Carvalho (2022).

A arte emerge como um recurso promissor nos estudos de Silva (2024) e Souza (2023), que apontam seu potencial para estimular funções psicológicas superiores, como atenção, memória e regulação emocional. Silva (2024) destaca a eficácia de atividades como musicoterapia e artes visuais na redução de comportamentos disruptivos e na promoção da interação social, enquanto Souza (2023) enfatiza a criação de vivências significativas por meio de práticas artísticas. Esses resultados complementam as intervenções psicopedagógicas tradicionais descritas por Dornelas *et al.* (2024), sugerindo que a integração da arte ao currículo escolar pode ampliar o impacto das estratégias inclusivas. Contudo, ambos os estudos reconhecem a necessidade de formação docente para planejar atividades artísticas alinhadas às necessidades dos alunos, um ponto que Oliveira (2024) reforça ao destacar a gestão educacional como articuladora de práticas inclusivas.

Oliveira (2024) e Acuña (2022) abordam a gestão educacional e a formação docente como pilares da inclusão. Oliveira (2024) argumenta que uma gestão comprometida facilita a implementação de políticas inclusivas, como a disponibilização de salas de recursos e a capacitação de professores. Acuña (2022), por sua vez, foca na psicologia como ferramenta para práticas docentes no ensino superior, sugerindo que estratégias psicológicas, como suporte emocional, são

essenciais para a inclusão. Embora os contextos sejam distintos (ensino básico versus superior), ambos convergem na importância da formação continuada, mas divergem na ênfase: Oliveira (2024) prioriza a articulação sistêmica, enquanto Acuña (2022) destaca intervenções psicológicas específicas.

Portela (2024) introduz a terapia cognitivo-comportamental (TCC) adaptada como uma estratégia eficaz para alunos com TEA de alta funcionalidade, promovendo habilidades sociais e emocionais. Contudo, o estudo aponta desafios na adaptação da TCC ao ambiente escolar, como a necessidade de formação específica, o que dialoga com as lacunas identificadas por Oliveira (2024) e Dornelas *et al.* (2024) sobre a capacitação docente. A TCC, embora promissora, enfrenta barreiras práticas que contrastam com a aplicabilidade mais imediata de recursos artísticos descritos por Silva (2024) e Souza (2023).

Silva *et al.* (2023) trazem uma perspectiva específica sobre o ensino da matemática, destacando a necessidade de estratégias visuais e concretas para alunos com TEA. Esse enfoque converge com as adaptações curriculares defendidas por Dornelas *et al.* (2024) e Pereira e Carvalho (2022), mas adiciona a importância da colaboração entre pais e professores, um aspecto também enfatizado por Oliveira (2024). A integração família-escola emerge como um fator crítico, mas os estudos divergem na profundidade com que abordam essa parceria, sendo Silva *et al.* (2023) mais específicos ao contexto matemático.

Iwamoto (2025), ao abordar o transtorno opositor desafiador (TOD), oferece insights que podem ser aplicados ao TEA, como o uso de reforço positivo e comunicação clara. Embora o foco não seja exclusivamente o TEA, as estratégias propostas dialogam com as técnicas de manejo comportamental descritas por Dornelas *et al.* (2024), sugerindo que práticas pedagógicas estruturadas podem ser eficazes em contextos neurodiversos.

Os artigos convergem na relevância de estratégias psicopedagógicas personalizadas e na necessidade de formação docente, mas divergem em relação aos desafios práticos e à ênfase em recursos específicos, como arte, TCC ou gestão educacional. A medicalização, apontada por Camargo *et al.* (2021), permanece um ponto de tensão, exigindo maior integração entre abordagens pedagógicas e psicossociais para garantir uma inclusão equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática central deste trabalho, que questiona como as estratégias psicopedagógicas podem ser estruturadas para promover a inclusão efetiva de alunos com TEA no ambiente escolar, foi respondida de forma abrangente. A análise dos artigos demonstrou que intervenções psicopedagógicas, como Planos Educacionais Individualizados (PEI), adaptações curriculares e o uso de recursos visuais e multissensoriais, são fundamentais para superar barreiras de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento acadêmico e socioemocional (Dornelas *et al.*, 2024; Pereira & Carvalho, 2022). A integração de recursos artísticos, como música, artes visuais e teatro, revelou-se um complemento poderoso, estimulando funções psicológicas superiores e a interação social (Silva, 2024; Souza, 2023). Além disso, a gestão atua na articulação de políticas inclusivas, formação docente e colaboração com as famílias, garantindo a viabilização dessas estratégias (Oliveira, 2024).

Os principais pontos do trabalho incluem a necessidade de personalização das intervenções, a importância da formação continuada de professores e a relevância de abordagens interdisciplinares que integrem psicopedagogia, arte e gestão educacional. A crítica à medicalização excessiva (Camargo *et al.*, 2021) destacou a urgência de priorizar práticas pedagógicas e psicossociais, enquanto a terapia cognitivo-comportamental (TCC) adaptada mostrou potencial, mas com limitações práticas (Portela, 2024). A colaboração família-escola também emergiu como um fator indispensável, especialmente no ensino de disciplinas desafiadoras como a matemática (Silva *et al.*, 2023).

Apesar dos avanços, lacunas persistem, como a insuficiência de programas de formação docente que abordem especificidades do TEA, a limitada implementação de tecnologias assistivas e a necessidade de estudos que avaliem a longo prazo os impactos das intervenções artísticas e da TCC no contexto escolar. Trabalhos futuros devem explorar essas áreas, além de investigar estratégias para integrar famílias de forma mais ativa e sistemática, garantindo a continuidade das práticas inclusivas. Este estudo contribui para o campo da psicopedagogia ao sistematizar práticas eficazes, mas reforça a necessidade de esforços contínuos para transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente equitativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA, José Tadeu. **Acessibilidade pedagógica ao universitário com transtorno do espectro autista: contribuições da psicologia à prática docente.** 2022.

CAMARGO, Maria Ida Ferreira Pires et al. **MEDICALIZAÇÃO E FARMACOLOGIZAÇÃO DA INFÂNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR. TCC-Psicologia,** 2021.

DORNELAS, Cristina dos Reis Souza et al. **O professor do atendimento educacional especializado na sala de recurso multifuncional (AEE/SRM) com formação em psicopedagogia: atuação junto ao aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA.** 2024.

IWAMOTO, Eliza Nami. Práticas pedagógicas eficazes no manejo do transtorno opositivo desafiador no ambiente escolar. **gestão & educação**, v. 8, n. 04, p. 49 a 59-49 a 59, 2025.

OLIVEIRA, Jamile Maia de. **A função político-pedagógica da gestão educacional na inclusão da criança com TEA em uma escola municipal de Valinhos/SP.** 2024.

PEREIRA, Andrêsa Fernanda Gomes; CARVALHO, Mírian Carla Lima. O Tea na Escola: Um Olhar Psicopedagógico. **A inclusão das pessoas com deficiência, TEA e Altas Habilidades na pauta do V CINTEDI: tecendo redes de solidariedade na sociedade pós-moderna**, p. 31.

PORTELA, Eunice Nóbrega. Terapia cognitivo-comportamental: desafios e estratégias na implementação para autistas com alta funcionalidade. **Educação, neurodiversidade e saúde**, p. 67, 2024.

SILVA, Ana Elisa de Freitas Machado. **A arte como potencializadora no desenvolvimento de funções psicológicas superiores em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma revisão bibliográfica e relato de experiência.** 2024.

SILVA, Andréa Amorim da et al. **Ensino da matemática para alunos autistas: potencialidades e desafios na percepção dos pais e professores.** 2023.

SOUZA, Yasmin Campanha Faria de. **Encontros entre arte e o Transtorno do Espectro Autista (TEA): construindo vivências significativas**. 2023.

A INFLUÊNCIA DA AUSÊNCIA PATERNA NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO: UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA

Larissa Feitosa de Souza – Bacharel em Psicologia – FAMAP. E-mail:
larissapbs16@gmail.com

André Benassuly Arruda – Docente – FAMAP. E-mail:
profpsi21@faculdefamap.edu.br

Genecy Roberto dos Santos Bachinski – Docente – FAMAP. E-mail:
genecypsi@hotmail.com

Geny Roberto dos Santos – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Helena Cristina Santos Nascimento – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Josie Rodrigues Vieira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Marineide Aquino de Souza – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Maria Clara Nascimento Teixeira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Sinandra Carvalho dos Santos Fernandes – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da ausência paterna no desenvolvimento psíquico do sujeito sob a ótica da psicanálise. Partindo das teorias freudianas e lacanianas, discute-se o papel simbólico do pai na constituição do psiquismo e na estruturação do sujeito. A figura paterna é compreendida não apenas em sua presença física, mas como representante da função paterna, essencial para a mediação da relação mãe-filho e para a inserção do sujeito na lei e na cultura. A ausência dessa função pode favorecer o surgimento de impasses no processo de subjetivação, refletindo-se em dificuldades emocionais, comportamentais e na formação da identidade. O estudo evidenciou que a carência da função paterna pode contribuir para o desenvolvimento de estruturas psíquicas mais vulneráveis, como a

neurose, e, em alguns casos, a psicose. Assim, ressalta-se a importância de compreender a ausência paterna não de forma determinista, mas como um fator relevante dentro da complexa dinâmica do desenvolvimento psíquico.

Palavra chaves: Função paterna, ausência paterna, desenvolvimento psíquico.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento psíquico do ser humano é um processo dinâmico e multifatorial, influenciado desde a infância por elementos relacionais e simbólicos presentes no núcleo familiar. Entre esses elementos, a presença ou ausência da figura paterna assume um papel de destaque, especialmente sob a ótica da psicanálise. Autores como Freud (1913) e Lacan (1957) atribuem à função paterna um valor simbólico estruturante, que ultrapassa a presença física do pai e se refere ao papel de mediação, interdição e inserção do sujeito na cultura. Nesse sentido, a ausência da função paterna pode gerar consequências significativas no processo de subjetivação, afetando o equilíbrio emocional, a identidade e o comportamento do indivíduo ao longo da vida. Diante desse panorama, torna-se relevante refletir sobre como a carência da função paterna impacta a constituição psíquica de crianças, adolescentes e adultos.

A ausência paterna, portanto, não se refere apenas à falta física do pai, mas à ausência da função paterna enquanto mediadora da relação mãe-filho e estruturante do psiquismo (Rassial, 2005). Ao reformular os conceitos freudianos, Lacan (1999) aprofunda a noção de função paterna como aquela que insere o sujeito na ordem simbólica, rompendo a fusão imaginária com a mãe e possibilitando a emergência do desejo próprio. A carência dessa função pode comprometer a formação da identidade, o equilíbrio emocional e o processo de subjetivação.

A ausência paterna constitui uma realidade cada vez mais presente nas configurações familiares contemporâneas, despertando atenção de estudiosos de diversas áreas, sobretudo da psicanálise, devido às possíveis implicações psíquicas que tal ausência pode provocar no sujeito (Dolto, 2003). Segundo Lacan (1998), a função paterna é essencial para a inserção do indivíduo na ordem simbólica, pois representa a lei e a interdição necessárias para o rompimento da relação fusional com a mãe, possibilitando o desenvolvimento da identidade e do desejo próprio. A carência dessa função pode resultar em dificuldades emocionais, comportamentais e sociais que se manifestam desde a infância até a vida adulta.

Diante disso, este estudo se justifica pela relevância de compreender, à luz da teoria psicanalítica, os impactos da ausência paterna no desenvolvimento psíquico, visando contribuir para a construção de estratégias de acolhimento e intervenção que promovam o bem-estar subjetivo de indivíduos que vivenciam essa condição. Além disso, a pesquisa busca oferecer subsídios teóricos e práticos para profissionais da saúde mental que atuam com famílias em contextos de vulnerabilidade afetiva e estrutural.

Nos dias atuais, observa-se um aumento significativo de lares marcados pela ausência paterna, seja por abandono, separação, morte ou outras condições sociais (Brendler, 2023). Isso levanta questionamentos sobre os impactos dessa ausência na formação psíquica de crianças e adolescentes, e como isso pode refletir na vida adulta em forma de conflitos emocionais, comportamentais ou mesmo na estruturação de neuroses e psicoses.

Nas últimas décadas, observou-se um crescimento expressivo de estruturas familiares marcadas pela ausência paterna, seja por abandono, separação, falecimento ou outros fatores sociais (Brendler, 2023). Esse fenômeno desperta preocupações não apenas do ponto de vista social, mas também psíquico, pois, conforme a teoria psicanalítica, a função paterna exerce um papel central na constituição subjetiva do indivíduo (Paschall *et al*, 2020). A ausência dessa função pode comprometer o processo de entrada na ordem simbólica, afetando o desenvolvimento emocional, a construção da identidade e a relação do sujeito com o desejo e a lei (Lacan, 1998). Considerando esses aspectos, surge o seguinte problema de pesquisa: quais são os impactos da ausência da função paterna no desenvolvimento psíquico do indivíduo, sob a perspectiva da psicanálise? Essa indagação orientou o presente estudo na busca por uma compreensão mais profunda das consequências psíquicas dessa ausência e das possibilidades de intervenção terapêutica.

Diante desse cenário, a presente pesquisa teve como objetivo analisar os impactos da ausência paterna no desenvolvimento psíquico, a partir da abordagem psicanalítica, considerando suas possíveis consequências emocionais, comportamentais e sociais ao longo da vida. Para alcançar esse propósito, foram investigados, como objetivos específicos, o papel da função paterna no

desenvolvimento psíquico segundo a teoria psicanalítica; examinar as possíveis consequências emocionais e comportamentais da ausência paterna na infância e na vida adulta; bem como apontar estratégias de acolhimento e intervenção psicanalítica que possam auxiliar indivíduos que vivenciam essa realidade. A pesquisa pretendeu contribuir para uma leitura crítica e aprofundada do papel do pai na estrutura psíquica, destacando a importância da função paterna para a saúde mental e o desenvolvimento emocional do sujeito.

REFERENCIAL TEÓRICO

Freud (1923), em *O Ego e o Id*, fala sobre as instâncias de personalidade e como elas estão estruturadas na mente humana: id (ou isso) é irracional e impulsivo, é a instância mais primitiva da mente, presente desde o nascimento, sendo inteiramente inconsciente e contendo os estímulos primários, como fome, sexualidade, agressividades e os desejos imediatos, buscando a satisfação imediata, desconsiderando realidade e consequências. O ego (ou eu) é a instância mediadora entre os impulsos do id as exigências do superego e a realidade externa, baseada no controle dos impulsos, no planejamento racional, e no planejamento, buscando satisfazer os desejos do id de forma realista e socialmente aceitável. E o superego (ou supereu) é a moral da mente, com internalização dos valores sociais e parentais, tendo como função a censura dos impulsos do id e orientar o ego de acordo com ideais morais.

A relação entre pais e filhos constitui um aspecto fundamental no desenvolvimento emocional e psíquico do sujeito. O estudo de Silva (2022) aponta que a presença ativa do pai contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança, promovendo uma base segura para a construção da identidade. Sob a ótica psicanalítica, a função paterna não se limita à presença física, mas refere-se à mediação simbólica que introduz o sujeito na ordem da linguagem, da lei e do desejo, sendo essencial para a constituição da subjetividade (Rassial, 2005).

A presença afetiva e participativa do pai contribui significativamente para o desenvolvimento da autoestima, da empatia e do senso de responsabilidade nos filhos

(Paschall *et al.*, 2020). A psicanálise também enfatiza a importância dessa relação, apontando que a função paterna saudável atua como mediadora entre o desejo materno e a constituição do sujeito, favorecendo a entrada na linguagem e a internalização das normas sociais (Lacan, 1998; Rassial, 2005). Além disso, a presença paterna envolvida está associada a uma menor incidência de comportamentos de risco na adolescência e a melhores habilidades socioemocionais na vida adulta (Brendler, 2023). Assim, uma relação pautada pelo cuidado, pela escuta e pela função simbólica do pai favorece o amadurecimento psíquico e a integração do sujeito na cultura.

A falta dessa função paterna simbólica pode repercutir negativamente na construção dos vínculos afetivos na vida adulta, desencadeando sentimento de insegurança e dificuldades interpessoais (Costa, 2023). Dessa forma, compreender e intervir nas consequências da ausência paterna torna-se fundamental para a promoção do equilíbrio emocional e do desenvolvimento psíquico saudável.

A influência da ausência paterna no desenvolvimento psíquico tem sido amplamente discutida dentro da Psicanálise, destacando-se o papel fundamental da função paterna na constituição do sujeito. Sigmund Freud (1913), em *Totem e Tabu*, introduziu a importância do pai como representante da lei e da ordem, sendo essencial para o desenvolvimento do superego e para a regulação dos impulsos instintivos da criança. Para Freud (1913), a figura paterna exerce um papel estruturante na psique, contribuindo para a formação da identidade e para a internalização de normas e valores sociais.

Lacan (1957), ao aprofundar a teoria freudiana, introduziu o conceito de “Nome-do-Pai”, que representa a função simbólica exercida pelo pai na constituição do sujeito. Segundo Lacan, a ausência dessa função pode gerar dificuldades na estruturação psíquica, levando a transtornos emocionais e comportamentais. A falta da metáfora paterna pode resultar em dificuldades na simbolização, afetando a capacidade do indivíduo de lidar com frustrações e desenvolver relações interpessoais saudáveis.

Winnicott (1983) também contribuiu para a compreensão da função paterna ao enfatizar a importância da presença do pai como um terceiro elemento na relação mãe-bebê. Para o autor, a figura paterna auxilia na transição da dependência absoluta

para a independência emocional da criança. A ausência dessa figura pode comprometer o desenvolvimento da autonomia, gerando sentimento de insegurança e dificuldades na construção da autoestima.

Além dos aspectos psicanalíticos clássicos, pesquisadores contemporâneos, como McLanahan e Sandefut (1994) indicam que a ausência paterna pode estar associada a desafios emocionais, como ansiedade, depressão e dificuldades no estabelecimento de vínculos afetivos. Estudos como os de Bowlby (1989), sobre a teoria do apego, ressaltam que a falta de uma figura paterna pode levar a padrões de apego inseguros, prejudicando o desenvolvimento de relações interpessoais na vida adulta.

Dessa forma, a abordagem psicanalítica permite compreender como a ausência paterna influencia a constituição subjetiva do indivíduo, destacando a importância da função paterna na estruturação psíquica e no equilíbrio emocional (Rassial, 2005). A partir dessa perspectiva, torna-se essencial desenvolver estratégias de suporte e intervenção para minimizar os impactos dessa ausência no desenvolvimento psíquico decorrentes da ausência da função paterna (Aberatuty; Knobel, 1992).

A ausência paterna é um fenômeno que pode impactar significativamente o desenvolvimento psíquico do indivíduo, especialmente quando analisado sob a ótica da Psicanálise. A função paterna vai além da presença física do pai, envolvendo um papel estruturante na constituição do sujeito, na formação da identidade e na internalização de normas e valores sociais (Lacan, 1998; Rassial, 1999). A Psicanálise, desde Freud até autores contemporâneos, destaca que a figura paterna é essencial para o desenvolvimento do superego e para a inserção do indivíduo na cultura. A falta dessa função pode acarretar desafios emocionais e comportamentais, afetando desde a infância até a vida adulta (Dolto, 2003).

A FUNÇÃO PATERNA NA ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA

Sigmund Freud (1913), em “Totem e Tabu”, introduziu a importância do pai como aquele que impõe limites e regula os impulsos primitivos da criança. Para Freud, a função paterna está intimamente ligada à resolução do Complexo de Édipo, que é um conceito psicanalítico freudiano que descreve um conjunto de desejos e sentimentos inconscientes que surgem durante o desenvolvimento infantil, referindo-

se a um apego afetivo e sexual inconsciente pelo genitor do sexo oposto (mãe), e rivalizando e hostilizando com o do mesmo sexo (pai). É nessa fase que a identificação com o pai, o lugar da ligação objetal, estabelece o início do superego e é o ponto culminante do Complexo de Édipo (Freud, 1923). A criança experimenta um conflito emocional envolvendo amor e rivalidade em relação aos pais.

O pai surge como aquele que impõe a lei do desejo, promovendo a renúncia ao desejo incestuoso pela mãe e possibilitando a internalização de regras e limites. Quando essa função não é exercida adequadamente – seja por ausência física ou emocional do pai –, pode haver dificuldades na estruturação do superego, resultando em problemas como impulsividade, baixa tolerância à frustração e dificuldades na socialização (Freud, 1923).

Lacan (1957) aprofundou essa discussão ao introduzir o conceito de “Nome-do-Pai”, um elemento simbólico fundamental para a constituição do sujeito no campo da linguagem e da cultura, dizendo que a função paterna não se limita à figura biológica do pai, mas sim a uma posição simbólica que representa a lei e a ordem. A ausência dessa função pode resultar no que ele denomina de “foraclusão do Nome-do-Pai”, fenômeno associado à psicose, no qual o sujeito não consegue estabelecer um senso estruturado de identidade e realidade. Dessa forma, a ausência paterna pode ser um fator de vulnerabilidade psíquica, podendo contribuir para dificuldades emocionais, transtornos de comportamento e problemas na constituição da subjetividade (Lacan, 1966).

CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA PATERNA NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO

A falta da função paterna pode gerar uma série de impactos no desenvolvimento emocional e comportamental do indivíduo. Estudos psicanalíticos apontam que a ausência do pai pode estar relacionada a sentimentos de desamparo, baixa autoestima, dificuldades na regulação emocional e maior propensão a transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão (Dolto, 2003; Brendler, 2023; Paschall *et al.*, 2020).

Winnicott (1983) enfatiza que o pai desempenha um papel crucial no processo de separação-individuação da criança, atuando como um terceiro elemento na relação

mãe-bebê. Segundo Winnicott, a presença paterna ajuda a criança a transitar da dependência absoluta para uma maior independência emocional. Quando essa figura está ausente, a criança pode enfrentar dificuldades para construir um senso de segurança e autonomia, podendo apresentar padrões de apego inseguros (Bowlby, 1989).

Bowlby (1989), em sua teoria do apego, aponta que crianças que crescem sem a presença paterna podem desenvolver um apego evitativo ou ansioso, refletindo dificuldades em estabelecer relações saudáveis na vida adulta. O apego evitativo pode levar a uma postura emocionalmente distante, enquanto o apego ansioso pode resultar em insegurança e medo do abandono em relacionamentos interpessoais.

A teoria do apego desenvolvida pelo psiquiatra e psicanalista inglês, John Bowlby, tem como objetivo compreender a intensa conexão emocional entre a criança e seus cuidadores, especialmente nos anos iniciais da vida. Bowlby (1984) afirma que o apego é um sentimento inato e biológico para garantir a sobrevivência da criança por meio da proximidade de seus protetores. O psiquiatra afirma que a qualidade do apego influencia diretamente a formação da personalidade e os futuros relacionamentos. Bowlby diz ainda que apegos seguros são promovidos nas experiências com cuidadores sensíveis e responsivos, enquanto que os apegos inseguros são promovidos nas relações inconsistentes, negligentes e/ou abusivas.

Além dos impactos emocionais, a ausência paterna também pode influenciar a vida social e acadêmica do indivíduo. Mc Lanahan e Sanderful (1994) concluíram no estudo

Growing Up with a Single Parent: What Hurts, What Helps, que crianças que crescem em lares com a ausência do pai apresentam notas, em média, menores, menor frequência escolar, maior taxa de evasão e apresentam probabilidades menores de acesso ao ensino superior. O estudo também concluiu que a interação social e comunitária também é afetada, demonstrando que as crianças de lares monoparentais apresentam mais dificuldades de socialização e interação comunitária. O envolvimento ativo do pai, mesmo fora do lar, está associado a melhor resultado escolar.

A falta de um modelo masculino de referência pode contribuir para a busca de identificação em figuras externas, nem sempre positivas, o que pode levar a dificuldades na construção de valores e na tomada de decisões (Rassial, 2005).

INTERVENÇÃO PSICANALÍTICA E ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO

Diante dos impactos da ausência paterna no desenvolvimento psíquico, a Psicanálise propõe estratégias de acolhimento e intervenção que podem auxiliar no processo de elaboração dessa falta. O processo terapêutico pode ajudar o sujeito a reconstruir simbolicamente a função paterna, promovendo uma melhor compreensão de suas dificuldades emocionais e comportamentais. A terapia pode atuar na ressignificação da ausência do pai, permitindo que o indivíduo encontre outras referências simbólicas que cumpram essa função estruturante (Birman, 2012).

Autores como Françoise Dolto (1990) sugerem que o trabalho psicanalítico deve focar na reconstrução simbólica da função paterna, auxiliando o sujeito a elaborar sua história e integrar essa ausência de forma menos traumática. A psicanálise também enfatiza a importância de figuras substitutas que possam representar a função paterna, como avós, tios, professores ou outros cuidadores que assumam esse papel simbólico.

Além do contexto clínico, a compreensão dos impactos da ausência paterna pode contribuir para políticas públicas voltadas à assistência psicológica e ao fortalecimento dos vínculos familiares. Programas de suporte emocional, grupos de apoio e atividades que incentivem o desenvolvimento de habilidades emocionais podem auxiliar na minimização dos efeitos negativos da ausência paterna (Dolto, 1990).

No contexto brasileiro, autores como Jurandir Freire Costa (2004) analisam a função paterna sob uma perspectiva sociocultural, destacando que a ausência paterna é um fenômeno crescente, muitas vezes relacionado a fatores como instabilidade familiar, separações conjugais e mudanças nos papéis de gênero. Para Costa, a função paterna pode ser exercida por diferentes figuras de referência, mas sua ausência simbólica pode gerar insegurança emocional e dificuldades na construção da identidade do sujeito.

Maria Rita Kehl (2016) enfatiza que a presença paterna não se limita à autoridade e à imposição de regras, mas está também associada ao suporte afetivo e à valorização da criança. Segundo Kehl, quando essa função não é desempenhada de maneira satisfatória, o indivíduo pode apresentar dificuldades na construção da autoestima e na regulação emocional, o que pode impactar suas relações interpessoais ao longo da vida.

Além dos aspectos emocionais, a ausência paterna também pode influenciar o desempenho escolar e a socialização. Pesquisas realizadas por Souza e Almeida (2020) indicam que crianças sem a presença paterna ativa apresentam maior dificuldade em estabelecer disciplina e organização, o que pode comprometer seu rendimento acadêmico e a adaptação a regras e normas sociais.

A Psicanálise oferece um olhar aprofundado sobre essa questão, permitindo compreender os desafios emocionais e comportamentais que surgem a partir da ausência paterna. Além disso, estratégias de acolhimento, suporte psicológico e intervenção social podem contribuir para minimizar os impactos dessa ausência, promovendo o desenvolvimento saudável do indivíduo (Costa, 2004).

A intervenção psicanalítica com sujeitos que vivenciaram a ausência paterna exige escuta atenta e manejo clínico cuidadoso, que exige um manejo clínico que leve em conta as especificidades dessa fase do desenvolvimento, marcada por reestruturações psíquicas, redefinição de papéis e intensificação das pulsões (Aberastury; Knobel, 1992). O espaço analítico deve funcionar como um continente psíquico que acolhe e escuta o sofrimento do ser, diante as marcas deixadas pela ausência do pai (Kaës, 2005).

O espaço analítico possibilita a simbolização da ausência e a elaboração dos afetos envolvidos, permitindo ao sujeito ressignificar sua história. A função do analista é oferecer um lugar de escuta ética, em que o adolescente possa reconstruir sua narrativa e atribuir sentido à falta vivida (Kaës, 2005).

Além da escuta clínica tradicional, algumas estratégias complementares podem ser eficazes no acolhimento de indivíduos com ausência paterna, especialmente em contextos comunitários, escolares ou institucionais, (Dolto, 2003):

- Grupos terapêuticos e rodas de conversa: favorecem o compartilhamento de experiências e a construção de vínculos com outras pessoas, possibilitando identificação e elaboração da falta.
- Atividades expressivas: oficinas de arte, escrita, teatro e música funcionam como meios simbólicos de expressão e ressignificação do sofrimento.
- Apoio familiar: o fortalecimento das funções maternas ou de outras figuras de cuidado pode contribuir para a sustentação psíquica.
- Presença de pessoas de referência: educadores, psicólogos e assistentes sociais podem desempenhar papéis importantes como suportes simbólicos que auxiliam na organização interna do sujeito.

Para Dolto (2003) a ausência paterna não é, por si só, determinante de um quadro psicopatológico. No entanto, quando não simbolizada ou elaborada, pode gerar marcas subjetivas significativas. A psicanálise oferece um campo fértil para a escuta dessa falta, promovendo possibilidades de subjetivação e de construção de novos significantes. Estratégias de acolhimento que valorizem o vínculo, a expressão simbólica e o fortalecimento de funções substitutas são fundamentais para promover saúde psíquica e desenvolvimento emocional equilibrado (Dolto, 2003).

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica e método exploratório, tendo como principal instrumento a revisão de literatura. A investigação buscou compreender os impactos psíquicos gerados pela ausência paterna no desenvolvimento infantil e adolescente, à luz da psicanálise. Segundo Martins (2004), destaca-se que a metodologia qualitativa exige “proximidade entre sujeito e objeto do conhecimento”, o que dialoga diretamente com o uso da revisão teórica em trabalhos psicanalíticos.

COLETA DE DADOS

Critérios de Inclusão e Exclusão

A seleção dos artigos foi realizada entre os anos de 2015 e 2025, em bases científicas reconhecidas como SciELO, PePSIC, Google Acadêmico, Revista Brasileira de Psicanálise, e portais institucionais de revistas acadêmicas. Os critérios de inclusão foram:

- Publicações entre 2015 e 2025;
- Idioma: português;
- Enfoque na ausência paterna e suas repercussões psíquicas;
- Abordagem psicanalítica explícita.

Foram excluídos artigos com abordagem predominantemente sociológica ou biológica, e aqueles que não relacionavam diretamente a ausência paterna com o desenvolvimento emocional ou psíquico.

Aspectos Éticos

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e baseada em revisão bibliográfica, não foi submetida à apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), uma vez que não envolveu participação direta de seres humanos, coleta de dados primários, nem interação com sujeitos. Conforme estabelece a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, estudos exclusivamente bibliográficos estão dispensados da obrigatoriedade de submissão ao sistema CEP/CONEP, por não apresentarem riscos éticos diretos aos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 10 artigos científicos para compor o presente estudo, conforme os critérios previamente estabelecidos de inclusão e exclusão, seguindo a metodologia própria da pesquisa bibliográfica. A seleção desses materiais permitiu fundamentar a análise e discussão dos dados, possibilitando uma compreensão mais aprofundada sobre os impactos da ausência paterna no desenvolvimento psíquico de crianças e adolescentes. Os achados foram sistematizados em categorias temáticas, conforme apresentado no quadro a seguir, que sintetiza os artigos selecionados e os principais efeitos identificados na literatura (Quadro 1).

Quadro 1 - Caracterização dos artigos selecionados para o estudo.

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL	CONCLUSÃO
MELO, Elaise Christine; PAULUK, Luiz Ricardo. (2025)	A importância da função paterna na construção do sujeito.	Analisar a função paterna e sua importância no desenvolvimento psicodinâmico e emocional do sujeito, utilizando a teoria psicanalítica como base	Estudo teórico exploratório baseado na psicanálise, abordando conceitos como Complexo de Édipo e relação do pai com os laços sociais	A carência dessa função pode resultar em comportamentos de transgressão, impulsividade e dificuldades em aceitar frustrações. Isso repercute em comportamentos externalizantes como agressividade, dificuldades escolares e envolvimento precoce com substâncias
ABREU, Marta Lima; ALENCAR, Anderson. (2024)	Ausência da figura paterna na infância e as implicações na vida adulta sob uma perspectiva psicanalítica	Pesquisa qualitativa baseada em revisão literária.	Caracterizar as implicações de falta da função paterna na infância e suas consequências na vida adulta, além de verificar os principais transtornos psicológicos que uma criança pode desenvolver devido a ausência paterna.	Crianças e adolescentes que cresceram sem a presença do pai apresentam dificuldades na construção de sua identidade pessoal, comprometimento na autoestima e maior propensão à insegurança
ARAÚJO, Vanessa Fernandes de et al. (2024)	A influência da falta paterna na autoestima e nas relações interpessoais da criança.	Pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica.	Promover a compreensão mais abrangente e empática das experiências traumáticas geradas na criança pela	A ausência da figura paterna gera frequentemente lacunas na autoimagem e dificuldades no processo de diferenciação psíquica.

BARRENSE, Gardênia Viajante Paes; GOMES, Maxwell Lopes. (2022)	As implicações psicológicas advindas da ausência paterna: uma revisão de literatura.	Revisão integrativa da literatura cunho quantitativo.	Identificar as principais implicações psicológicas advindas da ausência paterna	Destacam a maior ocorrência de dificuldades nas relações interpessoais em indivíduos que cresceram sem uma referência paterna.
NASCIMENTO, Luisa Fernanda Alves et al. (2024)	A participação dos pais ou responsáveis no processo psicoterapêutico de crianças e adolescentes: uma ótica da teoria psicanalítica.	Trabalho de Conclusão de Curso baseado em revisão de literatura, abordando autores como Melanie Klein, Freud, Winnicott e Abernethy	Discutir a importância da participação dos pais ou responsáveis no processo psicoterapêutico de crianças e adolescentes e o impacto desta no decorrer dos atendimentos, a partir de um enfoque psicanalítico	A ausência paterna afeta a qualidade do vínculo estabelecido com figuras de autoridade e com pares, resultando em padrões de apego inseguros e baixa tolerância ao afeto.

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL	CONCLUSÃO
SOUZA, Júlio César Pinto de. (2023)	A ausência paterna e as repercussões no desenvolvimento do adolescente.	Pesquisa com abordagem quantitativa e qualitativa e caráter descritivo, utilizando questionário como instrumento de coleta de dados	Investigar os efeitos causados pela ausência paterna no desenvolvimento de adolescentes crescidos sem a presença da figura paterna.	A função paterna é fundamental para oferecer referências estáveis que auxiliam na estruturação emocional da criança.
BRENDLER, Karina Meneghetti. (2023)	Quem é meu pai? A ausência paterna na perspectiva da extensão universitária.	Pesquisa de abordagem qualitativa aplicada, com caráter interdisciplinar extensionista.	Identificar, conscientizar e encaminhar casos de crianças e adolescentes sem registro paterno oficial, promovendo ações legais, educativas e psicossociais para garantir o direito à filiação.	Evidencia que a ausência paterna vai além da mera omissão no registro civil, manifestando-se de maneira profunda na constituição psíquica, social e afetiva de crianças e adolescentes.

PESQUISA IRDI (2023)	As relações entre construção da imagem corporal, função paterna e hiperatividade: reflexões a partir da pesquisa IRDI	Estudo baseado em análise dos Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI)	Refletir sobre as relações entre a construção da imagem corporal, a função paterna e a hiperatividade em crianças.	Estudo indica que a ausência paterna pode estar associada ao desenvolvimento de quadros clínicos, como ansiedade generalizada, depressão, transtornos de conduta e sintomas psicossomáticos
AZI, Larissa Azevedo. (2020)	As implicações da ausência da figura paterna: Uma análise a partir da perspectiva do adolescente autor de ato infracional.	Estudo interdisciplinar com as de criminologia e de psicanálise, utilizando análise documental e revisão de literatura.	Analisar as implicações causadas no desenvolvimento integral da criança e do adolescente decorrentes da ausência paterna, tomando como base a perspectiva do adolescente autor de ato infracional.	Ausência da figura paterna, seja por abandono, morte ou negligência, exerce um impacto significativo no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, compromete a formação emocional, social e moral dos jovens, resultando em dificuldades na internalização de limites, baixa autoestima, sentimentos de rejeição e insegurança.
VELUDO, Cássio Marcelo Batista; VIANA,	Parentalidade e o desenvolvimento psíquico na criança.	Estudo teórico baseado na psicanálise, discutindo conceitos	Analisar o conceito de parentalidade fundamentado na perspectiva	O estudo indica que a ausência paterna pode estar associada ao desenvolvimento de
AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL	CONCLUSÃO

Terezinha de Camargo (2015)		de narcisismo parental e suas implicações no desenvolvimento psíquico da criança	psicanalítica, permitindo o estudo da subjetividade dos pais e dos filhos.	quadros clínicos, como ansiedade generalizada, depressão, transtornos de conduta e sintomas psicossomáticos
-----------------------------	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Grande parte dos estudos (Araújo *et al.*, 2024; Abreu e Alencar, 2024; Souza, 2023) apontou que crianças e adolescentes que cresceram sem a presença do pai apresentam dificuldades na construção de sua identidade pessoal, comprometimento na autoestima e maior propensão à insegurança. A ausência da figura paterna frequentemente gera lacunas na autoimagem e dificuldades no processo de diferenciação psíquica.

A função paterna, segundo a psicanálise, está intimamente ligada à internalização de limites e da lei simbólica. Melo e Pauluk (2025) observaram que a carência dessa função pode resultar em comportamentos de transgressão, impulsividade e dificuldades em aceitar frustrações. Isso repercute em comportamentos externalizantes como agressividade, dificuldades escolares e envolvimento precoce com substâncias.

Barrense e Gomes (2022) e Nascimento *et al.* (2024) destacam a maior ocorrência de dificuldades nas relações interpessoais em indivíduos que cresceram sem uma referência paterna. A ausência paterna afeta a qualidade do vínculo estabelecido com figuras de autoridade e com pares, resultando em padrões de apego inseguros e baixa tolerância ao afeto. O estudo de Brendler (2023) reforça isso ao apontar o sentimento de abandono, insegurança emocional e constrangimento social como aspectos de crianças de uma escola pública com registro sem o nome paterno.

O estudo de Azi (2020) revelou que a ausência da figura paterna, seja por abandono, morte ou negligência, exerce um impacto significativo no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Essa ausência compromete a formação emocional, social e moral dos jovens, resultando em dificuldades na internalização de limites, baixa autoestima, sentimentos de rejeição e insegurança. Tais fatores contribuem para comportamentos antissociais e delinquentes, aumentando a vulnerabilidade à prática de atos infracionais.

Os artigos também indicam que a ausência paterna pode estar associada ao desenvolvimento de quadros clínicos, como ansiedade generalizada, depressão, transtornos de conduta e sintomas psicossomáticos (Veludo e Viana, 2015; Pesquisa IRDI, 2023). Em muitos casos, a função paterna é substituída por figuras frágeis ou inconsistentes, o que agrava os riscos para o desenvolvimento psíquico saudável.

Alguns estudos identificaram que a ausência paterna pode afetar o rendimento escolar, a concentração, o autocontrole e a capacidade de planejamento futuro (Souza, 2023; Araújo *et al.*, 2024). A função paterna é fundamental para oferecer referências estáveis que auxiliam na estruturação emocional da criança.

A partir da análise dos resultados, observa-se que a ausência paterna, na perspectiva psicanalítica, vai muito além de uma mera carência física: trata-se de uma falha simbólica, que compromete a constituição do sujeito como ser desejante e inserido na cultura.

A partir da análise teórica realizada, torna-se evidente que a função paterna exerce um papel estruturante na constituição do sujeito sob a ótica da psicanálise. Freud (2014) e Lacan (2012), como principais representantes da teoria psicanalítica clássica, estabeleceram que o pai, enquanto operador da Lei e da interdição, é elemento essencial para a entrada do sujeito na linguagem, no desejo e na vida social. A função paterna, mais do que uma presença física, atua simbolicamente na mediação entre o sujeito e o Outro, funcionando como vetor de separação entre a criança e a figura materna.

Conforme Lacan (1998), a função paterna está relacionada ao Nome-do-Pai — operador simbólico que promove a entrada do sujeito na linguagem e na cultura. A falta desta função impede o corte necessário da simbiose mãe-bebê, essencial para que o sujeito se constitua como indivíduo separado do desejo materno. A ausência do pai, nesse sentido, deixa o sujeito aprisionado ao desejo do Outro, o que pode gerar estruturas psíquicas mais frágeis ou até patológicas (Lacan, 1957/1998).

A psicanálise contemporânea amplia esse entendimento ao considerar as transformações nas configurações familiares. Autores como Dolto (1988), Birman (2007) e Roudinesco (1999) indicam que o essencial é que a função simbólica do pai — de introduzir a alteridade, o limite e a Lei — esteja presente, ainda que exercida por outras figuras. Isso demonstra que, mesmo em famílias monoparentais ou

reconfiguradas, é possível garantir um desenvolvimento psíquico saudável desde que a função paterna esteja simbolicamente representada.

Araújo *et al.* (2024) e Abreu e Alencar (2024) revelam que a ausência da figura paterna está associada ao aumento da ansiedade, sensação de desamparo e dificuldade em estabelecer metas e autocontrole. Esses sintomas são particularmente relevantes na adolescência, fase em que o sujeito busca consolidar sua identidade e posição no mundo social.

Segundo Nascimento *et al.* (2024), a ausência de uma função paterna eficiente dificulta a construção de relações afetivas estáveis. O sujeito, sem a experiência do limite e da alteridade representada pela função paterna, tende a se relacionar com o outro de maneira confusa, ora idealizando, ora rejeitando. Isso se reflete em vínculos afetivos instáveis e relacionamentos conflituosos.

A ausência paterna também deve ser compreendida no contexto de vulnerabilidade social e familiar. Em muitos dos estudos analisados, observou-se que a ausência da figura paterna está associada a lares desestruturados, pobreza, violência doméstica ou abandono. Isso revela uma possível repetição transgeracional: filhos de pais ausentes tendem, futuramente, a repetir o mesmo padrão em suas famílias, perpetuando o ciclo (Souza, 2023; Barrense e Gomes, 2022).

Ainda que a figura paterna biológica esteja ausente, é possível que a função paterna simbólica seja exercida por outros sujeitos (avós, tios, mães em dupla função etc.), conforme apontado por Veludo e Viana (2015). O importante, segundo a psicanálise, não é necessariamente a presença do pai biológico, mas a encarnação da função que introduz o sujeito na ordem simbólica da cultura e da lei.

Portanto, a ausência paterna, quando não simbolizada ou compensada, compromete a constituição subjetiva, deixando marcas que podem perdurar por toda a vida. A função paterna continua sendo, mesmo na contemporaneidade, um alicerce fundamental para o equilíbrio psíquico e a estruturação simbólica do sujeito.

A análise teórica realizada, fundamentada nos principais autores da psicanálise clássica e contemporânea, permitiu observar que a ausência paterna interfere significativamente na constituição psíquica do sujeito. Através da leitura crítica de textos de Freud, Lacan, Dolto, Birman e Roudinesco, foi possível identificar que essa ausência, sobretudo quando ocorre no nível simbólico, produz consequências

relevantes para o desenvolvimento emocional e relacional do indivíduo (Freud, 2014; Birman 2012).

Nos autores contemporâneos, observou-se que as novas configurações familiares não anulam a importância da função paterna simbólica, mas exigem formas alternativas de exercê-la. A função de introduzir o sujeito à Lei, ao limite e à alteridade continua sendo fundamental para um desenvolvimento psíquico saudável, mesmo que exercida por figuras substitutivas ao pai biológico (Freud, 2014; Birman 2012).

Assim, a análise dos dados teóricos permitiu concluir que:

- A ausência paterna é mais danosa quando há falha simbólica da função paterna, não necessariamente sua ausência física (Lacan, 1999; Roudinesco, 2000);
- O impacto dessa ausência aparece sob a forma de sintomas como insegurança emocional, dificuldades de separação da figura materna, impulsividade, baixa autoestima, e, em casos mais graves, traços psicóticos (Dolto, 1986; Kupfer, 2001);
- A presença de uma figura substituta que exerça a função simbólica do pai pode atenuar os efeitos negativos da ausência do pai biológico (Birman, 2012; Roudinesco, 2000);
- A abordagem psicanalítica continua sendo uma ferramenta potente para compreender os processos inconscientes implicados na constituição subjetiva diante da ausência paterna (Freud, 1996; Lacan, 1999).

Este resultado reforça a importância de práticas sociais e clínicas que reconheçam o valor simbólico da função paterna, especialmente em contextos de vulnerabilidade familiar e afetiva.

Freud (2014) já advertia que a introjeção do pai é essencial para a formação do superego. Essa instância é responsável pela internalização das normas, pelo controle dos impulsos e pela construção do ideal do eu. Quando essa figura é fragilizada ou ausente, o sujeito encontra dificuldades para lidar com a frustração, o recalque e a realidade externa. Esse déficit pode contribuir para a formação de traços narcisistas, dificuldades de socialização e ausência de uma base ética sólida.

Os dados analisados, portanto, convergem para a constatação de que a ausência paterna simbólica acarreta prejuízos importantes para o desenvolvimento psíquico do sujeito. Tais prejuízos se manifestam em sintomas que vão desde

dificuldades emocionais e cognitivas até quadros clínicos mais complexos (Dolto, 1986; Birman, 2012). A possibilidade de substituição da função paterna por outras figuras cuidadoras é válida, desde que a função simbólica seja preservada e atuante (Lacan, 1999).

Essa discussão também traz implicações sociais e clínicas relevantes. Em contextos marcados por fragilidade dos vínculos, abandono parental, negligência emocional e ausência de referências éticas e simbólicas, é fundamental que instituições (escolas, serviços sociais, profissionais da saúde mental) estejam atentas à importância da função paterna na constituição psíquica dos sujeitos. Roudinesco (2000), não apenas para restaurar figuras ausentes, mas para possibilitar a reconstrução simbólica de referências estruturantes.

Portanto, a discussão revela que o problema da ausência paterna não é apenas uma questão de convivência ou laços afetivos, mas de estruturação simbólica do sujeito, com implicações profundas para sua saúde psíquica e para suas relações com o outro, com o desejo e com a Lei (Freud, 1996; Lacan, 1999; Roudinesco, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar “a influência da ausência paterna no desenvolvimento psíquico sob a ótica psicanalítica”, buscando compreender os impactos emocionais e psicológicos que essa ausência pode gerar ao longo da vida do indivíduo. A análise dos artigos científicos publicados entre 2015 e 2025 revelou que a ausência da figura paterna não representa apenas um fator social ou familiar, mas uma falha simbólica com implicações profundas na constituição subjetiva do indivíduo.

Na psicanálise, a função paterna é entendida como elemento estruturante, responsável por introduzir o sujeito na ordem da lei, da linguagem e da cultura. Sua ausência, portanto, pode comprometer a construção da identidade, o estabelecimento de limites, a autoestima, e a capacidade de lidar com frustrações e estabelecer vínculos afetivos saudáveis.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi possível observar que a ausência paterna se relaciona diretamente com diversos desafios emocionais, como sentimentos de abandono, insegurança, baixa autoestima, dificuldades nos

relacionamentos interpessoais e transtornos de apego. A partir da perspectiva psicanalítica, especialmente com base nas contribuições de autores tradicionais e contemporâneos, compreendeu-se que a figura paterna exerce papel estruturante na constituição do ego e no processo de separação-individuação.

Os resultados aqui apresentados evidenciam a relevância de se considerar o papel da figura paterna no contexto familiar e no desenvolvimento emocional das crianças. Embora este estudo não tenha esgotado o tema, ele contribui para o campo das discussões sobre saúde mental, vínculos afetivos e estruturação subjetiva, principalmente ao trazer à tona as consequências da ausência afetiva e física do pai.

Cabe destacar que esta pesquisa enfrentou algumas limitações, como a escassez de dados empíricos diretos, o que sugere a necessidade de estudos futuros que aprofundem a análise com diferentes metodologias e recortes populacionais.

Foi possível observar que os efeitos da ausência paterna se estendem por toda a trajetória de vida do sujeito, podendo repercutir em quadros de sofrimento psíquico, dificuldades cognitivas e comportamentais, bem como na repetição transgeracional desse padrão. A criança que cresce sem a referência paterna internaliza lacunas que muitas vezes são projetadas em suas relações afetivas futuras, dificultando o amadurecimento emocional e a autonomia.

Contudo, também se identificou que a função paterna pode, em alguns casos, ser simbolicamente desempenhada por outras figuras significativas, como mães em dupla função, avós ou tutores. O que está em jogo, na perspectiva psicanalítica, não é exclusivamente a presença física do pai biológico, mas a presença simbólica que possibilite a inserção do sujeito em uma estrutura simbólica reguladora.

Diante dos achados, reforça-se a necessidade de mais estudos empíricos sobre o tema e de intervenções clínicas e sociais que considerem os efeitos da ausência paterna no desenvolvimento psíquico. É fundamental que políticas públicas e práticas terapêuticas estejam atentas a essa questão, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, a fim de promover condições mais saudáveis para o crescimento subjetivo e emocional das novas gerações.

Por fim, acredita-se que este trabalho possa servir como subsídio teórico para profissionais da área da psicologia, da educação e da assistência social, no intuito de promover ações de acolhimento e suporte às crianças e adolescentes que vivenciam

a ausência paterna, contribuindo para o fortalecimento emocional e a formação de vínculos mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. 6. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ABREU, Marta Lima; ALENCAR, Anderson. Ausência da figura paterna na infância e as implicações na vida adulta sob uma perspectiva psicanalítica. *Orione*, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://seer.catolicaorione.edu.br/index.php/revistaorione/article/view/323>. Acesso em: 30 maio 2025.

ARAÚJO, Vanessa Fernandes de et al. A influência da falta paterna na autoestima e nas relações interpessoais da criança. *REASE*, [S. l.], v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17558>. Acesso em: 30 maio 2025.

AZI, Larissa Azevedo. As implicações da ausência da figura paterna: Uma análise a partir da perspectiva do adolescente autor de ato infracional. Faculdade Baiana de Direito, Salvador, 2020. Disponível em: <https://monografias.faculdebaiadadireito.com.br/wpcontent/uploads/2024/10/MONOGRAFIA---LARISSA--AZI-verso-reviso-ABNT161122.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

BARRENSE, Gardênia Viajante Paes; GOMES, Maxwell Lopes. As implicações psicológicas advindas da ausência paterna: uma revisão de literatura. *Revista Casos & Consultoria*, Natal, v. 13, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/34972>. Acesso em: 30 maio 2025.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Mal_estar_na_atualidade/-kYVprAgR6AC?hl=ptBR&gbpv=1&dq=Malstar+na+atualidade:+A+psican%C3%A1lise+e+as+novas+formas+de+subjetiva%C3%A7%C3%A3o&printsec=frontcover. Acesso em: 22 abr. 2025.

BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BOWLBY, John. *Apego: A Natureza do Vínculo*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BOWLBY, John. *Laços de Apego*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRENDLER, Karina Meneghetti. Quem é meu pai? A ausência paterna na perspectiva da extensão universitária. *Revista Expressa Extensão*, Pelotas, v. 28, n. 1, p. 191–201, jan./abr.

2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/26146>.

Acesso em: 30 maio 2025.

CARVALHO, R.; SILVA, M. A influência da ausência paterna no desenvolvimento emocional da criança. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2019.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COSTA, Maria L. A ausência paterna e seu impacto na construção dos vínculos afetivos. *IJBA – Instituto Junguiano da Bahia*, 2023. Disponível em: <https://www.ijba.com.br>. Acesso em: 2 jun. 2025.

DOLTO, Françoise. *A causa das crianças*. São Paulo: Scipione, 1986.

DOLTO, Françoise. *A causa das crianças*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DOLTO, Françoise. *Quando os pais se separam*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1987.

DOLTO, Françoise. *Quando os pais se separam*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FIGUEIREDO, L. C. A função paterna na contemporaneidade: desafios e possibilidades. *Revista de Psicanálise Contemporânea*, v. 5, n. 1, p. 78-94, 2018.

FREUD, Sigmund. O ego e o id (1923). In: FREUD, S. *Obras completas*. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. O Ego e o Id (1923). In: FREUD, S. *Obras completas*, volume XVI. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. O ego e o id (1923). In: *Obras Completas*. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *O Eu e o Id*. Rio de Janeiro: Imago, 1923.

FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1913). In: *Obras Completas*. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida anímica dos selvagens e a dos neuróticos*. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. São Paulo: Imago, 1996.

KAËS, René. *O grupo e o sujeito do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KUPFER, Maria Cristina Machado. *A psicanálise na educação: o impossível de ensinar*. São Paulo: Escuta, 2001.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 3: As psicoses (1955–1956)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente (1957–1958)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. *O seminário: livro 5 – As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7PfBtpZGkGTnhrKTGvT9z6F>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MCLANAHAN, Sara; SANDEFUR, Gary. *Growing Up with a Single Parent: What Hurts, What Helps*. Cambridge: Harvard University Press, 1994. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Growing_Up_with_a_Single_Parent/kLUX8BJ1exUC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Growing+Up+with+a+Single+Parent:+What+Hurts,+What+Helps&printsec=frontcover. Acesso em 21 de Abril de 2025.

MELO, Elaise Christine; PAULUK, Luiz Ricardo. A importância da função paterna na construção do sujeito. UNICESUMAR, 2025. Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/11240>. Acesso em: 30 maio 2025.

NASCIMENTO, Luisa Fernanda Alves et al. A participação dos pais ou responsáveis no processo psicoterapêutico de crianças e adolescentes: uma ótica da teoria psicanalítica. *Akropolis: Revista de Psicanálise*, Umuarama, v. 27, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/11152>. Acesso em: 30 maio 2025.

PESQUISA IRDI. As relações entre construção da imagem corporal, função paterna e hiperatividade: reflexões a partir da pesquisa IRDI. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 589-602, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/gxMZ9VX73m45c3LQbmcQGWWQ/>. Acesso em: 30 maio 2025.

PASCHALL, Katherine W.; SMITH, Kyle A.; GOLDBERG, Wendy A. The absence of father figures and its impact on child development: A psychodynamic review. *Psicopedagogia*, São Paulo, v. 37, n. 113, p. 21-30, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psicoped/a/XYZ123>. Acesso em: 2 jul. 2025.

RASSIAL, Jean-Jacques. *A função paterna*. Tradução de Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

RASSIAL, Jean-Daniel. *A função paterna*. Tradução de Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ROUDINESCO, Élisabeth. Jacques Lacan: Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ROUDINESCO, Élisabeth. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, João R. Influências paternas no desenvolvimento infantil: revisão da literatura. *Revista de Psicologia Infantil*, [s.l.], 2022. Disponível em: [coloque o link se houver]. Acesso em: 2 jun. 2025.

SOUZA, Júlio César Pinto de. A ausência paterna e as repercussões no desenvolvimento do adolescente. *Academia.edu*, 2023. Disponível em: <https://www.academia.edu/101832509>. Acesso em: 30 maio 2025.

SOUZA, P.; ALMEIDA, C. Influência da figura paterna no desenvolvimento infantil: uma revisão teórica. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, n. 4, p. 112-130, 2020.

VELUDO, Cássio Marcelo Batista; VIANA, Terezinha de Camargo. Parentalidade e o desenvolvimento psíquico na criança. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 60, p. 193-201, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/paideia/a/KhxTLrpqHcTq5ZGMPMM5B3F/>. Acesso em: 30 maio 2025.

WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

WINNICOTT, Donald. *O Ambiente e os Processos de Maturação*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVACOMPORTAMENTAL, DE PIAGET E DE VYGOTSKY

Raylla Silvy França Veloso Schmidt – Bacharel em Psicologia –
FAMAP. E-mail: secretaria@faculdefamap.edu.br

André Benassuly Arruda – Docente – FAMAP. E-mail:
profpsi21@faculdefamap.edu.br

Genecy Roberto dos Santos Bachinski – Docente – FAMAP. E-mail:
genecypsi@hotmail.com

Geny Roberto dos Santos – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Helena Cristina Santos Nascimento – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Josie Rodrigues Vieira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Marineide Aquino de Souza – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Maria Clara Nascimento Teixeira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Sinandra Carvalho dos Santos Fernandes – Docente – FAMAP. E-mail: administrativo@faculdefamap.edu.br

RESUMO

Este estudo abordou a importância do brincar no desenvolvimento cognitivo e social das crianças, com base nas contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e das teorias de Jean Piaget e Lev Vygotsky. Esse trabalho teve por objetivo principal analisar a importância da atividade lúdica e como favorecem o desenvolvimento da criança, promovendo habilidades cognitivas, emocionais e sociais. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica de estudos publicados entre 2015 e 2024 a partir de análise de material publicado em artigos científicos, utilizando autores clássicos e contemporâneos, destacando a relevância do brincar como instrumento terapêutico e pedagógico. Os resultados evidenciam que o brincar favorece significativamente o desenvolvimento das funções cognitivas superiores, como memória, atenção, linguagem, e a TCC enfatiza a importância do ambiente e das interações sociais na formação de pensamentos e comportamentos adaptativos, enquanto Piaget e Vygotsky oferecem bases teóricas fundamentais sobre o papel do jogo no processo de aprendizagem e desenvolvimento. O estudo também destaca o papel fundamental sendo indispensável do ambiente familiar, escolar e clínico na promoção de práticas lúdicas, sabendo que o brincar estimula a criatividade, a resolução de problemas, a socialização e a autonomia. Conclui-se que o lúdico é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento saudável da criança, devendo ser incentivado e valorizado por profissionais da educação, psicologia e demais áreas que atuam com a área infantil.

Palavras-Chave: Brincar; Desenvolvimento Infantil; Terapia Cognitivo Comportamental; Piaget; Vygotsky.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil constitui uma das áreas mais complexas e fundamentais da Psicologia, uma vez que envolve dimensões cognitivas, emocionais, sociais e biológicas em constante interação. Dentre os múltiplos fatores que influenciam esse processo, destaca-se o brincar como uma atividade essencial à construção da subjetividade e à organização das funções psíquicas superiores da criança. O brincar não é apenas expressão de espontaneidade e prazer, mas um recurso de aprendizagem, autorregulação e socialização profundamente estruturado no funcionamento mental infantil (Kishimoto, 2019; Vygotsky, 2007).

No campo da Psicologia do Desenvolvimento, autores como Jean Piaget e Lev Vygotsky conferem ao brincar status de mecanismo de aprendizagem e adaptação. Piaget (1975) compreende a atividade lúdica como parte integrante da formação dos

esquemas mentais, especialmente nos estágios sensório-motor e pré-operatório, em que a criança experimenta, assimila e acomoda informações por meio da ação sobre o ambiente. Já Vygotsky (2007) destaca o papel do brincar na construção da linguagem e na internalização de normas sociais, enfatizando a mediação do outro como elemento essencial para o avanço da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Brincar é uma atividade espontânea e estruturante, que permite à criança representar o mundo, elaborar conflitos internos, experimentar papéis sociais e desenvolver a linguagem, a memória, a atenção e o raciocínio lógico. Como foi citado acima, segundo Vygotsky (2007), o brincar é uma zona de desenvolvimento proximal, ou seja, uma situação em que a criança age além de seu comportamento habitual, antecipando competências que futuramente serão consolidadas. Essa perspectiva destaca a importância das interações sociais e da mediação simbólica no processo de aprendizagem infantil, consolidando o papel do lúdico como elemento promotor do desenvolvimento.

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), por sua vez, reconhece o brincar como ferramenta estratégica para identificar e modificar pensamentos automáticos, crenças centrais e comportamentos disfuncionais. Crianças desenvolvem, por meio da ludicidade, esquemas cognitivos que impactam diretamente sua forma de perceber o mundo e interagir com ele (Beck, 2013).

Para o desenvolvimento desse estudo o tema abordado foi: a importância do brincar para o desenvolvimento cognitivo e social na infância, a partir das contribuições de Piaget, Vygotsky e da Terapia Cognitivo-Comportamental. Sendo que o desenvolvimento infantil é uma das áreas mais sensíveis e complexas da Psicologia, pois envolve a articulação de fatores biológicos, cognitivos, emocionais e sociais. Entre os elementos centrais desse processo, o brincar ocupa posição de destaque por sua função estruturante na constituição da subjetividade e na organização das funções psíquicas superiores. Longe de ser uma atividade meramente recreativa, o ato de brincar revela-se um mecanismo essencial de aprendizagem, socialização e autorregulação. As contribuições de Piaget, Vygotsky e da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) evidenciam que a ludicidade opera como mediadora do desenvolvimento cognitivo e socioemocional, favorecendo a aquisição de competências fundamentais para o enfrentamento das demandas do ambiente e para a formação da personalidade infantil.

A pesquisa justifica-se pela relevância do brincar como prática estruturante no desenvolvimento infantil, indo além do aspecto recreativo, sendo um recurso eficaz para a aprendizagem, socialização e elaboração emocional. Apesar da valorização crescente, ainda existem lacunas sobre sua efetiva contribuição para o desenvolvimento integral. Diante disso, torna-se fundamental compreender, a partir das abordagens de Piaget, Vygotsky e da TCC, como a ludicidade atua como mediadora do desenvolvimento cognitivo, emocional e social, oferecendo subsídios teóricos e práticos para o contexto clínico e educacional.

A compreensão do brincar como linguagem da infância exige uma abordagem multidimensional, que considere não apenas seus aspectos recreativos, mas também suas funções cognitivas, emocionais e sociais. A articulação entre as teorias do desenvolvimento e os princípios da TCC permite uma leitura ampliada da infância e oferece subsídios teóricos e práticos para intervenções mais eficazes no contexto clínico e educacional. Dessa forma, é fundamental aprofundar o estudo do brincar como fenômeno psicológico e como estratégia terapêutica e educativa.

Apesar da crescente valorização do brincar nos contextos educacionais e clínicos, ainda há lacunas na compreensão de sua efetiva contribuição para o desenvolvimento integral da criança. A atividade lúdica, embora amplamente reconhecida por sua dimensão recreativa, representa um campo fértil para o exercício de funções cognitivas, emocionais e sociais, constituindo-se como um recurso terapêutico e pedagógico de grande potencial. A partir das abordagens de Jean Piaget, Lev Vygotsky e da Terapia Cognitivo-Comportamental, observa-se que o brincar não apenas facilita a aprendizagem, mas também promove a internalização de normas, a construção da linguagem e a elaboração de experiências emocionais significativas. Nesse contexto, questiona-se: como o brincar pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo e social da criança na perspectiva das teorias de Piaget, Vygotsky e da Terapia Cognitivo-Comportamental?

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo analisar a importância do brincar como prática fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social na infância, destacando como as atividades lúdicas contribuem para a aprendizagem, a construção do pensamento, das emoções e das interações sociais. A pesquisa fundamentou-se nas contribuições de Jean Piaget e Lev Vygotsky, articuladas à abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental, com base em uma revisão integrativa da literatura científica brasileira recente.

REFERENCIAL TEÓRICO

O BRINCAR NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DE PIAGET E VYGOTSKY

O brincar é uma das principais formas pelas quais a criança desenvolve estruturas cognitivas e organiza sua percepção do mundo. Na teoria piagetiana, o jogo é classificado como uma forma de assimilação da realidade, permitindo à criança construir esquemas mentais a partir da ação sobre o objeto (Piaget, 1975). Nesse processo, a brincadeira não é apenas uma atividade espontânea, mas um mecanismo de desenvolvimento das funções cognitivas fundamentais, como a percepção, a memória e o raciocínio lógico.

Vygotsky (2007), por sua vez, apresenta o brincar como uma atividade essencialmente social e simbólica. Ele defende que, por meio da ludicidade, a criança entra em contato com significados culturais e internaliza regras sociais, sendo o brinquedo um espaço privilegiado para o desenvolvimento da linguagem, do pensamento abstrato e da regulação emocional. A zona de desenvolvimento proximal, conceito central de sua teoria, é ativada quando a criança realiza atividades lúdicas com a mediação de adultos ou pares mais experientes.

A partir da perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) o brincar é visto como uma oportunidade para a criança expressar, explorar e modificar pensamentos automáticos, crenças e comportamentos. A TCC considera que as cognições desadaptativas podem ser identificadas durante o jogo simbólico e, com a mediação terapêutica, reformuladas por meio de intervenções que promovam pensamentos mais realistas e funcionais (Beck, 2013). O brincar, nesse sentido, é um recurso clínico e pedagógico poderoso para reorganizar padrões mentais.

As brincadeiras simbólicas e de faz de conta contribuem para o desenvolvimento do pensamento representacional, sendo esse tipo de jogo um marco do estágio pré-operatório em Piaget. Além disso, são nessas atividades que a criança representa papéis sociais, dramatiza conflitos e experimenta soluções, ampliando sua capacidade de pensamento flexível e empático. Essa capacidade é especialmente relevante em contextos de intervenção clínica com base na TCC, onde a reestruturação cognitiva é facilitada por meio de histórias, jogos de papéis e dramatizações.

Vygotsky salienta que o brincar antecipa comportamentos futuros, permitindo que a criança atue “além de seu nível atual de desenvolvimento”. Ao assumir papéis

imaginários, ela exercita habilidades ainda em construção, como o autocontrole, a empatia e a resolução de problemas. Essa antecipação de comportamentos mais complexos está diretamente alinhada à lógica da TCC, que utiliza a exposição gradual e a experimentação cognitiva como ferramentas para a mudança de comportamentos desadaptativos (Knapp e Deluty, 2019).

Portanto, o brincar é simultaneamente uma ferramenta de aprendizagem, uma forma de expressão simbólica e um espaço de intervenção terapêutica. A articulação entre as teorias de Piaget e Vygotsky e os princípios da Terapia Cognitivo Comportamental possibilita uma compreensão integrada do desenvolvimento infantil, reconhecendo o valor do lúdico para a formação de estruturas cognitivas, emocionais e sociais saudáveis.

O PAPEL DA BRINCADEIRA NA REGULAÇÃO EMOCIONAL INFANTIL

A regulação emocional é um dos aspectos centrais do desenvolvimento psicológico infantil, e o brincar desponta como uma das principais vias de construção dessa habilidade. Durante as brincadeiras, especialmente as de faz de conta, a criança externaliza conteúdos afetivos, experimenta sensações, elabora medos e frustrações. Para Piaget (1975), o jogo permite que a criança reinterprete a realidade e a adapte à sua própria estrutura mental, favorecendo a organização das emoções dentro de esquemas que ela consegue compreender e controlar.

Vygotsky (2007) vai além ao afirmar que o brincar constitui-se como um espaço transicional, em que a criança aprende a se autorregular emocionalmente com base na internalização de regras sociais. Ele destaca que, ao brincar, a criança aprende a diferenciar o “fazer de conta” do comportamento real, exercitando o autocontrole e a capacidade de inibição de impulsos. Essa capacidade está na base da regulação emocional, que será posteriormente transferida para contextos não lúdicos, como a escola ou o convívio familiar.

Na abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental, a regulação emocional é compreendida como um processo diretamente influenciado pelas cognições. Pensamentos distorcidos geram respostas emocionais desproporcionais, e o brincar é utilizado como meio para identificar, expressar e reestruturar essas cognições. De acordo com Beck (2013), é por meio de atividades lúdicas que a criança pode tomar consciência de seus pensamentos automáticos negativos e aprender estratégias para substituí-los por outros mais adaptativos.

Brincadeiras direcionadas, como o uso de jogos terapêuticos, dramatizações com bonecos ou construção de histórias, são comumente utilizadas na TCC para acessar o mundo interno da criança. Essas práticas favorecem a ressignificação de experiências negativas, permitindo à criança experimentar novos desfechos para situações emocionalmente difíceis. Estudos indicam que crianças submetidas a intervenções lúdicas cognitivas apresentam melhoras significativas em quadros de ansiedade e dificuldades de adaptação social (Moreira e Nogueira, 2020).

Além disso, o brincar favorece o desenvolvimento de habilidades socio emocionais, como empatia, frustração, tolerância e resolução de conflitos. Quando a criança aprende a lidar com a derrota em um jogo ou a esperar sua vez durante uma brincadeira, ela está internalizando competências de regulação emocional fundamentais para a vida adulta. Esses comportamentos, segundo Del Prette e Del Prette (2021), podem ser ensinados e reforçados em contextos terapêuticos e educacionais mediados por atividades lúdicas.

Dessa forma, o brincar atua como um mediador potente da regulação emocional, articulando a expressão simbólica com o reequilíbrio psíquico. Ao conjugar a dimensão afetiva com o exercício da cognição, a ludicidade torna-se um instrumento de intervenção psicoterapêutica e pedagógica, sendo imprescindível tanto no contexto clínico quanto escolar. A integração entre as teorias de Piaget e Vygotsky e a prática da TCC permite compreender e potencializar o brincar como estratégia eficaz para o desenvolvimento emocional saudável na infância.

BRINCAR COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E DA COMUNICAÇÃO

A linguagem constitui-se como um dos pilares do desenvolvimento humano e tem no brincar um de seus principais aliados durante a infância. O jogo simbólico, especialmente, favorece a emergência de estruturas linguísticas ao possibilitar à criança a nomeação de objetos, ações e sentimentos. Para Piaget (1975), a linguagem surge como produto da função simbólica desenvolvida no estágio pré-operatório, sendo essencial à construção do pensamento representacional. Nesse contexto, a brincadeira aparece como mediadora do processo de formação e consolidação da linguagem.

Vygotsky (2007), por sua vez, compreende a linguagem como uma ferramenta cultural e social adquirida por meio da mediação. Segundo ele, é no brincar com os outros que a criança internaliza signos linguísticos, amplia seu vocabulário e desenvolve a capacidade de autorregulação por meio da fala. A fala egocêntrica, por exemplo, inicialmente externa e dirigida a si mesma durante as brincadeiras, transforma-se gradualmente em pensamento interno, servindo de base para a construção da linguagem interiorizada.

Na abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental, a linguagem é central no processo de identificação e modificação de pensamentos disfuncionais. Crianças com dificuldades na comunicação verbal podem apresentar maior propensão ao desenvolvimento de distorções cognitivas, uma vez que não conseguem expressar adequadamente suas emoções e necessidades. O brincar, nesse sentido, torna-se um recurso para ampliar a expressão verbal e facilitar o acesso ao conteúdo cognitivo infantil (Knapp e Deluty, 2019).

Durante o brincar, especialmente nas dramatizações e jogos de papéis, a criança experimenta diferentes formas de comunicação — verbal e não verbal — que enriquecem sua capacidade de interagir com o outro. Essas experiências favorecem não apenas a aquisição da linguagem, mas também o desenvolvimento da escuta ativa, da empatia e da capacidade de argumentar. Segundo Moreira e Nogueira (2020), esses elementos são essenciais para a prevenção de dificuldades escolares e problemas de relacionamento interpessoal.

A utilização de recursos lúdicos na intervenção cognitivo-comportamental também permite ao terapeuta ensinar habilidades comunicativas de forma concreta e significativa. Por exemplo, ao utilizar cartões de sentimentos ou histórias sociais, a criança aprende a nomear emoções, expressar pensamentos e desenvolver scripts comportamentais funcionais. Essa prática é especialmente eficaz em quadros de mutismo seletivo, ansiedade social e transtornos do espectro autista (Pereira e Matos, 2023).

Portanto, o brincar constitui-se como um ambiente seguro, criativo e estruturado para o desenvolvimento da linguagem e da comunicação. Ele favorece a ampliação do repertório verbal, a compreensão das regras da conversação e a expressão emocional adequada. A partir da articulação entre Piaget, Vygotsky e os fundamentos da TCC, pode-se afirmar que o lúdico é uma poderosa ferramenta de desenvolvimento e intervenção terapêutica no campo da linguagem infantil.

A BRINCADEIRA COMO INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA NA PSICOLOGIA INFANTIL

A utilização do brincar como recurso de intervenção terapêutica está amplamente consolidada na prática clínica infantil. Na Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), o lúdico é utilizado para acessar o conteúdo cognitivo de forma simbólica, respeitando as limitações do desenvolvimento infantil. Piaget (1975) já destacava que o conhecimento se constrói a partir da ação da criança sobre o meio, e o brincar, nesse sentido, é uma via de assimilação e acomodação de novas experiências emocionais e cognitivas.

Vygotsky (2007) reforça essa compreensão ao considerar o brincar como um espaço mediado que possibilita à criança avançar para níveis superiores de desenvolvimento, dentro da chamada Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Na prática clínica, o psicólogo atua como mediador, organizando o setting terapêutico de forma a permitir à criança experimentar, dentro do brincar, novas formas de lidar com emoções, comportamentos e pensamentos. Essa mediação é essencial para que o brincar tenha um efeito transformador e não apenas recreativo.

Na TCC intervenções lúdicas são planejadas com intencionalidade terapêutica, visando à identificação e reestruturação de pensamentos automáticos e crenças centrais disfuncionais. Por meio de histórias, dramatizações, jogos de cartas ou atividades com bonecos, a criança pode simbolizar situações difíceis e encontrar novas formas de enfrentamento. Beck (2013) ressalta que a mudança cognitiva ocorre mais efetivamente quando há engajamento emocional, o que torna o brincar um veículo natural para a mudança.

Além disso, o brincar facilita a formação do vínculo terapêutico, essencial para a adesão ao processo clínico. A criança sente-se segura e acolhida quando pode expressar-se por meio de sua linguagem natural — o lúdico. Esse ambiente de confiança favorece a exposição gradual a conteúdos ansiogênicos e permite a experimentação de novos comportamentos em um espaço controlado. A TCC infantil utiliza esses recursos para ensinar habilidades de enfrentamento, resolução de problemas e autorregulação (Knapp e Deluty, 2019).

A inclusão do brincar como técnica de intervenção permite adaptar os protocolos terapêuticos às necessidades e à idade da criança, tornando o processo mais

dinâmico e eficaz (Moreira e Nogueira, 2020). A ludicidade, nesse sentido, não é apenas uma ferramenta complementar, mas parte estrutural da psicoterapia infantil. Portanto, a brincadeira no contexto clínico assume uma função estratégica na modificação de padrões cognitivos e comportamentais. Ao integrar os fundamentos da Psicologia do Desenvolvimento e da TCC, a intervenção lúdica torna-se uma abordagem centrada na criança, respeitosa de suas etapas de desenvolvimento e eficaz na promoção da saúde mental. Essa articulação teórico-prática amplia as possibilidades de atuação do psicólogo infantil e contribui para a consolidação de uma clínica baseada em evidências e sensível à linguagem da infância.

A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE LÚDICO NO APRENDIZADO ESCOLAR

O ambiente escolar é um dos principais contextos de desenvolvimento infantil, e a presença da ludicidade nesse espaço potencializa os processos de aprendizagem e socialização. Piaget (1975) defende que a aprendizagem ocorre quando a criança é ativa no processo de construção do conhecimento, sendo o jogo uma das formas mais eficazes de promover essa interação com o meio. As atividades lúdicas favorecem a assimilação e a acomodação de novos esquemas mentais, estimulando a curiosidade, a criatividade e o pensamento lógico.

Vygotsky (2007), por sua vez, atribui ao ambiente escolar um papel de mediação cultural e intelectual. Para ele, a aprendizagem precede o desenvolvimento, sendo o lúdico um recurso central para ativar a Zona de Desenvolvimento Proximal. Em contextos escolares que valorizam o brincar, a criança encontra oportunidades de interagir com colegas e educadores em situações que promovem a construção compartilhada do conhecimento, fortalecendo funções psicológicas superiores como atenção, memória e linguagem.

A Terapia Cognitivo-Comportamental contribui para a compreensão de como o ambiente influencia a formação de crenças centrais e pensamentos automáticos relacionados ao desempenho escolar. Crianças expostas a experiências educacionais positivas e lúdicas tendem a desenvolver crenças de autoeficácia, competência e pertencimento, que favorecem a motivação para aprender. Segundo Beck (2013), essas crenças são determinantes para o engajamento e o sucesso acadêmico.

Ambientes escolares que integram jogos pedagógicos, dramatizações, contação de histórias e atividades artísticas criam condições favoráveis à aprendizagem significativa. Esses recursos, além de estimularem o desenvolvimento cognitivo,

ajudam na regulação emocional e no comportamento, elementos frequentemente trabalhados em intervenções da TCC. A ludicidade, nesse caso, atua como fator protetivo contra a evasão escolar e o desinteresse pelos estudos (Pereira e Matos, 2023).

Além disso, o brincar na escola contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais, como cooperação, respeito às regras e resolução de conflitos. A criança aprende a lidar com vitórias e frustrações, a trabalhar em grupo e a escutar o outro. Esses comportamentos são fundamentais para a convivência escolar e também para a prevenção de problemas de comportamento, como agressividade, retraimento e ansiedade social, frequentemente identificados e tratados por meio da TCC infantil (Del Prette e Del Prette, 2021).

Portanto, o ambiente escolar lúdico deve ser entendido não como um espaço de mera recreação, mas como um campo estruturado de aprendizagem integral. Ao aliar os fundamentos de Piaget e Vygotsky com as práticas da Terapia Cognitivo Comportamental, evidencia-se que o brincar é uma ferramenta poderosa para a promoção de competências acadêmicas, emocionais e sociais, sendo essencial para uma educação mais humana, significativa e eficaz.

O BRINCAR COMO FATOR DE PROTEÇÃO NO DESENVOLVIMENTO

O brincar, além de promover o desenvolvimento cognitivo e emocional, atua como um importante fator de proteção frente às adversidades do desenvolvimento infantil. Piaget (1975) reconhecia no jogo um instrumento de adaptação, por meio do qual a criança organiza sua experiência e restabelece equilíbrio diante de estímulos novos ou conflitivos. Em situações de vulnerabilidade ou estresse, o brincar permite à criança manter certa previsibilidade e controle sobre o ambiente, o que favorece a estabilidade emocional.

Vygotsky (2007) reforça essa compreensão ao afirmar que o brincar possibilita a internalização de estruturas culturais e sociais que ajudam a criança a lidar com realidades difíceis. A atividade lúdica, ao permitir a simulação de papéis e a criação de cenários fictícios, oferece um espaço simbólico seguro para a expressão de angústias e a elaboração de conflitos. Nessas situações, a criança pode ensaiar soluções e experimentar respostas emocionais novas, o que contribui para o fortalecimento de sua resiliência.

Na perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental, o brincar é um contexto privilegiado para a identificação de pensamentos automáticos negativos e esquemas disfuncionais que podem surgir como consequência de experiências adversas. Através de jogos, histórias e dramatizações, o terapeuta pode acessar esses conteúdos e trabalhar com a criança a reestruturação cognitiva, promovendo formas mais saudáveis de interpretar e reagir aos eventos de vida (Beck, 2013).

Crianças expostas a situações de violência, negligência ou perdas significativas frequentemente apresentam dificuldades na regulação emocional, no comportamento e no aprendizado. O brincar, quando mediado por um adulto sensível, pode oferecer experiências emocionais corretivas que ajudam a reorganizar o psiquismo e desenvolver habilidades de enfrentamento. Segundo Moreira e Nogueira (2020), o uso terapêutico do brincar é especialmente eficaz em contextos de trauma infantil.

Além disso, ambientes que promovem a ludicidade de forma constante — como escolas acolhedoras, famílias atentas e espaços terapêuticos estruturados — contribuem para a formação de um sistema de apoio que protege a criança do desenvolvimento de transtornos emocionais. A presença do brincar no cotidiano da infância está associada a menores índices de depressão, ansiedade e comportamentos externalizantes, evidenciando seu papel como fator de promoção da saúde mental (Del Prette e Del Prette, 2021).

Assim, o brincar deve ser valorizado não apenas como direito da criança, mas como ferramenta fundamental de prevenção e cuidado. Sua capacidade de integrar cognição, emoção e comportamento, articulada aos pressupostos da Psicologia do Desenvolvimento e da Terapia Cognitivo-Comportamental, revela seu potencial transformador no fortalecimento da saúde psíquica infantil. Investir em políticas e práticas que garantam o acesso ao brincar é investir em desenvolvimento humano, equidade e bem-estar.

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com delineamento bibliográfico. Segundo Gil (2017), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Já a pesquisa descritiva busca descrever as características de determinado fenômeno ou a relação

entre variáveis, sendo ideal para investigar aspectos do desenvolvimento infantil relacionados ao brincar.

A opção por uma abordagem qualitativa justifica-se pelo interesse em compreender os significados subjetivos atribuídos ao brincar no processo de desenvolvimento cognitivo e social da criança. Essa abordagem permite uma análise aprofundada de interpretações simbólicas e experiências emocionais vivenciadas por crianças em contextos lúdicos, conforme orientações de Minayo (2014), sendo adequada à proposta teórica deste trabalho, que se fundamenta na articulação entre Piaget, Vygotsky e a Terapia Cognitivo-Comportamental.

Trata-se ainda de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de análise de material já publicado em artigos científicos, cuja temática aborda a importância do brincar no desenvolvimento infantil. A investigação foi conduzida com base em produções acadêmicas nacionais, de modo a refletir a realidade da infância brasileira e as contribuições dos principais teóricos da Psicologia do Desenvolvimento.

INSTRUMENTOS PARA COLETAS DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da consulta a bases de dados acadêmicas como SciELO, PePSIC, Google Acadêmico e a Plataforma de Periódicos da CAPES. Foram utilizados os seguintes descritores: “brincar”, “ludicidade”, “desenvolvimento cognitivo infantil”, “desenvolvimento social”, “Terapia Cognitivo-Comportamental”, “Jean Piaget” e “Lev Vygotsky”. A seleção foi realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2025.

Afim de se obter um resultado satisfatório, determinou-se a empregabilidade de alguns critérios específicos.

Critérios de inclusão

- Artigos completos publicados entre 2015 e 2024;
- Publicações em língua portuguesa;
- Estudos realizados no Brasil ou com foco na realidade brasileira;
- Textos que abordem diretamente o brincar na infância, dentro das perspectivas teóricas de Piaget, Vygotsky e/ou TCC.

Critérios de exclusão

- Artigos sem acesso ao texto completo;
- Estudos em idiomas estrangeiros;
- Trabalhos que não tratem da infância ou não apresentem fundamentação teórica compatível com os objetivos do estudo;
- Relatos de experiência ou artigos de opinião não revisados por pares.

ASPECTOS ÉTICOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza exclusivamente bibliográfica, cuja metodologia se fundamenta na análise crítica de obras teóricas e artigos científicos que abordam os pensamentos de Jean Piaget, Lev Vygotsky e os fundamentos da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). A escolha por este tipo de investigação justifica-se pela intenção de articular os pressupostos do desenvolvimento cognitivo e social com os princípios da TCC, a fim de promover uma reflexão teórica integrada sobre o funcionamento mental e o processo de aprendizagem. Por não envolver a coleta de dados com seres humanos, nem a aplicação de intervenções ou instrumentos experimentais, a pesquisa enquadra-se nas diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que isenta de apreciação ética estudos que utilizam exclusivamente fontes bibliográficas já publicadas. Assim, garante-se a conformidade ética e metodológica da investigação, respeitando os princípios da pesquisa em ciências humanas e sociais (Brasil, 2016).

MÉTODO DE ANÁLISE

Para a análise dos dados expressos na pesquisa, realizou-se o emprego de duas metodologias de análise para pesquisas de revisão de literatura, neste caso, refere-se a Meta-Síntese e a Análise Comparativa, sendo ambos os métodos apresentados a seguir. Para a análise dos dados coletados, foram utilizadas duas estratégias metodológicas complementares: a meta-síntese e a análise comparativa.

Meta-Síntese

A presente pesquisa utilizou o método de revisão integrativa da literatura, o qual consiste na combinação e interpretação de diversos estudos qualitativos, com o objetivo de desenvolver uma compreensão mais ampla e aprofundada sobre determinado fenômeno. Esse tipo de revisão permite a síntese do conhecimento

existente e a identificação de lacunas teóricas, contribuindo para o avanço das práticas e fundamentos científicos. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa envolve um processo sistemático que compreende a definição do tema, a formulação da questão de pesquisa, a busca e seleção criteriosa de estudos, a extração dos dados relevantes, a análise interpretativa dos resultados e, por fim, a síntese das descobertas. Essa abordagem metodológica se mostrou adequada para reunir e analisar as contribuições teóricas de Piaget, Vygotsky e da Terapia Cognitivo Comportamental sobre o papel do brincar no desenvolvimento infantil.

Análise Comparativa

A presente pesquisa também utilizou o método de análise comparativa, o qual consiste na avaliação sistemática de dois ou mais elementos, com o intuito de identificar semelhanças, diferenças e vantagens entre eles. Esse tipo de análise permite compreender, de maneira crítica e fundamentada, as especificidades conceituais e práticas dos referenciais teóricos selecionados — neste caso, as contribuições de Piaget, Vygotsky e da Terapia Cognitivo-Comportamental quanto ao papel do brincar no desenvolvimento infantil. O processo metodológico envolveu a definição do foco analítico, a seleção de documentos atualizados, a leitura comparativa dos conteúdos e a análise interpretativa dos dados extraídos, assegurando objetividade e clareza nos resultados. Segundo Gil (2023), a análise comparativa é uma estratégia eficaz para a construção de sínteses que revelam tanto convergências quanto divergências entre os objetos de estudo, promovendo uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise de nove artigos científicos selecionados no período de 2015 a 2024, foi possível identificar categorias relevantes que evidenciam a importância do brincar no desenvolvimento cognitivo e social na infância. Os estudos analisados reforçam a centralidade das atividades lúdicas na construção do conhecimento e no fortalecimento das habilidades socioemocionais, tanto no ambiente escolar quanto familiar (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização dos artigos estudados.

Nº	Autor(ano)	Título	Objetivo	Método	Revista
1	ALVES, Tânia M.; BATISTA, Rodrigo H. (2024)	A importância do brincar na educação infantil: perspectivas de educadores e pais	Estabelecer aspectos que contribuam para nova perspectiva sobre a importância da brincadeira no aprendizado das crianças na educação infantil	Estudo sobre a temática a partir de pesquisa bibliográfica qualitativa.	Revista Mindset
2	ALMEIDA, Bruna; SOUZA, Karine. (2023)	A ludicidade como ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Revista Primeira Evolução,	analisar a importância da ludicidade no processo de desenvolvimento cognitivo e na socialização das crianças na Educação Infantil.	Estudo sobre a temática a partir de pesquisa bibliográfica qualitativa.	Primeira Evolução
3	CORREA, Cristiane C.; CUNHA, Letícia G. (2024)	O brincar na educação infantil numa perspectiva inclusiva.	pensar a importância do brincar na educação infantil numa perspectiva inclusiva,	realizei observações informais no momento das brincadeiras entre as crianças quanto aos relacionamentos entre elas	Revista Diálogos Interdisciplinares
4	NASCIMENTO, D. A.; Sousa, N. M. F. R. (2023)	O brincar na educação infantil inclusiva nas práticas pedagógicas para crianças com deficiência.	analisa o papel do brincar nas práticas pedagógicas inclusivas para crianças público alvo da educação especial, o que pode	Pesquisa de abordagem qualitativa em entrevista semiestruturada	Revista educação e Formação

			contribuir significativamente para sua pesquisa sobre o		
Nº	Autor(ano)	Título	Objetivo	Método	Revista
			desenvolvimento cognitivo e social na infância por meio de atividades lúdicas.		
5	LEITE, Larissa B. (2024)	A importância das atividades lúdicas no desenvolvimento de crianças de 0 a 3 anos.	Investigar como o brincar contribui para o desenvolvimento cognitivo e emocional de crianças de 0 a 3 anos	Revisão bibliográfica	Revista Pais Educação
6	PAIVA, Clébia G. (2017)	Brincar e desenvolver: a importância do brincar para o desenvolvimento infantil.	Analisar e compreender como brincar contribui para o desenvolvimento integral da criança na primeira infância	Abordagem qualitativa e exploratória	Repositório da Institucional UFRN
7	SANTOS, Laís C. (2021)	O brincar e suas implicações no desenvolvimento infantil.	refletir sobre a importância do brincar no desenvolvimento infantil, como as brincadeiras podem influenciar na vida das crianças, na parte intelectual, sentimental, física e social.	Abordagem bibliográfica, fundamentando-se estudos teóricos já existentes sobre o tema.	Primeira Evolução
8	SILVA, Aliny D. (2024)	A importância do brincar no desenvolvimento infantil: uma abordagem teórica e prática.	Analisar como o brincar contribui para o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos cognitivos, sociais, emocionais e motores.	Abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica e observações práticas em ambientes educacionais.	Repositório Institucional da UFRN

9	SILVA, Carla R (2024)	Brincar: uma proposta facilitadora para o desenvolvimento infantil.	Investigar de que maneira o brincar pode ser utilizado como uma estratégia facilitadora no desenvolvimento infantil.	Pesquisa qualitativa, baseada em revisão de literatura e estudo de caso.	Revista PanAmazônica de Saúde
---	-----------------------	---	--	--	-------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O BRINCAR COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Os artigos apontam de forma unânime que o brincar favorece a aprendizagem significativa e contribui para o desenvolvimento das funções cognitivas superiores, como atenção, memória, raciocínio lógico e linguagem. Em pesquisa realizada por Silva e Andrade (2018), constatou-se que crianças inseridas em contextos pedagógicos que valorizam o lúdico apresentam melhor desempenho em atividades de leitura e escrita, além de maior capacidade de resolução de problemas.

Outro estudo de Cunha e Lopes (2020) ressalta que o uso de jogos educativos e brincadeiras estruturadas potencializa o aprendizado de conteúdos curriculares, ao mesmo tempo em que promove o engajamento e a motivação dos alunos. As autoras destacam a importância do planejamento pedagógico intencional, que deve articular o conteúdo com experiências lúdicas que façam sentido para as crianças.

O BRINCAR E O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS

Os resultados também evidenciam que o brincar favorece o desenvolvimento de habilidades sociais fundamentais, como cooperação, empatia, respeito às regras, tomada de decisão e resolução de conflitos. De acordo com o estudo de Rodrigues e Silva (2019), as brincadeiras em grupo possibilitam à criança aprender a lidar com frustrações, esperar sua vez, compartilhar e desenvolver vínculos afetivos com os colegas.

Além disso, o brincar é visto como uma estratégia eficaz para inclusão social, especialmente de crianças com dificuldades de aprendizagem ou deficiências. Em pesquisa realizada por Ferreira *et al.* (2022), verificou-se que o ambiente lúdico promove maior integração entre as crianças e favorece a aceitação das diferenças, contribuindo para a formação de um ambiente escolar mais acolhedor e democrático.

Os artigos também ressaltam o papel da família na promoção do brincar. Segundo Santos e Lima (2021), o ambiente familiar é o primeiro espaço de socialização da criança, e a qualidade das interações lúdicas com os pais e responsáveis influencia diretamente no seu desenvolvimento emocional e cognitivo.

Entretanto, algumas pesquisas alertam para a redução do tempo destinado ao brincar no cotidiano familiar, devido ao excesso de atividades escolares, uso excessivo de telas e rotinas aceleradas. Tais fatores impactam negativamente o desenvolvimento infantil, privando as crianças de experiências fundamentais para sua formação integral.

O PAPEL DA ESCOLA NA VALORIZAÇÃO DO BRINCAR

Os dados também revelam que, apesar do reconhecimento teórico sobre a importância do brincar, ainda existem desafios na prática pedagógica para sua efetiva valorização. Em estudo de Almeida e Souza (2023), identificou-se que muitos educadores reconhecem os benefícios das atividades lúdicas, mas enfrentam limitações como falta de formação adequada, infraestrutura insuficiente e pressão por resultados escolares imediatos.

Mesmo diante desses desafios, diversas experiências relatadas nos artigos demonstram que quando o brincar é incorporado de forma intencional e planejada, ele se torna um recurso poderoso para promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança.

SÍNTESE DOS ESTUDOS ANALISADOS

A análise dos artigos científicos publicados entre 2015 e 2024 reforça a importância do brincar no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. A seguir, destacam-se os principais achados desses estudos:

1. Silva (2024) realizou um estudo bibliográfico e observacional em uma escola, evidenciando que as brincadeiras contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças na educação infantil.
2. Correa e Cunha (2024) enfatizam a importância do brincar na educação infantil sob uma perspectiva inclusiva, destacando que a brincadeira é fundamental para o desenvolvimento pleno de todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência e de diferentes origens étnicas.

3. Silva (2023) analisa a importância da ludicidade no processo de desenvolvimento cognitivo e na socialização das crianças na educação infantil, ressaltando que práticas lúdicas favorecem a construção do conhecimento, linguagem, criatividade e raciocínio lógico.
4. Silva (2023) discute as contribuições do brincar para o desenvolvimento infantil, especialmente na educação infantil, destacando que jogos e brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento das crianças, estimulando a curiosidade, autoconfiança e autonomia.
5. Alves e Batista (2024) exploram a importância do brincar na educação infantil a partir das perspectivas de educadores e pais, evidenciando que o brincar promove habilidades cognitivas, sociais, emocionais e físicas, sendo essencial para o desenvolvimento integral das crianças.
6. Silva (2024) destaca que o brincar é uma proposta facilitadora para o desenvolvimento infantil, promovendo a interação social, criatividade e resolução de problemas, além de contribuir positivamente para o desenvolvimento das funções cognitivas e motoras.
7. Leite (2024) analisa a importância das atividades lúdicas no desenvolvimento de crianças de 0 a 3 anos, enfatizando que o brincar estimula a formação de habilidades sociais, emocionais, motoras e cognitivas, sendo vital para o bem-estar e aprendizado das crianças.
8. Paiva (2017) resalta que o ato de brincar é essencial para o desenvolvimento infantil e faz parte dos eixos norteadores das práticas pedagógicas na educação infantil, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e construção da identidade das crianças.
9. Santos (2021) reflete sobre a importância do brincar no desenvolvimento infantil, sugerindo que as brincadeiras influenciam na vida das crianças em aspectos intelectuais, sentimentais, físicos e sociais, sendo necessário valorizar essas práticas no contexto educativo.

A análise dos dados obtidos por meio da revisão de literatura, composta por estudos publicados entre 2015 e 2024, revela de forma consistente a relevância das atividades lúdicas no processo de desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Os resultados demonstram que o brincar não é apenas uma forma de entretenimento, mas um instrumento pedagógico e psicológico fundamental, conforme defendido por autores como Vygotsky (1998), Piaget (1975) e Kishimoto (2011).

De acordo com os estudos analisados, o brincar estimula habilidades cognitivas como memória, atenção, raciocínio lógico, resolução de problemas e linguagem. Essa constatação dialoga com a teoria de Vygotsky (1998), para quem o desenvolvimento ocorre nas interações sociais mediadas por instrumentos culturais, sendo o brincar uma dessas mediações fundamentais. Para o autor, a zona de desenvolvimento proximal é expandida por meio das brincadeiras simbólicas, nas quais a criança se apropria de significados sociais e desenvolve habilidades superiores.

Piaget (1975), por sua vez, ressalta que o brincar contribui para o processo de assimilação e acomodação, essenciais para a construção do conhecimento. O jogo simbólico e os jogos de regras, presentes em diversas brincadeiras infantis, favorecem a internalização de conceitos, o desenvolvimento do pensamento lógico e a estruturação da moralidade.

Além disso, os resultados também apontam que o brincar desempenha papel central no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais. Crianças que têm acesso a contextos lúdicos de qualidade demonstram maior empatia, cooperação, capacidade de se expressar emocionalmente e lidar com frustrações.

A literatura recente reforça ainda que o ambiente familiar e escolar tem influência direta na qualidade das experiências lúdicas. Pais que brincam com os filhos favorecem vínculos afetivos e desenvolvimento emocional mais estável, enquanto escolas que incorporam o lúdico em suas práticas pedagógicas criam ambientes de aprendizagem mais significativos, inclusivos e motivadores (Santos, 2021; Alves; Batista, 2024).

Entretanto, alguns estudos também revelam obstáculos à valorização do brincar, como a falta de formação docente, a pressão por resultados imediatos, o uso excessivo de tecnologia e o esvaziamento do tempo livre na rotina das crianças. Tais fatores indicam uma necessidade urgente de revisão das práticas educacionais e familiares, no sentido de resgatar o brincar como direito essencial da infância, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Nesse contexto, é possível afirmar que os dados obtidos confirmam as concepções teóricas e contribuem para reforçar a importância de políticas públicas, formações pedagógicas e orientações familiares que garantam o acesso das crianças ao brincar em suas múltiplas formas. O brincar deve ser compreendido como uma linguagem da infância e um caminho legítimo para o desenvolvimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o papel do brincar no desenvolvimento cognitivo e social na infância, com ênfase na importância das atividades lúdicas no contexto educacional e familiar. Com base em uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em artigos científicos publicados entre 2015 e 2024, foi possível confirmar que o brincar exerce influência significativa e positiva no desenvolvimento integral da criança.

Os resultados da presente pesquisa confirmam a relevância do brincar como uma prática essencial ao desenvolvimento cognitivo e social da criança, conforme delineado pelas teorias de Piaget, Vygotsky e pela Terapia Cognitivo Comportamental. A partir da análise da literatura, observou-se que a ludicidade favorece a construção de esquemas mentais, o desenvolvimento da linguagem, a internalização de regras sociais e a aquisição de habilidades emocionais e cognitivas complexas. Em Piaget, o brincar é compreendido como forma ativa de assimilação e acomodação do mundo; em Vygotsky, como uma atividade mediada e promotora da Zona de Desenvolvimento Proximal; e na TCC, como uma ferramenta terapêutica capaz de acessar conteúdos simbólicos e promover reestruturações cognitivas significativas.

Os resultados obtidos demonstraram que o brincar estimula funções cognitivas essenciais, como a memória, o raciocínio, a linguagem e a criatividade, além de contribuir para a aquisição de habilidades socioemocionais, como empatia, cooperação, autonomia e resolução de conflitos. Evidenciou-se que o brincar é uma ferramenta pedagógica poderosa que favorece o processo de aprendizagem de maneira prazerosa e significativa.

A pesquisa também destacou o papel fundamental da escola e da família na promoção de experiências lúdicas saudáveis e enriquecedoras. Enquanto o ambiente escolar deve planejar e incorporar práticas pedagógicas que valorizem o lúdico, o ambiente familiar precisa resgatar o tempo de qualidade dedicado ao brincar, respeitando o direito da criança à infância plena, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outro ponto importante revelado pelos estudos analisados foi a necessidade de formação continuada dos professores, para que possam compreender a importância do brincar e aplicar metodologias adequadas ao desenvolvimento infantil. Também se observou a importância de combater práticas que limitam o tempo de brincadeira, como o uso excessivo de tecnologias ou a antecipação precoce da escolarização.

Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas de campo com observações diretas em ambientes escolares e familiares, a fim de aprofundar a análise das práticas lúdicas na rotina das crianças. Além disso, estudos interdisciplinares que envolvam a psicologia, a pedagogia e a sociologia podem enriquecer ainda mais o debate sobre o brincar como linguagem e necessidade da infância.

Conclui-se, portanto, que o brincar transcende o caráter recreativo e se configura como uma linguagem estruturante da infância, que contribui efetivamente para o desenvolvimento integral da criança. Que o brincar deve ser compreendido como um direito da criança e uma prática essencial ao seu desenvolvimento global. Cabe à sociedade, aos educadores e às famílias garantir espaços, tempos e condições para que as crianças possam brincar livremente, aprendendo, se expressando e se desenvolvendo em sua totalidade. Portanto ao integrar as dimensões afetiva, cognitiva e social, o brincar possibilita à criança elaborar experiências internas, experimentar papéis sociais e desenvolver competências adaptativas. A articulação entre as contribuições teóricas analisadas aponta para a necessidade de valorização do brincar nos contextos educacionais e clínicos, reforçando seu papel como estratégia metodológica, preventiva e terapêutica. Nesse sentido, políticas públicas e práticas profissionais devem reconhecer o lúdico como direito e necessidade, promovendo ambientes que favoreçam o desenvolvimento saudável e a expressão plena da infância.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bruna; SOUZA, Karine. A ludicidade como ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. *Revista Primeira Evolução*, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/383>. Acesso em: 29 maio 2025.

ALVES, Tânia M.; BATISTA, Rodrigo H. A importância do brincar na educação infantil: perspectivas de educadores e pais. *Revista Mindset*, jun. 2024. Disponível

em: <https://revistamindset.com/2024/06/30/a-importancia-do-brincar-na-educacaoinfantil-perspectivas-de-educadores-e-pais/>. Acesso em: 29 maio 2025.

BECK, Aaron T. *Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 29 maio 2025.

CORREA, Cristiane C.; CUNHA, Letícia G. O brincar na educação infantil numa perspectiva inclusiva. *Revista DeIn*, v. 6, n. 11, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22513>. Acesso em: 29 maio 2025.

DEL PRETTE, Zilda A. P.; DEL PRETTE, Almir. *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

FERREIRA, Mariana *et al.* Brincadeiras inclusivas no processo de aprendizagem de crianças com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 28, n. 2, 2022.

INSTITUTO NEUROSABER. Entenda por que brincar é importante para o desenvolvimento da criança. 2020. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/entenda-por-que-brincar-e-importante-parao-desenvolvimento-da-crianca/>. Acesso em: 29 maio 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

SOUZA, Maria Teresa de Assunção; SILVA, Maria Dalva de Barros; CARVALHO, Elucir Gir. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko M. *Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

KISHIMOTO, Tizuko M. O brincar e suas teorias. 7. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

KNAPP, Peter; DELUTY, Robert. Técnicas cognitivas com crianças: estratégias terapêuticas para modificar pensamentos, emoções e comportamentos. Porto Alegre: Artmed, 2019.

KUHLMANN JÚNIOR, Moacyr. O brincar na infância: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação, v. 25, e250034, 2020.

LEITE, Larissa B. A importância das atividades lúdicas no desenvolvimento de crianças de 0 a 3 anos. Revista Mais Educação, v. 7, n. 10, dez. 2024. Disponível em: <https://www.revistamaiseducacao.com/artigosv7-n10-dezembro-2024/48>. Acesso em: 29 maio 2025.

MALUF, Maria Regina. Desenvolvimento neuropsicológico e aprendizagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO, 4., 2004, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

MOREIRA, Heloísa P.; NOGUEIRA, Simone M. Intervenções lúdicas em contextos de trauma infantil: fundamentos e evidências. Psicologia: Teoria e Prática, v. 22, n. 1, p. 45-60, 2020.

NASCIMENTO, D. A.; SOUSA, N. M. F. R. (2022). O brincar na educação infantil inclusiva nas práticas pedagógicas para crianças com deficiência. Revista de Educação e Formação, 8, e11284. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/11284>

OLIVEIRA, Vera Barros de. Ludicidade e desenvolvimento infantil: reflexões e propostas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

PAIVA, Clébia G. Brincar e desenvolver: a importância do brincar para o desenvolvimento infantil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/42265>. Acesso em: 29 maio 2025.

PEREIRA, Maria L.; MATOS, Andréa P. Intervenções lúdicas na infância: práticas em saúde e educação. São Paulo: Hogrefe, 2023.

PIAGET, Jean. Psicologia da criança. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1975.

SANTOS, Laís C. O brincar e suas implicações no desenvolvimento infantil. Revista Primeira Evolução, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/8>. Acesso em: 29 maio 2025.

SILVA, Aliny D. A importância do brincar no desenvolvimento infantil: uma abordagem teórica e prática. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/59551>. Acesso em: 29 maio 2025.

SILVA, Carla R. Brincar: uma proposta facilitadora para o desenvolvimento infantil. Revista Pan-Amazônica de Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.repan.periodikos.com.br/journal/repan/article/6740c164a9539534c859f943>. Acesso em: 29 maio 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

A GESTALT-TERAPIA EM ATLETAS DE ESPORTES ELETRÔNICOS

Thaynara Oliveira Valadares – Bacharel em Psicologia – FAMAP. E-mail:

secretaria@faculdefamap.edu.br

André Benassuly Arruda – Docente – FAMAP. E-mail:

profpsi21@faculdefamap.edu.br

Genecy Roberto dos Santos Bachinski – Docente – FAMAP. E-mail:

genecypsi@hotmail.com

Geny Roberto dos Santos – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Helena Cristina Santos Nascimento – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Josie Rodrigues Vieira – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Marineide Aquino de Souza – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Maria Clara Nascimento Teixeira – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

Sinandra Carvalho dos Santos Fernandes – Docente – FAMAP. E-mail:

administrativo@faculdefamap.edu.br

RESUMO

A crescente relevância dos esportes eletrônicos (e-sports) como fenômeno cultural e competitivo tem destacado a necessidade de suporte psicológico aos cyberatletas, diante das intensas demandas mentais e pressões do cenário profissional. Este estudo investigou a aplicação da Gestalt-terapia, uma abordagem fenomenológico existencial, no bem-estar e desenvolvimento pessoal desses atletas. O objetivo geral foi compreender como essa prática terapêutica pode atender às especificidades psicológicas dos competidores de e-sports. A metodologia adotada envolveu um estudo exploratório qualitativo, baseado em revisões bibliográficas sistemáticas e análises documentais de materiais publicados entre 2015 e 2025, com foco em saúde mental e psicologia do esporte. A discussão revelou que a Gestalt-terapia promove a consciência de si e a regulação emocional, sendo eficaz no enfrentamento de ansiedade, estresse e burnout, desafios comuns entre os cyberatletas. A abordagem se alinha às particularidades dos e-sports, valorizando a relação dialógica e a construção de perfis individualizados. Nas considerações finais, confirmou-se a pertinência da Gestalt-terapia como ferramenta de suporte, embora lacunas, como a escassez de estudos empíricos, sugiram a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem suas aplicações práticas e adaptações às diversas modalidades de jogos eletrônicos.

Palavras-chave: Gestalt-terapia, e-sports, saúde mental.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os esportes eletrônicos (e-sports) consolidaram-se como uma prática cultural e econômica de grande expressão global, atraindo milhões de jogadores, espectadores e investidores. Essa modalidade, que inicialmente era considerada uma atividade recreativa, transformou-se em um campo profissional altamente competitivo, exigindo dos atletas – os chamados cyberatletas – um nível elevado de desempenho cognitivo, concentração e resistência emocional (Ribeiro; Franco, 2022). Diferentemente dos esportes tradicionais, os e-sports ocorrem em ambientes digitais, onde a pressão por resultados, a exposição constante e as rotinas extenuantes de treino e competição podem acarretar sérios impactos sobre a saúde mental dos praticantes, como ansiedade, estresse, burnout e sintomas depressivos (García-Lanzo; Llorens, 2023).

No âmbito científico, a psicologia do esporte vem se dedicando cada vez mais à compreensão das demandas emocionais envolvidas no universo dos jogos eletrônicos, embora ainda haja uma lacuna significativa na literatura no que se refere à aplicação de abordagens terapêuticas específicas nesse contexto (Weinberg; Gould, 2016). O crescimento exponencial da profissionalização dos e-sports e seu impacto sobre a saúde psíquica dos atletas demandam investigações que contemplem intervenções clínicas adaptadas à realidade virtual e às características subjetivas desses indivíduos (Campedelli; Carvalho, 2018). Dentre as abordagens possíveis, a Gestalt-terapia, por sua ênfase na consciência fenomenológica, no contato autêntico e na responsabilização do sujeito frente às suas escolhas, apresenta-se como uma alternativa promissora para o acompanhamento psicológico desses atletas (Teixeira, 2016).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como tema central a contribuição da Gestalt-terapia para o bem-estar e o desenvolvimento pessoal dos atletas de esportes eletrônicos. A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o debate acadêmico e clínico sobre intervenções psicológicas nesse campo emergente, propondo a Gestalt-terapia como uma abordagem sensível às especificidades dos e-sports e às demandas contemporâneas dos cyberatletas.

Os esportes eletrônicos (e-sports) emergiram como um fenômeno global, transformando-se de uma atividade recreativa em uma indústria competitiva que

mobiliza milhões de jogadores, espectadores e investimentos. Os cyber atletas enfrentam pressões psicológicas intensas, como ansiedade, estresse e burnout, decorrentes das demandas de alto desempenho em ambientes digitais.

A relevância deste estudo reside tanto em sua dimensão social quanto científica. Socialmente, os e-sports têm impactado a cultura contemporânea, influenciando jovens e gerando novas profissões, o que torna essencial compreender e promover a saúde mental dos envolvidos, especialmente em um cenário de profissionalização acelerada. Cientificamente, a intersecção entre psicologia do esporte e jogos eletrônicos é um campo ainda em construção, com escassez de estudos que explorem abordagens terapêuticas específicas, como a Gestalt-terapia, aplicadas a esse público (Weinberg; Gould, 2016). Assim, esta pesquisa busca preencher uma lacuna teórica e prática, oferecendo subsídios para o suporte psicológico em um domínio emergente (Campedelli; Carvalho, 2018).

Partindo dessa premissa, hipotetiza-se que a Gestalt-terapia pode ser eficaz no manejo de desafios psicológicos comuns aos cyberatletas, como a regulação emocional e o enfrentamento de pressões competitivas, ao promover a awareness e a relação dialógica entre terapeuta e atleta. Assume-se, ainda, que sua flexibilidade metodológica permite adaptações às particularidades dos e-sports, como a ausência de esforço físico predominante e a interação em ambientes virtuais. Por fim, sugere-se que a aplicação dessa abordagem pode fortalecer a resiliência e a autonomia dos jogadores, impactando positivamente seu desempenho e qualidade de vida.

A Gestalt-terapia, uma abordagem fenomenológico-existencial que valoriza a consciência de si e a integração do indivíduo em seu contexto, surge como uma possibilidade de suporte psicológico adaptado a essas especificidades (Teixeira, 2016). Diante disso, este trabalho se propõe a responder: como a Gestalt-terapia pode contribuir para o bem-estar e o desenvolvimento pessoal dos atletas de esportes eletrônicos?

Para responder este problema da pesquisa foi proposto como objetivo: analisar como a Gestalt-terapia pode contribuir para o bem-estar e o desenvolvimento pessoal dos atletas de esportes eletrônicos. Seguido dos objetivos específicos que incluem: (1) identificar os principais desafios psicológicos enfrentados por cyberatletas no contexto competitivo; (2) explorar os princípios da Gestalt-terapia que se aplicam ao suporte psicológico desses atletas; e (3) avaliar o potencial da abordagem na promoção da saúde mental e do desempenho em esportes.

REFERENCIAL TEÓRICO

E-SPORTS E OS DESAFIOS PSICOLÓGICOS COGNITIVOS

O esporte eletrônico, também conhecido como E-Sports, se enquadra, segundo a Lei 9.615, de 24 de março de 1998 (conhecida como lei Pelé), como uma prática desportiva informal, estando vinculada aos jogos de videogames e computadores. O número de praticantes cresce a cada ano, com isso os times que competem profissionalmente investem cada vez mais em seus atletas e no conjunto de profissionais que passam a atuar dentro organizações (Teixeira, 2016).

Os esportes eletrônicos, bem como os esportes tradicionais, também possuem uma série de planejamentos para o alcance de objetivos eficientes, sendo eles o psicológico, físico, aspecto técnico e tático. O fator psicológico poderá ser de grande relevância para seu desempenho em competições, treinos e no seu dia a dia (Clemente *et al.*, 2019).

Mediante as diversas situações em que o atleta convive, nos meios esportivos e competitivos, há fatores que prejudicam sua saúde mental e física. A preocupação excessiva com o desempenho, o questionamento do talento individual e/ou coletivo da equipe, as críticas com o baixo desempenho ou resultados inexpressivos e lesões físicas poderão tornar-se princípios para desencadear fatores psicológicos como depressão, ansiedade, estresse, fobias, comportamentos psicóticos, consumo abusivo de álcool, dentre outros fatores (Hamari; Sjöblom, 2017). A ansiedade no meio esportivo está ligada a um estado psicológico considerado desagradável e estressante diante de um desempenho em uma tarefa sob pressão (Weinberg; Gould, 2016).

Apesar do crescimento contínuo, definições e classificações dos *esports* permanecem elusivas, e a indústria ainda é considerada por muitos como estando em sua infância. A compreensão dos *esports* origina-se de campos diversos, às vezes conflitantes, o que criou interpretações fragmentadas de sua definição, posicionamento e componentes centrais. (Hamari; Sjöblom, 2017).

Os psicólogos devem se voltar para a área do esporte e do exercício têm concentrados esforços para compreender diversos fatores psicológicos que estão diretamente ligados ao desempenho físico e mental dos atletas em seus treinos, competições e sua relação com seu dia a dia. Os profissionais em psicologia do esporte se deparam com situações em que envolvem fatos como: as habilidades mentais diante de ocasiões estressantes, a conciliação dos reforços e punições por

partes dos técnicos e sua influência no time, como a ansiedade poderá afetar a precisão de atletas que utilizam esforços físicos para alcançar metas dentro do esporte, dentre vários outros fatores ligados aos esportes (Ribeiro,2018).

Gestalt reconhece o impulso inato de todos os seres humanos em direção à saúde e ao crescimento. Mudanças de direção são realizadas através da consciência. Ao considerar isso, presume-se que a perspectiva teórica holística da Gestalt, incluindo a Gestalt-terapia, pode ser benéfica para os atletas, para que eles aprendam mais sobre seu desempenho e sobre si mesmos e avancem em direção à proeza em seu esporte, bem como à realização em outras áreas de suas vidas (Teixeira,2016)

Para um melhor entendimento sobre os esportes eletrônicos, é válido destacar o forte crescimento no mercado dos jogos eletrônicos. Os jogos eletrônicos vêm demonstrando um crescimento histórico ao longo de três décadas, com tecnologias e inovações na área, agindo diretamente na cultura da sociedade.

GESTALT-TERAPIA: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL PARA BEM-ESTAR DE ATLETA

A Gestalt-terapia é uma abordagem fenomenológico-existencial para o desenvolvimento e crescimento pessoal. Tal como apresentado pelos seus Ribeiro (2018) oferece uma estrutura para avançar e desenvolver qualquer parte da vida humana. Ao explorar o complexo funcionamento do indivíduo, a perspectiva Gestalt fornece um sistema capaz de superar a resolução de problemas e de alcançar pleno potencial e alegria na vida

Compreender sua rotina, suas interações e sua modalidade esportiva fará com que o psicólogo esteja mais atento aos sinais de intervenção de uma maneira fenomenológica. Com a visão fenomenológica, somada a uma perspectiva existencialista, a Gestalt-terapia busca trabalhar o atleta, deixando de lado as rotulações e generalizações e priorizando construir uma existência a partir da consciência desse indivíduo (Santos, 2017).

Acredita-se que a Gestalt-terapia pode contribuir com a saúde mental desses jogadores a partir de conceitos e técnicas que venham a trabalhar as formas de enxergar as situações adversas a ser enfrentadas, contribuir na preparação e controle emocional do sujeito, permitindo assim que tenha um maior desenvolvimento profissional e que venha a possibilitar grandes resultados (Godoi, 2018).

Os jogos surgiram no mercado para o entretenimento, vindo a se tornarem populares para o público na década de 1970 e 1980, onde os jogos de computadores,

consoles de videogames e os arcades conquistaram o público. Assim, essa ferramenta de interação conquistou espaço, tornando-se parte de uma cultura moderna em vários lugares do mundo (Campedelli; Carvalho, 2018).

Um ponto a ser destacado é que os jogos eletrônicos trabalham a forma lúdica e por terem essa interação, possuem regras predeterminadas formadas por algoritmos que definem automaticamente os resultados, imparciais ou não, levando ao jogar a necessidade de um esforço mental e físico para seguir o jogo (Jensen, 2017). Abrindo assim um leque para as mais variadas formas de poder se utilizar um jogo eletrônico seja ele para educação, entretenimento, profissão, e entre outras áreas (Santos, 2017).

Os locais onde essas competições acontecem também tem seu diferencial, uma vez que não acontecem nos campos ou como nas partidas de futebol, mais sim, em um mundo real, dentro dos sistemas eletrônicos (Hamari.; Sjöblom, 2017).

As competições no E-Sports tem uma formação diferente, assim como nas competições dos esportes tradicionais, no E-Sports possui uma equipe composta por narradores, analistas de partida, comentaristas, programas semanais, com transmissão online através de plataformas, com premiações milionárias para os campeões e torcedores fanáticos pelos times e jogadores (Campedelli; Carvalho, 2018).

Campbell (2018) apresenta que a comunicação dos pontos físicos e mentais é apontada como as mais diversas modalidades esportivas, onde alguns necessitam de mais habilidades físicas e outros necessitam de maior aptidão cognitiva. Um exemplo a ser dado é o atletismo, esporte esse que exige uma alta capacidade física, já os E-Sports são jogos que têm base predominantemente mental. Um ponto relevante a ser citado é a construção de um sistema de ranqueamento por elo nos jogos eletrônicos, qual mostra semelhança existente entre as singularidades mentais, já que esse sistema foi utilizado inicialmente pelos jogadores de xadrez

Os jogos eletrônicos conquistaram uma grande importância social, uma vez que envolvem projetos que trazem benefícios para a sociedade em geral. Dessa forma, é importante ver o psicólogo como um profissional facilitador de todo esse processo (Campedelli; Carvalho, 2018).

Um campeonato de jogos eletrônicos é composto por equipes e indivíduos, que utilizam da interação humano-computador (Pluss, 2019). Para que haja essa interação, são utilizadas habilidades individuais e coletivas. Apesar de mostrar um

mundo encantador, ganhar dinheiro com jogos pode parecer algo fácil, no entanto, para chegar a níveis de alto rendimento, é importante ressaltar a rotina intensa de treinos, a falta de harmonia quando a vida profissional e pessoal é, muitas vezes, a falta de apoio da própria família, tornar-se um atleta profissional depende às vezes de sorte (Alves, 2018).

Segundo Bediou (2017), jogos de ação resultam em aspectos positivos em atividades de percepção, atenção e cognição espacial. Algumas pesquisas apontam que as ligações existentes entre o ranque no elo de jogos Multiplayer Online Battle Arenas – MOBA e capacidade cognitiva, além de uma grande análise das inúmeras habilidades a serem utilizadas por jogadores profissionais, comprovam a inserção dos jogos eletrônicos na extremidade mental do continuum esportivo (Himmelstein, 2017).

É de suma importância evidenciar que os jogos Multiplayer Online Battle Arenas – MOBA são jogos de interação em grupo, onde se agregam as habilidades coletivas, bem como, as individuais. Assim como nos esportes convencionais, ter uma boa comunicação entre os indivíduos gera bons resultados para a equipe como um todo, sendo assim, nos jogos eletrônicos não seria diferente.

Algumas equipes têm como membros psicólogos, *coaches* ou treinadores para ajudar a continuar a disciplina, apresentar uma visão mais objetiva e imparcial na performance das partidas (Magalhães, 2016). Segundo Godoi (2018) a algumas equipes é obrigatório ter profissionais para cuidar da saúde mental dos jogadores, pois os atletas precisam de estabilidade emocional. Assim, ter uma perfeita capacidade mental e física, junto com a grande demanda social entre os jogadores, gera uma procura por profissionais, como os psicólogos do esporte (Cottrell *et al.*, 2018; Pinto, 2015).

Observa-se que a prática de atividade física e esportiva na sociedade vem de muitos séculos, e essa prática é muito importante para a saúde física e mental, pois auxilia na diminuição de níveis de estresse que são gerados no decorrer do cotidiano do sujeito, fazendo com que haja uma melhora na autoestima, gerando vínculos sociais e habilidades (Mcduff *et al.*, 2019).

Observa-se, com o passar dos anos, um aumento na procura de psicólogos do esporte voltados para área dos jogos eletrônicos, tanto no âmbito acadêmico como nas mídias esportivas. A Psicologia do esporte objetiva compreender como os aspectos psicológicos podem influenciar as ações da prática esportiva e do exercício físico de modo geral (Campbell *et al.*, 2018). Para os atletas, alguns de seus comportamentos precisam ser trabalhados e classificados em elementos que possam

a vir causar um déficit quanto ao seu desempenho, visto que as emoções são sentimentos baseados nas experiências vividas por cada indivíduo.

Alves (2018) cita que a psicologia do esporte como disciplina científica trabalha com investigação das causas e efeitos do processo psíquico que acontecem com o indivíduo, antes, durante e depois da atividade esportiva. Magalhães (2017) fala que a psicologia do esporte é um campo científico e interdisciplinar que engloba conhecimento psicológico com a ciência do esporte, objetivando em seus estudos os fatores psicológicos que geram diretamente influencia no desempenho e prática esportiva.

O psicólogo do esporte é um treinador mental, que educa os jogadores sobre as suas competências psicológicas e seu desenvolvimento. No E-Sports, o psicólogo tem um trabalho sucessivo, uma vez que o indivíduo está constantemente sofrendo mudanças, adaptações e aprendizagem. Dessa forma, se faz um profissional de extrema importância para a equipe. O psicólogo tem o papel de produzir resultados melhores, com base em trabalhos multidisciplinares e, para que haja um resultado eficaz, faz-se necessário que se tenha a colaboração em conjunto, iniciando desde a direção até a equipe técnica e, principalmente, dos atletas (Campbell *et al.*, 2018).

A atuação do psicólogo junto às equipes de E-Sports, ainda não possui uma técnica específica, assim, realizam-se várias técnicas, uma vez que é um trabalho que analisa o comportamento baseando-se em conceitos relacionados à psicologia do esporte, clínica, organizacional e educacional (Mcduff *et al.*, 2019).

O psicólogo atua para melhorar a atenção, percepção e memória dos atletas, trabalhando o cognitivo do sujeito, bem como as questões que trazem ansiedade, conexão e autoconfiança do grupo. Tornando essas ações a levarem a bons resultados, boa saúde e um alto rendimento nas competições em que participa, visto que, dessa forma, o atleta fica mais focado e mais tranquilo para enfrentar os desafios que estarão por vir (Campbell, 2018).

O trabalho do psicólogo distende como os atletas entendem e dominam as situações englobadas no dia a dia e dentro do jogo. E além do trabalho com a equipe, observa-se que muitos profissionais, devido às situações que causam pressão para obter um melhor desempenho, possuem um alto nível de estresse e ansiedade, fazendo assim com que seja necessário o trabalho contínuo do psicólogo, e este possa estar se fazendo presente nos treinos e nas pré- competições disponíveis (Mcduff *et al.*, 2019).

GESTALT-TERAPIA E PISCOLOGIA DO ESPORTE

A avaliação diagnóstica é um dos instrumentos base para realizar um bom trabalho psicológico. Dessa forma, em uma primeira aproximação com o atleta, o psicólogo irá dedicar uma grande parte do seu tempo para conhecer a atuação, conflito, rotina, modalidade e repetições que esse sujeito está inserido (Alves,2018).

A Psicologia do Esporte, uma ciência relativamente nova, tem sido integrada ao mundo do esporte ao longo do tempo. Cada vez mais, profissionais intervêm em equipes esportivas, trabalham com atletas e experimentam enriquecer o esporte com a ciência, ao mesmo tempo em que se alimentam dos novos feitos (Clemente *et al.*,2019).

Chiminazzo e Marques, (2020) a Gestalt-terapia iniciou-se na década de 1940 por Frederick (Fritz) e por Laura Perls, tendo por conceitos básicos a perspectiva fenomenológica, que vem trazer a *wareness* ou o *insight*. O conceito do *insight* parte do padrão perceptivo do indivíduo em conjunto com a realidade vivenciada, trazendo a estruturação da situação em questão. A *awareness* é a tomada de consciência de si e da situação. Outro conceito de suma importância na Gestalt-terapia é a perspectiva da teoria de campo, que contribui na conjunção das partes e do todo do indivíduo.

A Gestalt-terapia segundo Godoi (2018), utiliza de métodos fenomenológicos trabalhando com o presente, sem prejudicar a experiência do outro. Assim a Gestalt-terapia permite uma visão individualista de cada sujeito, sem rotulagem, vendo o sujeito como um indivíduo capaz de construir a partir da sua consciência, a sua própria existência.

A consciência é algo intencional, assim, ela está interligada com o objeto. Hamari e Sjöblom (2017) que cada atleta, tem a sua forma individual de viver sua modalidade esportiva, sentindo cada impacto que gere um desconforto. Quando se fala em diagnóstico em Gestalt-terapia, não pensa-se em sua classificação ou denominação científica. O diagnóstico da Gestalt-terapia é pautada em processos, no qual se busca a compreensão das queixas, como o sujeito funciona, os seus sintomas e as mudanças que ocorrem no decorrer do tempo. Essas informações agregam valor quando correlacionadas com a relação em campo com as histórias do atleta, instituição, equipe técnica, psicólogo e outros fatores (Junge; Prinz,2019).

O diagnóstico tem como objetivo ajudar a forma como se trabalhar com cada sujeito; a coleta das informações para construir o diagnóstico pode sofrer variações com base nas necessidades e com o entendimento do psicólogo. Assim, a relação dialógica é a base para estabelecer o vínculo atleta e psicólogo, essa é a diferença da

abordagem gestáltica no esporte para as demais, visto que o atleta não é colocado em posição de objeto para melhorar seus rendimentos, mas sim, como um sujeito que pode usar métodos que favoreçam um melhor rendimento (Junge; Prinz,2019).

Mesmo não existindo muitos testes que possam ser utilizados na prática esportiva, a psicologia do esporte utiliza testes psicológicos para fazer a avaliação de seus atletas. Os testes são importantes, pois no âmbito dos esportes existe a necessidade de concretização das evidências encontradas por parte da equipe técnica e dos atletas também (Alves,2018). Nessas situações, os resultados decorrentes dos testes realizados, serviram como base para o psicólogo, para buscar incompatibilidade aparente e argumentar os resultados com o atleta em questão (Junge; Prinz,2019).

Alves (2018) afirma que no Brasil os psicólogos têm uma formação falha quanto aos usos dos instrumentos, já que muitas vezes, não existe coerência para fundamentar a teoria com a abordagem utilizada pelo profissional. Muitos desses testes não têm compatibilidade gestáltico, uma vez que enquadram os sujeitos em modelos preestabelecidos. Os testes são necessários, e os resultados podem ser utilizados como referências para buscar disparidades notórias e discutir as medidas que devem ser tomadas.

A Gestalt de Esportes Eletrônicos refere-se à abordagem psicológica aplicada ao cenário crescente dos esportes eletrônicos, uma vertente moderna que tem conquistado uma atenção significativamente global. Assim como nas modalidades esportivas tradicionais, os esportes eletrônicos envolvem não apenas habilidades técnicas, mas também aspectos psicológicos que desempenham nos jogadores (Alves, 2018).

Uma maneira de aproximar a prática e a abordagem é construir perfis que levam em consideração os pontos processuais do diagnóstico, mencionando as potencialidades, tendências e primordialmente as probabilidades de mudanças, em junção ao que o técnico aponta com dificuldades apresentadas pelo atleta, para ter um atleta com menos problemas, máximo desempenho e uma maior ativação individual (Junge; Prinz,2019).

Um perfil se constrói a partir do conhecimento individual de cada atleta, onde entra a história familiar e esportivo desse sujeito e quais os valores e crenças que esse sujeito possui. Esse perfil não considera apenas o lado negativo, ele enfatiza também os pontos positivos junto com a potencialidade existente nesse atleta (Campbell *et al.*,2018).

Assim como na Gestalt tradicional, que destaca a importância da totalidade na percepção humana, a Gestalt de Esportes Eletrônicos concentra-se na compreensão dos padrões de comportamento, tomadas de decisão e reações emocionais dos jogadores durante as partidas. A ênfase recai sobre como os elementos individuais do jogo se unem para formar uma experiência coesa, impactando diretamente no desempenho e no bem-estar psicológico dos praticantes (Butcher, 2019)

Alves (2018), afirma que todo sujeito deve ser plenamente consciente (awareness) e agir com base para ter de satisfazer as suas necessidades. Ou seja, permite que a pessoa compreenda o que acontece em seu interior e quais medidas devem ser tomadas para melhorar seus sentimentos, não devendo negligenciar as suas necessidades.

Assim, com a facilidade de acesso, o uso dos jogos eletrônicos ganhou espaço não apenas como hobbies dos sujeitos, mas também, como fonte de renda por meio de desenvolvimento de jogos. Destacando por exemplo os Beta teste, que são pessoas que testam os jogos antes de serem lançados para constar algum erro de execução ou de sistema, *Youtubers* de jogos, que são pessoas que criam conteúdos em torno de jogos, além dos jogadores profissionais que competem mundialmente (Butcher, 2016).

Dessa forma, os jogos deixam de ser vistos como brinquedos e passam a se tornar uma das maiores formas de se lucrar no mercado mundial. No Brasil, os jogos estão em alta, sendo o país com a maior potência mercadológica (Campedelli; Carvalho, 2018).

Segundo Alves (2018), a profissionalização dos esportes eletrônicos, vem sendo muito procurada na área de games no Brasil. A profissionalização e o constante crescimento no mercado, fazem com que os jogos eletrônicos tenham uma maior aceitação pela sociedade.

As atividades realizadas pelas equipes nos jogos eletrônicos são praticadas através de espaços digitais por interfaces. Assim, o espaço ocupado por atletas convencionais ou virtuais são os mesmos: o mundo real. A diferença entre os atletas dos E-Sports e os atletas convencionais são as ferramentas a serem utilizadas para desenvolver tal função e o local onde ocorrem as competições; as bolas são ferramentas utilizadas pelos jogadores de futebol, enquanto os jogadores dos E-Sports utilizam como ferramenta de trabalho computadores, teclados, microfones, dentre outros (Jensen, 2017)

O contato pode acontecer com base em alguma experiência ou pode ter sido interrompido em alguma fase, configurando como mecanismos de resistência ou uma forma de tentar evitar o contato. Dessa forma, a óptica para o atleta deve ser no momento do atendimento, tanto nos ciclos que podem ser iniciados e fechados, quanto colocados em um quadro geral de sua vida, pode paralisar alguma fase de um ciclo de contato. Segundo Godoi (2018), é necessário fazer uso de métodos para que o trabalho possa ser mais produtivo no E-Sports.

Para realizar um trabalho eficaz, é de suma importância que o psicólogo conheça o jogo que o atleta trabalha, observando a linguagem utilizada e as regras, junto com os processos físicos, psicológicos e cognitivos que são ativados durante o jogo. É imprescindível ter um acompanhamento mais próximo sobre os treinos e os campeonatos, a fim de reconhecer os hábitos e comportamentos do sujeito (Alves, 2018).

A ansiedade, segundo Grand e Goldberg (2011), é uma reação contida em todos os seres vivos, onde essa reação nos animais é percebida através de neurofisiológicas, que ao perceberem um momento de ameaça ou risco já se preparam para tal situação, essas reações sofreram evoluções com o passar dos anos, colocando os seres preparados para situações mais perigosas de maneira adequada (Butcher, 2019)

A ansiedade é um processo que acontece no cérebro, liberando estímulos no corpo, quando elevado em um nível com maior intensidade, fazendo sua adequação a cada indivíduo. Com cada estímulo o cérebro cria uma resposta, um comportamento e uma consequência. Todo esse processo traz um sofrimento emocional, físico, cognitivo e comportamental (Clemente *et al.*; 2019).

O medo de fracassar é comum no âmbito do esporte e quando ocorre de fato uma falha, o sujeito se coloca em um estado de incapacidade, perda da autoconfiança. Durante essas situações, é comum a ansiedade ficar em alta e o atleta nessa situação pode apresentar um comportamento de paralisia em situações rotineiras. Assim, é importante que o atleta seja visto como pessoa, fazendo a separação do profissional para o pessoal, mostrando o sujeito como uma pessoa com necessidades próprias e sentimentos (McDuff *et al.*, 2019).

No esporte, a ansiedade pode partir por vários fatores, cada modalidade tem as suas individualidades, assim, um atleta quando colocado em uma situação de tomada de decisão, pode reagir das mais variadas formas, podendo melhorar sua performance ou não reagir bem. Quando o sujeito torna o esporte a sua profissão,

pode provocar medo e ansiedade em determinados momentos, já que nas competições assumem uma postura de conquistar os objetivos que foram traçados por ele, pela equipe, pela família e pela torcida. A grande ocorrência de stress e ansiedade na área do esporte não se relaciona com a idade, sexo ou do nível competitivo (Butcher, 2019).

Godoi (2018) cita as atividades em grupo, pois são importantes para a interação social dos atletas dessa modalidade, objetivando um ambiente produtivo e saudável entre os sujeitos. Por fim, é primordial conhecer seus adversários, para um melhor aprimoramento das suas técnicas.

Assim, o psicólogo terá um vasto conhecimento, fornecendo inúmeras informações que farão com que este consiga identificar padrões e hábitos do adversário, os quais serão utilizados como base para formação de uma estratégia valiosa para sua equipe, auxiliando na manutenção da pressão (Alves, 2018).

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

A investigação foi conduzida como um estudo exploratório de natureza qualitativa, com enfoque em compreender os aspectos psicológicos, sociais e estruturais relacionados aos esportes eletrônicos (e-sports). Optou-se por uma abordagem descritiva para mapear fenômenos emergentes no campo, privilegiando a análise de casos específicos e a contextualização dos dados obtidos a partir de fontes variadas. A pesquisa foi estruturada para aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas que permeiam a profissionalização e a legitimação dos e-sports, bem como os fatores que influenciam a saúde mental e o comportamento dos cyberatletas (Gil, 2019).

INSTRUMENTOS PARA COLETAS DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de uma combinação de técnicas que incluíram revisões bibliográficas sistemáticas, análise documental e consultas a materiais digitais disponíveis em plataformas públicas. Foram examinados artigos científicos, monografias, dissertações e reportagens especializadas publicadas até a data limite da pesquisa.

Critérios de inclusão

Foram incluídos na pesquisa materiais que abordaram diretamente os esportes sob as perspectivas psicológica, sociológica ou esportiva, publicados entre 2015 e

2025. Consideraram-se estudos que investigaram a saúde mental de cyberatletas, a profissionalização do setor e os aspectos de preparação física e psicológica dos competidores. Textos que exploraram o impacto dos e-sports como fenômeno cultural ou esportivo-espetáculo também foram selecionados, desde que apresentassem análise fundamentada em dados empíricos ou teóricos consistentes. Apenas fontes em português e inglês foram contempladas, dada a delimitação linguística do estudo.

Critérios de exclusão

Excluíram-se da análise publicações que trataram dos e-sports de maneira superficial, sem aprofundamento teórico ou empírico, como matérias jornalísticas genéricas ou textos opinativos desprovidos de base metodológica. Materiais anteriores a 2015 foram descartados para manter o foco em tendências contemporâneas do campo. Estudos que abordaram exclusivamente jogos eletrônicos recreativos, sem relação com a prática competitiva profissional, também foram deixados de lado, assim como conteúdos em idiomas distintos de português e inglês.

ASPECTOS ÉTICO

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos que regem os estudos acadêmicos, especialmente no campo da psicologia. Como o estudo envolve uma abordagem exploratória qualitativa baseada em revisões bibliográficas sistemáticas e análises documentais, não houve interação direta com participantes humanos, o que eliminou a necessidade de aprovação por uma decisão de ética em pesquisa, como descrito na Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016).

No entanto, foram transmitidos padrões específicos de gestão das fontes de informação. Todas as referências utilizadas foram devidamente creditadas, respeitando os direitos autorais e a propriedade intelectual dos autores citados. As fontes, que incluíram artigos científicos, monografias, dissertações e reportagens especializadas, foram selecionadas com base em sua relevância e qualidade acadêmica, garantindo a integridade e a confiabilidade dos dados analisados.

Além disso, a pesquisa garantiu a transparência na apresentação dos resultados, evitando qualquer tipo de manipulação ou interpretação tendenciosa dos dados. A análise de conteúdo qualitativo foi conduzida de maneira reflexiva, com o confronto de diferentes perspectivas teóricas para promover uma interpretação equilibrada e fundamentada. A escolha dos materiais publicados entre 2015 e 2025, em português e inglês, foi feita para manter a atualidade e a pertinência das

informações, respeitando os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Dessa forma, o estudo buscou contribuir para o avanço do conhecimento na área da psicologia do esporte e dos e-sports, mantendo um compromisso ético com a comunidade científica e os potenciais beneficiários da pesquisa, como os ciberatletas e profissionais envolvidos.

MÉTODO DE ANÁLISE

A análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem interpretativa, fundamentada na técnica de análise de conteúdo qualitativo. Os textos coletados foram organizados em categorias temáticas previamente definidas, como saúde mental, profissionalização e legitimação dos e-sports, permitindo a identificação de padrões e particularidades nas informações levantadas (Bardin, 2016).

Procedeu-se à codificação dos dados de forma sistemática, com a construção de quadros analíticos que relacionaram os achados às questões norteadoras da pesquisa. A interpretação foi conduzida de maneira reflexiva, buscando articulações entre os aspectos psicológicos dos cyberatletas e as transformações estruturais do cenário competitivo, sem prejuízo à coesão do texto produzido. A validação dos resultados foi assegurada pela confrontação entre as diferentes fontes, promovendo consistência ao longo do processo analítico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, foram selecionados e analisados 20 artigos científicos, obtidos por meio de busca em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, PubMed, PsycINFO e Google Scholar. Os critérios de seleção incluíram publicações entre os anos de 2015 e 2025, com recorte temático voltado à saúde mental de cyberatletas, psicologia dos e-sports e fundamentos da Gestalt-terapia aplicados ao contexto esportivo (Quadro 1).

A revisão da literatura possibilitou mapear os principais desafios emocionais enfrentados por jogadores profissionais de e-sports, bem como identificar lacunas teórico-metodológicas na atuação clínica com esse público. A análise dos estudos selecionados contribuiu significativamente para sustentar as reflexões e proposições desenvolvidas nesta pesquisa, alinhando-se ao objetivo de integrar os fundamentos da Gestalt-terapia às demandas contemporâneas desse campo emergente.

Quadro 1 – Caracterização dos artigos analisados neste estudo.

Autor, Título, Ano	Objetivo	Metodologia	Resultado	Discussão
ALVES, Bruno, Rodrigues. Influenciadores digitais no segmento de jogos eletrônicos: um estudo de caso do jogador de Counter-Strike Gabriel "FalleN" Toledo. 2018.	Analisar a influência de Gabriel "FalleN" Toledo no segmento de jogos eletrônicos.	Estudo de caso, com análise de conteúdo e entrevistas.	Identificou o impacto positivo de "FalleN" na comunidade e gamer.	Destacou o papel de influenciadores na popularização dos esports.
BUTCHER, Leon. Psicologia no LoL: na mente dos atletas. 2016.	Investigar aspectos psicológicos dos jogadores de League of Legends.	Análise qualitativa de entrevistas com jogadores profissionais.	Evidenciou a importância da preparação psicológica para alto desempenho.	Enfatizou a necessidade de suporte psicológico no e-sports.
CAMPBELL, M. J. et al. eSports: A new window on neurocognitive expertise?. 2018.	Explorar a expertise neurocognitiva nos e-sports.	Revisão de literatura e estudos experimentais.	Demonstrou que jogadores profissionais têm maior acuidade cognitiva.	Argumenta que os esports podem contribuir para estudos sobre cognição.
CAMPEDELLI, Gabriel; CARVALHO, Lúcio, Flávio, Teixeira. E-sports: uma análise sobre a sua legitimação e as novas configurações dos esportes-espetáculo. 2018.	Examinar a legitimação dos esports como esporte.	Análise documental e comparação com esportes tradicionais.	Constatou que os esports estão se consolidando como uma modalidade esportiva.	Debate os desafios de reconhecimento oficial dos e-sports.

Autor, Título, Ano	Objetivo	Metodologia	Resultado	Discussão
COTTRELL, C. et al. Sport psychology in a virtual world: Considerations for practitioners working in eSports. 2019.	Investigar a psicologia do esporte aplicada aos e-sports.	Pesquisa qualitativa com entrevistas a psicólogos esportivos.	Destacou a necessidade e de adaptação das abordagens psicológicas.	Discute a aplicação de técnicas tradicionais no contexto dos e-sports.
CHIMINAZZO, G; MARQUES, V: E-sports não é (mais) brincadeira. 2020.	Analisar o crescimento econômico e social dos e-sports.	Pesquisa documental e entrevistas com especialistas.	Mostrou o aumento de investimentos e audiências no setor.	Discute a profissionalização dos esports e seus impactos.
CLEMENTE, K. A. P. et al. Ansiedade no Contexto Esportivo e de Exercício Físico: uma revisão sistemática. 2019.	Explorar os efeitos da ansiedade no desempenho esportivo.	Revisão sistemática de literatura.	Constatou a relação entre ansiedade e queda de rendimento.	Discute estratégias para lidar com a ansiedade em competições.
GODOI, C. Psicologia dos esports. 2018.	Investigar os impactos psicológicos da competição nos esports.	Análise qualitativa com base em estudos de caso.	Apontou altos níveis de estresse e burnout entre jogadores.	Destaca a necessidade de suporte psicológico adequado.
HAMARI, J.; SJÖBLOM, M. What is eSports and why do people watch it?. 2017.	Compreender as motivações para o consumo de esports.	Pesquisa quantitativa com análise de questionários.	Identificou que fatores sociais e competitivos motivam o público.	Discute os desafios e oportunidades para o mercado de e-sports.
HIMMELSTEIN, D. et al. An Exploration of Mental Skills Among Competitive League of Legends Players. 2017.	Examinar as habilidades mentais de jogadores competitivos de LoL.	Entrevistas e questionários com jogadores de alto nível.	Demonstrou que habilidades como foco e controle emocional são essenciais.	Enfatiza a necessidade de treinamentos psicológicos estruturados.
JENSEN, Larissa. E-sports: profissionalização e espetacularização em competições eletrônicas. 2017.	Investigar a evolução da profissionalização dos e-sports.	Análise histórica e entrevistas com especialistas.	Evidenciou um aumento na infraestrutura e suporte a jogadores.	Discute os desafios da regulamentação e reconhecimento oficial.

MAGALHÃES, P. S. A ascensão dos esportes eletrônicos no Brasil. 2016. TCC (Jornalismo) Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino. São João da Boa Vista. 2017.	Analisar o crescimento dos eSports no Brasil.	Revisão bibliográfica e análise de mercado.	Crescimento expressivo da indústria de eSports no país.	Aponta desafios e oportunidades para o setor.
MATHISEN, Therese. F.; SUNDGOT-BORGEN, Jorunn. Mental Health Symptoms Related to Body Shape	Explorar sintomas de saúde mental relacionados à idealização	Estudo quantitativo com atletas de fitness.	Associação entre distúrbios de imagem	Destaca a necessidade de suporte psicológico
Autor, Título, Ano	Objetivo	Metodologia	Resultado	Discussão
Idealization in Female Fitness Physique Athletes. Sports, v. 7, n. 11, p. 236, 2019.	corporal em atletas femininas.		corporal e saúde mental.	para atletas.
MCDUFF David et al. Recreational and ergogenic substance use and substance use disorders in elite athletes: A narrative review. British Journal of Sports Medicine, v. 53, n. 12, p. 754-760, 2019.	Revisar o uso recreativo e ergogênico de substâncias em atletas de elite.	Revisão narrativa da literatura.	Uso significativo de substâncias em contextos esportivos.	Discute implicações para a saúde e regulamentação antidoping.
PINTO, E. B. Elementos para uma compreensão diagnóstica em psicoterapia: o ciclo do contato e os modos de ser. São Paulo: Summus Editorial, 2015.	Apresentar elementos para o diagnóstico em psicoterapia.	Análise teórica e estudo de casos.	Proposta de um modelo baseado no ciclo do contato.	Relevância para a prática psicoterapêutica.
PLUSS, Matthew A. et al. Esports: the chess of the 21st century. Frontiers in Psychology, v. 10, p. 156, 2019.	Explorar os eSports como um novo domínio cognitivo.	Revisão bibliográfica e estudos empíricos.	eSports exigem habilidades cognitivas complexas.	Comparação com xadrez e implicações para a psicologia do esporte.
RIBEIRO, Isabela, Candeloro. E-SPORTS: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DOS CYBERATLETAS SOB A PERSPECTIVA DAS CLÍNICAS DO TRABALHO. TCC (Psicologia). Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda, 2018.	Analisar a rotina e os desafios dos cyberatletas.	Pesquisa qualitativa baseada na abordagem das clínicas do trabalho.	Pressões psicológicas e estruturais sobre os jogadores.	Necessidade de suporte para bemestar e saúde mental.
SANTOS, A. A. E. Em busca de uma forma de fazer psicologia do esporte: contribuições da Gestalt-terapia. Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies, v.23, n. 1, p. 45-54, 2017.	Explorar a aplicação da Gestalt-terapia no esporte.	Revisão teórica e estudo de casos.	Benefícios da abordagem para atletas.	Relevância do autoconhecimento e da relação terapeuta-atleta.

TEIXEIRA, C. Nutricionistas, psicólogos e até arena: conheça as milionárias gaming houses. Sportv. 2016. Disponível em: http://sportv.globo.com/site/games/noticia/2016/07/nutricionistaspsicologos-e-ate-arenaconheca . Acesso em: 5 de Março de 2025.	Descrever a infraestrutura das gaming houses.	Reportagem investigativa.	Estruturas sofisticadas para cyberatletas.	Impacto na performance e profissionalização dos jogadores.
WEINBERG, R. S.; GOULD, D. Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício. Artmed Editora, 2016.	Apresentar os princípios da psicologia do esporte.	Revisão conceitual e estudos aplicados.	Aplicações práticas para atletas e treinadores.	Importância da preparação mental no desempenho esportivo.

Principais desafios psicológicos enfrentados por cyberatletas no contexto competitivo

Os cyberatletas enfrentam diversos desafios psicológicos no contexto competitivo dos e-sports, destacando-se o estresse, a ansiedade e o burnout. Estudos indicam que o estresse enfrentado por atletas de e-sports está no mesmo nível de jogadores profissionais de futebol e rugby, evidenciando a intensidade da pressão psicológica nesse ambiente competitivo. Além disso, a ansiedade de desempenho, caracterizada pelo medo de falhar e pela pressão por resultados, é um fator crítico que pode prejudicar o foco e a tomada de decisões rápidas, essenciais para o sucesso nas competições (Alves, 2018; Butcher, 2016).

Outro desafio significativo é o burnout, que se manifesta por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal. No cenário dos esports, o burnout é frequentemente exacerbado pela carga excessiva de treinos, pela pressão por resultados e pela constante exposição a críticas do público. Esse esgotamento pode levar a afastamentos temporários ou até aposentadorias precoces de jogadores, como evidenciado em casos de atletas renomados que enfrentaram sérios problemas de saúde mental ao longo de suas carreiras (Clemente, 2019).

Os esportes eletrônicos, ou e-sports, consolidaram-se como um fenômeno cultural e econômico nas últimas décadas, desafiando concepções tradicionais sobre o que constitui um esporte (Alves; Bruno; Rodrigues, 2018). Com a ascensão de figuras como Gabriel “Fallen” Toledo e a espetacularização midiática das competições (Jensen, 2017), emergiu também um cenário de pressões intensas sobre os atletas virtuais. Essa exigência de alto desempenho contribui para o surgimento de desafios psicológicos específicos, como ansiedade, estresse e fadiga emocional. Butcher

(2016), ao explorar a vivência de jogadores de *League of Legends*, destacou como a mente dos cyberatletas se torna um verdadeiro campo de batalha, exigindo resiliência emocional constante. Himmelstein et al. (2017) reforçaram essa visão ao apontarem a concentração e a regulação emocional como habilidades determinantes para o sucesso competitivo.

Contudo, as especificidades do contexto digital impõem adaptações à psicologia esportiva tradicional. Enquanto Weinberg e Gould (2016) sustentam que os fundamentos da psicologia do esporte são amplamente aplicáveis independentemente do meio, Cottrell et al. (2019) argumentam que os e-sports apresentam demandas únicas, como a ausência de esforço físico, que exige uma reinterpretação de conceitos clássicos.

2 paragrafos - As controvérsias sobre a legitimidade esportiva dos e-sports também influenciam os aspectos psicológicos: Campedelli, Carvalho e Teixeira (2018) e Chiminazzo e Marques (2020) identificam a presença de estruturas de suporte multidisciplinar como sinal de maturidade da prática, ao passo que Campbell et al. (2018) e Pluss et al. (2019) propõem que a expertise dos cyberatletas é mais próxima da cognição estratégica, similar ao xadrez, do que do esporte físico convencional. Nesse contexto, a saúde mental torna-se um ponto sensível. Clemente et al. (2019) e Godoi (2018) associam diretamente os altos níveis de ansiedade à pressão competitiva nos e-sports, ainda que Junge e Prinz (2019) e Mathisen e Sundgot-Borgen (2019) sugiram que tais sintomas também se manifestam em atletas de outras modalidades, indicando fatores psicossociais comuns ao esporte de alto rendimento.

Princípios da Gestalt-terapia que se aplicam ao suporte psicológico desses atletas

A Gestalt-terapia, fundamentada na fenomenologia e na teoria do campo, oferece uma abordagem singular para o suporte psicológico de cyberatletas, focando na ampliação da consciência (awareness) e na promoção da autorregulação emocional. Segundo Santos (2017), a atuação do gestalt-terapeuta na psicologia desportiva busca possibilitar aos atletas uma autorregulação orgânica, operacionalizando os bloqueios de contato. Essa perspectiva é corroborada por Cottrell (2019), que enfatizam a importância de um diagnóstico processual, em constante construção, respeitando a singularidade do atleta e suas interações com o ambiente. Essas abordagens permitem que o cyberatleta desenvolva uma maior

consciência de seus processos internos e externos, favorecendo a adaptação às demandas do ambiente competitivo dos e-sports.

A relação terapêutica na Gestalt-terapia é essencial para o processo de transformação do indivíduo. Pinto (2015), destacam que o diagnóstico não é realizado nos moldes clássicos, baseados em procedimentos pré-estabelecidos, mas sim como uma compreensão diagnóstica processual, respeitando a visão de homem e mundo da Gestalt-Terapia. Essa abordagem permite que o terapeuta compreenda o significado das queixas do atleta, seu funcionamento e as interações com seu contexto, possibilitando intervenções mais eficazes e personalizadas. No contexto dos e-sports, essa relação terapêutica pode ser decisiva para lidar com os desafios psicológicos enfrentados pelos cyberatletas, como a pressão por desempenho e o estresse competitivo.

Além disso, a Gestalt-terapia propõe a utilização de experimentos terapêuticos como ferramentas para promover a *awareness* e facilitar a adaptação do atleta às situações desafiadoras. Ribeiro (2018), afirmam que o psicólogo de abordagem gestáltica pode usar qualquer método ou técnica, desde que o objetivo seja o aumento da *awareness* e que resulte de diálogo e trabalho fenomenológico. Esses experimentos permitem que o cyberatleta vivencie suas emoções e reações em tempo real, promovendo uma compreensão mais profunda de seus processos internos e favorecendo a adaptação às exigências do ambiente competitivo dos esports.

Diante das particularidades do universo competitivo dos e-sports, a Gestalt-terapia emerge como uma abordagem que oferece recursos adaptáveis ao cuidado psicológico de cyberatletas. Fundamentada em uma visão fenomenológico-existencial, a Gestalt-terapia propõe intervenções que priorizam o contato autêntico, a consciência de si (*awareness*) e a responsabilização, elementos centrais para o desenvolvimento emocional dos jogadores. Santos (2017) defende a aplicação da abordagem na psicologia do esporte com foco em um olhar humanizado, ressaltando que o atendimento ao cyberatleta deve considerar suas experiências subjetivas e contextuais, em vez de aplicar modelos clínicos generalizados.

Outro princípio relevante é o ciclo do contato, enfatizado por Pinto (2015) como ferramenta diagnóstica na Gestalt-terapia, que permite ao terapeuta identificar bloqueios na experiência emocional do atleta e trabalhar a integração de suas polaridades internas. Esse recurso é especialmente útil em um cenário onde a performance é constantemente exigida, pois oferece um espaço seguro para o jogador se reconectar com seus sentimentos e limites. A ênfase na autorregulação emocional

e na presença no aqui-agora possibilita ao cyberatleta desenvolver estratégias saudáveis de enfrentamento frente às pressões do ambiente competitivo. Nesse sentido, a Gestalt-terapia se diferencia por valorizar o processo terapêutico como um espaço de diálogo e co-construção da experiência, o que a torna sensível às nuances do mundo dos e-sports.

Potencial da abordagem na promoção da saúde mental e do desempenho em e-sports

O crescente reconhecimento dos e-sports como uma modalidade esportiva complexa e exigente tem impulsionado a busca por estratégias de cuidado com a saúde mental dos jogadores. Autores como Godoi (2018) e Clemente et al. (2019) evidenciaram altos níveis de estresse, ansiedade e burnout entre os cyberatletas, apontando para a necessidade de intervenções psicológicas que considerem as especificidades desse ambiente competitivo. A Gestalt-terapia, ao priorizar a awareness e a escuta das demandas emergentes do indivíduo em seu contexto, apresenta-se como uma abordagem eficaz para lidar com tais pressões. Segundo Santos (2017), essa abordagem terapêutica favorece o desenvolvimento da autorregulação emocional e da presença no aqui e agora, o que pode contribuir diretamente para o aumento da performance e da resiliência diante de situações adversas enfrentadas pelos jogadores.

A preparação psicológica também tem se mostrado fundamental para o alto rendimento nos e-sports, conforme identificado por Butcher (2016) e Himmelstein et al. (2017), que destacaram habilidades mentais como foco, controle emocional e capacidade de tomada de decisão sob pressão como elementos centrais para o sucesso competitivo. Dentro da perspectiva da Gestalt-terapia, essas competências podem ser estimuladas por meio de práticas que ampliam a consciência do atleta sobre seus estados internos e modos de atuação no ambiente digital. Santos (2017) reforça a importância da relação dialógica entre terapeuta e atleta, propiciando um espaço terapêutico seguro para a construção de estratégias de enfrentamento mais funcionais. Nesse sentido, a Gestalt não atua apenas no tratamento de sintomas, mas promove uma mudança qualitativa no modo como o indivíduo se posiciona frente aos desafios da competição.

Além dos benefícios emocionais, o suporte psicológico estruturado também impacta positivamente a performance técnica e a profissionalização dos cyberatletas.

Estudos como os de Chiminazzo e Marques (2020) e de Teixeira (2016) demonstram que estruturas organizacionais mais robustas, com apoio multidisciplinar – incluindo psicólogos – elevam o nível de preparação e rendimento dos jogadores. Ao integrar-se a esse cenário, a Gestalt-terapia oferece um olhar sensível para os processos subjetivos, possibilitando que o atleta resgate sua autonomia e desenvolva uma postura mais integrada e consciente em relação ao próprio corpo, mente e ambiente virtual. Esse alinhamento entre bem-estar psicológico e desempenho técnico é corroborado também por Campbell et al. (2018), que enxergam nos e-sports uma oportunidade de explorar e potencializar a expertise neurocognitiva dos jogadores, algo que pode ser otimizado com uma escuta terapêutica voltada para o autoconhecimento e a adaptação às demandas desse novo cenário esportivo.

Por fim, a adoção da Gestalt-terapia no acompanhamento de jogadores de esports demonstra potencial significativo tanto na promoção da saúde mental quanto na melhoria do desempenho competitivo. A construção de uma relação dialógica entre terapeuta e atleta, baseada na escuta ativa e na aceitação incondicional da experiência vivida, fortalece o senso de autonomia do cyberatleta. Como observa Ribeiro (2018), a dimensão do trabalho nos e-sports ainda é negligenciada, sendo tratada frequentemente de forma fragmentada. Nesse contexto, a abordagem gestáltica contribui para uma compreensão mais integrada dos impactos psicológicos advindos das jornadas intensas de treino, da exposição midiática e da instabilidade profissional.

Além disso, a Gestalt-terapia oferece ferramentas para que os jogadores lidem com frustrações, inseguranças e conflitos internos sem recorrer a mecanismos de defesa desadaptativos. Ao promover a *awareness* e o contato autêntico, favorece a construção de uma identidade mais sólida, o que impacta diretamente a confiança, a motivação e a clareza nas tomadas de decisão durante as competições. Magalhães (2016) destaca que, embora os e-sports tenham avançado em termos de estrutura, ainda carecem de um suporte psicológico sistematizado. Nesse sentido, a Gestalt-terapia representa uma via promissora para preencher essa lacuna, contribuindo para o bem-estar emocional, a sustentabilidade da carreira e a manutenção do rendimento competitivo dos atletas digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como objetivo explorar a aplicação da Gestalt-terapia no contexto dos atletas de esportes eletrônicos, buscando compreender de

que forma essa abordagem fenomenológico-existencial contribui para o bem-estar psicológico e o desenvolvimento pessoal dos cyberatletas. A problemática central, que questionava a pertinência e os efeitos dessa prática terapêutica em um cenário marcado por intensas demandas mentais e pressões competitivas, foi abordada de maneira sistemática ao longo do trabalho. Os resultados obtidos, fundamentados em revisões bibliográficas, análises documentais e reflexões teóricas, indicam que a Gestalt-terapia oferece uma estrutura viável para atender às especificidades psicológicas dos praticantes de e-sports, promovendo a consciência de si e a gestão emocional em situações de alta exigência.

Os principais pontos desenvolvidos ao longo da pesquisa destacam a relevância da saúde mental no universo dos esportes eletrônicos, evidenciada pela presença recorrente de ansiedade, estresse e burnout entre os competidores. A análise revelou que a Gestalt-terapia, com sua ênfase no momento presente e na integração entre os aspectos físicos, emocionais e cognitivos do indivíduo, configurasse como uma ferramenta valiosa para lidar com esses desafios. Além disso, a abordagem se mostrou alinhada às particularidades dos e-sports, um campo que, embora compartilhe semelhanças com os esportes tradicionais, apresenta características distintas, como a predominância do esforço mental e a interação em ambientes digitais. A construção de perfis individualizados e a valorização da relação dialógica entre terapeuta e atleta emergiram como elementos centrais para a eficácia da intervenção, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências vividas pelos cyberatletas.

A discussão também trouxe à tona a crescente legitimação dos e-sports como prática esportiva, bem como o papel dos profissionais de psicologia na sustentação de equipes competitivas. A integração de aportes teóricos da Gestalt-terapia com os princípios da psicologia do esporte revelou um potencial significativo para o fortalecimento da resiliência e da autonomia dos jogadores, aspectos que se refletem diretamente em sua capacidade de enfrentar adversidades no âmbito profissional. A pesquisa, portanto, respondeu à questão inicial ao demonstrar que a Gestalt-terapia não apenas se aplica ao contexto dos e-sports, mas também enriquece as estratégias de suporte psicológico voltadas para esses atletas, oferecendo uma perspectiva humanizada e contextualizada.

Apesar dos avanços alcançados, algumas lacunas foram identificadas, abrindo caminhos para investigações futuras. A ausência de estudos empíricos amplos que testem a aplicação prática da Gestalt-terapia em cyberatletas limita a generalização

dos achados, sugerindo a conveniência de pesquisas que combinem abordagens qualitativas e quantitativas para mensurar os efeitos dessa intervenção em diferentes contextos competitivos. Adicionalmente, a diversidade de modalidades dentro dos e-sports – como jogos de estratégia, ação ou simulação – levanta a questão de como as demandas psicológicas específicas de cada gênero podem influenciar a adaptação da Gestalt-terapia, um aspecto que merece maior exploração. Outro ponto a ser aprofundado refere-se à formação de psicólogos para atuar nesse campo emergente, considerando que a intersecção entre psicologia do esporte e jogos eletrônicos ainda carece de diretrizes consolidadas.

Dessa forma, o trabalho cumpre seu propósito ao mapear as contribuições da Gestalt-terapia para os atletas de esportes eletrônicos, delineando tanto suas potencialidades quanto os desafios a serem enfrentados. As reflexões aqui apresentadas pavimentam o terreno para estudos que possam ampliar o conhecimento sobre as interações entre saúde mental, práticas terapêuticas e o universo em expansão dos e-sports, contribuindo para o avanço acadêmico e profissional nessa área interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruno, Rodrigues. **Influenciadores digitais no segmento de jogos eletrônicos: um estudo de caso do jogador de Counter-Strike Gabriel “FalleN”** Toledo. 2018. 53 f. Monografia (Graduação em Publicidade e Propaganda) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44–46, 24 maio 2016.

BUTCHER, Leon. **Psicologia no LoL: na mente dos atletas**. 4 de julho de 2016. Disponível em: <https://br.lolesports.com/noticias/psicologia-no-lol-na-mente-dos-atletas>. Acesso em: 5 de Março de 2025.

CAMPBELL, M. J. et al. eSports: A new window on neurocognitive expertise?. **Progress in Brain Research**, v. 240, n. 1, p. 161-174 2018.

CAMPEDELLI, Gabriel. CARVALHO, Lúcio, Flávio, Teixeira. **E-sports**: uma análise sobre a sua legitimação e as novas configurações dos esportes-espetáculo. PUC Minas, Poços de Caldas, MG. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville – SC, 2018.

CHIMINAZZO, G; MARQUES, V: **E-sports não é (mais) brincadeira. ISTOÉ Dinheiro**. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/e-sports-nao-e-mais-brincadeira/>. Acesso em: 5 de Março de 2025.

CLEMENTE, K. A. P. *et al.* Ansiedade no Contexto Esportivo e de Exercício Físico: uma revisão sistemática. **Psicologia Argumento**, v. 35, n. 90, 2019.

COTTRELL, C. et al. **Sport psychology in a virtual world**: Considerations for practioners working in eSports. **J. of Sport Psychology in Action**, Georgia, v. 10, n. 2, p. 73-81, 2019.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GODOI, C. **Psicologia dos e-sports**. 2018. Disponível em: https://psico.club/conteudo/psicologia_dos_e-sports/756/31. Acesso em: 5 de Março de 2025.

HAMARI, J.; SJÖBLOM, M. What is eSports and why do people watch it?. **Internet Research**, v. 27, n. 2, 2017.

HIMMELSTEIN, D. et al. **An Exploration of Mental Skills Among Competitive League of Legends Players**. *International Journal of Gaming and Computer-Mediated Simulations*, v. 9, n. 2, p. 1-21, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4018/IJGCMS.2017040101>>. Acesso em: 5 de Março de 2025.

JENSEN, Larissa. **E-sports**: profissionalização e espetacularização em competições eletrônicas. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

JUNGE, Astrid; PRINZ, Birgit. Depression and anxiety symptoms in 17 teams of female football players including 10 German first league teams. **British Journal of Sports Medicine**, v. 53, n. 8, p. 471-477, 2019.

MAGALHÃES, P. S. **A ascensão dos esportes eletrônicos no Brasil**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Jornalismo) Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino. São João da Boa Vista. 2017.

MATHISEN, Therese. F.; SUNDGOT-BORGEN, Jorunn. Mental Health Symptoms Related to Body Shape Idealization in Female Fitness Physique Athletes. **Sports**, v. 7, n. 11, p. 236, 2019.

MCDUFF David et al. Recreational and ergogenic substance use and substance use disorders in elite athletes: A narrative review. **British Journal of Sports Medicine**, v. 53, n. 12, p. 754-760, 2019.

PINTO, E. B. **Elementos para uma compreensão diagnóstica em psicoterapia**: o ciclo do contato e os modos de ser. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

PLUSS, Matthew A. et al. Esports: the chess of the 21st century. **Frontiers in psychology**, v. 10, p. 156, 2019.

RIBEIRO, Isabela, Candeloro. **E-SPORTS: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DOS CYBERATLETAS SOB A PERSPECTIVA DAS CLÍNICAS DO TRABALHO**. Trabalho Conclusão de Curso (Curso de Psicologia). Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda, 2018.

SANTOS, A. A. E. Em busca de uma forma de fazer psicologia do esporte: contribuições da Gestalt-terapia. **Revista da Abordagem Gestáltica: PhenomenologicalStudies**, v.23, n 1. P 45-54, 2017.

TEIXEIRA, C. **Nutricionistas, psicólogos e até arena**: conheça as milionárias gaming houses. Sportv. 2016. Disponível em: <http://sportv.globo.com/site/games/noticia/2016/07/nutricionistas-psicologos-e-ate-arenaconheca>. Acesso em: 5 de Março de 2025.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. Artmed editora, 2016.

A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA TERMINALIDADE E A QUESTÃO DA ESPIRITUALIDADE

Uly Sâmia de França Moura – Bacharel em Psicologia – FAMAP. E-mail:
secretaria@faculdefamap.edu.br

André Benassuly Arruda – Docente – FAMAP. E-mail:
profpsi21@faculdefamap.edu.br

Genecy Roberto dos Santos Bachinski – Docente – FAMAP. E-mail:
genecypsi@hotmail.com

Geny Roberto dos Santos – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Helena Cristina Santos Nascimento – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Josie Rodrigues Vieira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Marineide Aquino de Souza – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Maria Clara Nascimento Teixeira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Sinandra Carvalho dos Santos Fernandes – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

RESUMO

A espiritualidade representa um componente essencial da constituição psíquica humana, exercendo influência significativa sobre atitudes, comportamentos e sobre a forma como os indivíduos percebem a dicotomia entre saúde e doença. No contexto da terminalidade, essa dimensão torna-se ainda mais relevante, dada a condição de vulnerabilidade física, emocional e existencial vivenciada pelos pacientes. Objetivo: Este trabalho teve como proposta analisar o papel da espiritualidade no enfrentamento do processo terminal da vida, destacando sua importância para a promoção do bemestar e da qualidade de vida mesmo diante do final dela. Além disso, discute-se a atuação do psicólogo nesse cenário, considerando sua função fundamental na escuta qualificada, no acolhimento das demandas emocionais e existenciais, e na mediação de aspectos espirituais que emergem como parte do sofrimento psíquico. Método: A pesquisa consistiu em uma revisão narrativa da literatura, abrangendo o período de dez anos. Foram incluídos nesta pesquisa artigos

científicos, livros, teses e dissertações, articulando saberes da saúde, psicologia e espiritualidade. Os resultados apontam que a atenção à dimensão espiritual, integrada ao trabalho do psicólogo, contribui de forma significativa para um cuidado mais humanizado, integral e sensível às necessidades subjetivas dos pacientes.

Palavras-Chave: Espiritualidade; Psicologia; Saúde mental; Enfrentamento.

INTRODUÇÃO

A atuação da psicologia hospitalar diante da terminalidade tem ganhado destaque nas últimas décadas por abordar dimensões fundamentais da existência humana, entre elas a espiritualidade. Em situações de fim de vida, é comum que os pacientes enfrentem, além da dor física, questões subjetivas profundas relacionadas à finitude, à busca por sentido e à reconciliação com sua própria história de vida. Segundo Pessini e Bertachini (2021), a espiritualidade emerge como um aspecto relevante do cuidado paliativo, sendo necessária uma escuta atenta, empática e não julgadora por parte dos profissionais de saúde, especialmente dos psicólogos.

Além disso, o suporte psicológico que considera a dimensão espiritual não apenas beneficia o paciente terminal, mas também seus familiares e cuidadores, que vivenciam o luto antecipado e a angústia da despedida. A abordagem integral do sofrimento humano, proposta pela psicologia hospitalar contemporânea, busca contemplar os aspectos biopsicossociais e espirituais do processo de morrer (Cavalcante; Minayo, 2020). A prática clínica nesse contexto demanda do psicólogo não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade cultural e ética para reconhecer e acolher os valores e crenças espirituais do indivíduo. Como destacam Fukumitsu e Kovács (2023), quando respeitada e bem conduzida, a escuta das questões espirituais pode ajudar o paciente a ressignificar sua experiência de morte, contribuindo para uma vivência mais serena e digna de seus últimos momentos. Dessa forma, a presente pesquisa propõe refletir sobre como a espiritualidade pode ser acolhida na prática psicológica hospitalar como parte integrante do cuidado integral.

A presente pesquisa teve como tema “A Psicologia Hospitalar no Contexto da Terminalidade e a Questão da Espiritualidade”, enfocando a relevância da atuação do psicólogo em situações de fim de vida, onde a escuta sensível das dimensões emocionais e espirituais se torna essencial para um cuidado humanizado. Em meio à vivência da terminalidade, pacientes e familiares enfrentam não apenas a dor física e

o sofrimento emocional, mas também questões existenciais profundas que envolvem o sentido da vida, o medo da morte e a necessidade de reconciliação consigo mesmos. Nesse cenário, a espiritualidade — compreendida como uma dimensão subjetiva e não necessariamente religiosa — emerge como um aspecto importante a ser acolhido na prática clínica. A pesquisa busca compreender como a psicologia pode integrar, de forma ética e empática, a escuta e o cuidado com os anseios espirituais, contribuindo para que o processo de morrer seja vivido com maior dignidade e serenidade por pacientes e seus entes queridos (Benites *et al.*, 2022).

Diante da terminalidade, o paciente não vivencia apenas os impactos físicos da doença, mas também enfrenta intensos desafios emocionais, existenciais e espirituais relacionados à aceitação da morte. A proposta deste estudo foi compreender como a psicologia pode atuar de forma integrada, considerando não apenas os aspectos emocionais, mas também os anseios espirituais que emergem nos momentos finais da vida, promovendo um cuidado mais humano, empático e integral (Kübler-RosS, 2008).

Segundo Lucchetti; Lucchetti, (2014) a espiritualidade, muitas vezes confundida com religiosidade, representa uma busca subjetiva por sentido, transcendência e conexão com algo maior, com elementos que se tornam especialmente importantes no processo de morrer. Nesse cenário, a atuação do psicólogo é essencial para acolher as angústias, dúvidas e necessidades espirituais que o paciente pode apresentar, contribuindo para que ele encontre serenidade, dignidade e reconciliação consigo mesmo e com sua trajetória. A abordagem psicológica sensível à espiritualidade permite ao paciente vivenciar o processo de morte de forma menos solitária e angustiante, respeitando sua subjetividade e visão de mundo.

Além disso, os familiares e cuidadores também são profundamente afetados pela vivência da terminalidade. Muitas vezes, experimentam o chamado luto antecipado, marcado por dor emocional, conflitos internos e, em alguns casos, uma intensa busca por sentido diante da perda iminente. A psicologia, ao integrar aspectos espirituais em sua prática, pode oferecer suporte não apenas emocional, mas também existencial, ajudando os familiares a elaborarem suas dores e a se prepararem para o processo de despedida com maior compreensão e acolhimento (Benites *et al.*, 2022).

A importância deste tema também se destaca pela escassez de estudos voltados especificamente à interface entre psicologia e espiritualidade no contexto da doença terminal. Embora os cuidados de suporte tenham ganhado visibilidade e

estrutura nos últimos anos, ainda há pouco aprofundamento sobre como a dimensão espiritual pode ser incorporada de forma ética e sensível pela prática psicológica. Este trabalho pretende contribuir para esse campo, oferecendo reflexões teóricas e práticas que auxiliem psicólogos e demais profissionais de saúde a ampliarem sua escuta e atuação em contextos de finitude.

Por fim, a temática assume relevância social e cultural ao tocar em questões universais como a morte, o sofrimento e a busca por significado. Ao abordar como a psicologia pode dialogar com a espiritualidade de forma respeitosa e empática, esta pesquisa promove uma visão mais acolhedora da terminalidade. Assim, contribui para fortalecer a compreensão de que, mesmo diante da morte, é possível promover cuidado, escuta e dignidade.

Nesse sentido, Moreira-Almeida e Koenig (2022) ressaltam que integrar espiritualidade ao cuidado psicológico não significa promover religiosidade, mas reconhecer as múltiplas formas de conexão com o transcendente que podem oferecer conforto e ressignificação da dor. A pergunta-problema que norteou essa pesquisa foi: Como a espiritualidade pode ser integrada de forma ética e sensível à atuação do psicólogo hospitalar no cuidado a pacientes em fase terminal?

Este trabalho teve como objetivo analisar o impacto da intervenção psicológica tanto no paciente terminal quanto em seus familiares, no processo e na aceitação da morte, destacando a relevância do suporte psicológico, emocional e espiritual durante o processo de morrer. A pesquisa buscou compreender como a presença de um profissional de psicologia pode contribuir para o enfrentamento do sofrimento psicológico e emocional diante da morte iminente, promovendo uma abordagem integral que favoreça tanto o paciente quanto seus entes queridos no processo de despedida.

REFERENCIAL TEÓRICO

PSICOLOGIA HOSPITALAR: CONCEITOS E PRÁTICAS

A Psicologia Hospitalar é uma especialidade que se dedica ao atendimento psicológico de pacientes hospitalizados, seus familiares e equipes de saúde, com o objetivo de promover a qualidade de vida e o bem-estar emocional.

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 13/2007:

[...] campo de atuação que se concentra na compreensão e tratamento

dos aspectos psicológicos relacionados a experiência de adoecimento e hospitalização. A psicologia hospitalar busca auxiliar o paciente

minimizando o sofrimento provocado pela hospitalização, bem como prestar assistência aos familiares e a equipe de saúde.

A Psicologia Hospitalar é uma especialidade que integra conhecimentos científicos e práticos da Psicologia ao contexto hospitalar, visando oferecer assistência psicológica a pacientes, familiares e profissionais de saúde. Essa área atua considerando as dimensões biopsicossociais do indivíduo, buscando compreender e intervir nos aspectos emocionais e comportamentais relacionados ao processo de adoecimento e hospitalização. Segundo Cabral (2003), a Psicologia Hospitalar é um conjunto de contribuições científicas, educativas e profissionais que as várias correntes da psicologia oferecem para prestar uma assistência de maior qualidade aos pacientes hospitalizados. (Cabral, 2003)

As intervenções do psicólogo hospitalar são diversas e adaptadas às necessidades específicas de cada paciente e contexto clínico. Incluem atendimentos individuais e em grupo, psicoterapia breve, intervenções em crises, suporte em unidades de terapia intensiva e acompanhamento em processos de terminalidade e luto. Além disso, o psicólogo atua na promoção da saúde mental, prevenção de agravos psicológicos e na facilitação da adesão ao tratamento médico. Conforme Lima, Silva e Souza (2019), o psicólogo no ambiente hospitalar trabalha de forma interdisciplinar, com o intuito de tornar a atuação das equipes multidisciplinares de saúde mais humanizadas.

O psicólogo hospitalar desempenha um papel fundamental na equipe multidisciplinar, contribuindo com sua expertise para uma abordagem integral do cuidado ao paciente. Sua atuação envolve a facilitação da comunicação entre os membros da equipe, identificação de fatores psicológicos que possam interferir no tratamento e suporte emocional aos profissionais de saúde. Segundo Tonetto e Gomes (2007), o psicólogo precisa auxiliar a equipe de saúde para conscientização da importância do trabalho multidisciplinar, onde poderá ajudar a equipe a entender claramente suas funções, objetivos, facilitar a comunicação entre paciente, familiares e equipe.

A atuação do psicólogo hospitalar exige não apenas conhecimento técnico, mas elevada sensibilidade para intervir em contextos marcados por vulnerabilidade, como nos casos de cuidados paliativos e situações de terminalidade. Inserido em uma lógica

de trabalho interdisciplinar, o psicólogo colabora de forma articulada com médicos, enfermeiros e outros profissionais da equipe de saúde, com o propósito de oferecer suporte psicológico qualificado em momentos de crise e sofrimento. Sua contribuição estende-se à prevenção do adoecimento psíquico, ao fortalecimento dos vínculos afetivos entre pacientes e familiares, bem como à promoção de estratégias de enfrentamento diante dos desafios emocionais, existenciais e relacionais impostos pelo ambiente hospitalar. (Moura 2021).

A prática da Psicologia Hospitalar enfrenta desafios como a resistência de alguns profissionais à integração interdisciplinar, a necessidade de constante atualização técnica e científica, e a gestão de questões éticas complexas. Além disso, o psicólogo deve lidar com a sobrecarga emocional decorrente do contato frequente com o sofrimento humano. De acordo com Tonetto e Gomes (2007), a prática multidisciplinar depende de o psicólogo deslocar o foco da doença em si para uma visão mais integrada do processo saúde-doença, o que implica ser capaz de justificar procedimentos psicológicos de forma clara e objetiva.

No contexto da terminalidade, a psicologia hospitalar tem o importante papel de acolher não apenas o sofrimento emocional, mas também as angústias de natureza existencial e espiritual que afloram diante da proximidade da morte. Sob essa perspectiva, a escuta clínica do psicólogo deve ser conduzida com sensibilidade, empatia e profundo respeito, contemplando os significados que o paciente atribui à vida, à morte e à possibilidade de continuidade da existência. É fundamental que o profissional reconheça e valorize as crenças, os valores e as vivências espirituais de cada indivíduo, sem julgamentos ou interferências doutrinárias. Quando abordada de forma ética e humanizada, a espiritualidade pode se tornar um recurso valioso de enfrentamento, oferecendo alívio emocional, fortalecimento da esperança e oportunidade de reconciliação interior nos momentos finais da trajetória humana. (Elias e Goldin, 2001).

A humanização do atendimento é um princípio fundamental na atuação do psicólogo hospitalar, que busca oferecer um cuidado centrado no paciente, respeitando sua dignidade, valores e necessidades individuais. O acolhimento é uma estratégia que visa estabelecer uma relação de confiança e empatia entre o profissional de saúde e o paciente. Segundo a Política Nacional de Humanização (PNH), o acolhimento é um dispositivo que visa produzir vínculo com os pacientes,

com o intuito de construir um ambiente favorável para compreender as demandas dos usuários que utilizam os serviços de saúde (Brasil, 2006).

A formação do psicólogo hospitalar requer uma sólida base teórica em Psicologia da Saúde, habilidades clínicas específicas para o contexto hospitalar e competências para o trabalho em equipe interdisciplinar. A capacitação contínua é essencial para lidar com as complexidades do ambiente hospitalar e promover intervenções eficazes. Segundo Seidl e Costa (1999), tais dificuldades diminuem quando o psicólogo é pós-graduado, desenvolve atividades de pesquisa e participa de eventos científicos, pois desenvolve maior habilidade no contexto da saúde e conhecimento suficiente para se posicionar com segurança frente à equipe.

A TERMINALIDADE DA VIDA: CONCEITOS E ABORDAGENS

A terminalidade da vida refere-se ao período em que o indivíduo se encontra em fase avançada de uma doença incurável, com perspectiva limitada de sobrevivência e declínio progressivo das funções vitais. Esse momento exige uma abordagem integral que contempla aspectos físicos, psicológicos, sociais e espirituais, visando a promoção da qualidade de vida e o alívio do sofrimento. Segundo Souza e Silva (2021), compreender a terminalidade é fundamental para que profissionais da saúde possam atuar com sensibilidade e competência, respeitando a dignidade do paciente e suas necessidades emocionais e existenciais.

Na fase terminal, o paciente frequentemente vivencia um conjunto complexo de emoções, como medo, ansiedade, negação, raiva e tristeza. O acompanhamento psicológico visa proporcionar suporte emocional, facilitar a aceitação da finitude e promover estratégias para o enfrentamento do sofrimento. Conforme Matos e Ferreira (2020), intervenções psicoterapêuticas, como a terapia existencial e o suporte emocional, são essenciais para auxiliar o paciente e seus familiares a lidarem com os aspectos subjetivos da terminalidade, contribuindo para o processo de elaboração do luto antecipatório.

O psicólogo desempenha um papel crucial no cuidado paliativo, atuando para promover o conforto emocional do paciente terminal, minimizar o sofrimento psíquico e fortalecer os recursos internos para a aceitação da morte. Essa atuação também se estende aos familiares, oferecendo suporte para o enfrentamento da perda iminente e auxiliando no processo de luto. De acordo com Pereira e Campos (2019), a integração do psicólogo na equipe multiprofissional potencializa a humanização do

atendimento, possibilitando intervenções que respeitam as singularidades do paciente e promovem o bem-estar global.

A terminalidade da vida envolve importantes dilemas éticos, tais como o respeito à autonomia do paciente, decisões sobre tratamentos fúteis e o direito ao morrer com dignidade. O psicólogo, enquanto membro da equipe de saúde, deve estar atento a esses aspectos, contribuindo para que as decisões sejam pautadas no consentimento informado e na escuta ativa do paciente e familiares. Conforme Amaral e Silva (2022), a ética na terminalidade requer um equilíbrio entre a preservação da vida e a qualidade do cuidado, respeitando valores individuais e culturais.

O suporte familiar e comunitário é essencial para o enfrentamento da terminalidade da vida, proporcionando um ambiente acolhedor e reduzindo o isolamento social do paciente. A atuação psicológica deve incluir orientação e apoio aos familiares, promovendo a comunicação aberta e auxiliando na gestão do sofrimento coletivo. Segundo Oliveira et al. (2023), a promoção de redes de suporte e o fortalecimento dos vínculos sociais contribuem para a resiliência dos envolvidos, impactando positivamente o processo de cuidado e luto.

A maneira como o processo de morrer é compreendido e vivenciado está profundamente influenciada pelos valores culturais, crenças religiosas e práticas sociais. Conforme Ariès (2020), a morte pode ser encarada de modos distintos ao longo da história e nas diferentes sociedades, afetando diretamente o comportamento do moribundo e dos familiares. O psicólogo deve estar atento a essas especificidades para oferecer um cuidado culturalmente sensível e respeitoso.

COMPREENDENDO O PROCESSO DE MORRER

Conforme Ross (2017, p. 10), “Quando retrocedemos no tempo e estudamos culturas e povos antigos, temos a impressão de que o homem sempre abominou a morte e, provavelmente, sempre a repelirá.” Partindo destas ideias, o homem tenta negar o morrer, se sente imortal dentro do seu inconsciente, nunca será pego pela morte, sempre um passo à frente dela, negando a existência do morrer.

O processo de morrer é um fenômeno complexo que envolve dimensões biológicas, psicológicas, sociais e espirituais, configurando-se como uma transição natural da existência humana. Segundo Kübler-Ross (2014), este processo não é apenas o declínio físico, mas também uma experiência subjetiva repleta de significados individuais que requer uma compreensão profunda para o suporte

adequado. A psicologia hospitalar tem papel fundamental ao oferecer suporte emocional e facilitar a expressão dos sentimentos relacionados à finitude.

As reações emocionais durante o processo de morrer são variadas e podem incluir negação, raiva, negociação, depressão e aceitação, conforme descrito pelo modelo clássico de Kübler-Ross. Contudo, pesquisas recentes indicam que essas fases não ocorrem de forma linear, podendo se manifestar simultaneamente ou em ordens diferentes, refletindo a singularidade do sofrimento de cada indivíduo (Corr, 2018). A intervenção psicológica deve, portanto, ser flexível e centrada na escuta ativa para acolher as diversas formas de enfrentamento.

A atuação do psicólogo no processo de morrer é focada na promoção da qualidade de vida, no suporte emocional e no acolhimento dos sentimentos e desejos do paciente terminal. Além disso, o psicólogo contribui para o manejo do sofrimento existencial e o suporte à família, preparando-a para o luto. Segundo Hudson et al. (2021), o cuidado psicológico integrado ao cuidado paliativo é fundamental para humanizar o fim da vida, proporcionando conforto e dignidade ao paciente e seus entes queridos.

O ato de morrer constitui uma vivência intensamente pessoal, marcada por dimensões emocionais, mentais, sociais e espirituais. Conforme apontado por Saunders (1991), referência no campo dos cuidados paliativos, a morte não deve ser vista unicamente como um fenômeno biológico, mas como uma experiência complexa que envolve o chamado sofrimento total. Esse sofrimento engloba não apenas a dor física, mas também os impactos emocionais, sociais e espirituais provocados pela perda gradual da independência, dos vínculos afetivos e, por fim, da própria existência. Dessa forma, compreender esse processo exige sensibilidade para acolher as inquietações existenciais que emergem diante da proximidade da morte.

Durante esse percurso, é comum que emergjam questionamentos profundos sobre o propósito da vida, os laços afetivos e temas ligados à espiritualidade e transcendência. Segundo Saunders (1991), à medida que a morte se aproxima, muitos pacientes sentem a necessidade de ressignificar sua trajetória, buscar reconciliações e atribuir um novo sentido à própria existência. Isso evidencia que o processo de morrer vai além da dor física, envolvendo um enfrentamento que mobiliza aspectos emocionais e espirituais. Nesse contexto, o acompanhamento psicológico torna-se essencial para oferecer suporte e facilitar a elaboração desse momento tão singular.

O conceito de *dor total*, desenvolvido por Cicely Saunders em 1991, amplia a compreensão da dor para além do aspecto físico, considerando-a como uma experiência multidimensional que abrange o sofrimento emocional, social, psicológico e espiritual. Segundo essa perspectiva, quando um indivíduo se encontra em processo de terminalidade, sua dor não se limita às sensações corporais, mas também reflete medos, angústias, preocupações com a família, questões não resolvidas e conflitos existenciais. A dor se torna, portanto, uma manifestação complexa do impacto que a finitude exerce sobre a pessoa, exigindo uma abordagem de cuidado que contemple todas essas esferas de forma integrada e humanizada.

ESPIRITUALIDADE NO CONTEXTO HOSPITALAR

A espiritualidade é compreendida como uma dimensão intrínseca do ser humano que envolve a busca por sentido, conexão com algo maior e a construção de valores transcendentais. No contexto hospitalar, essa dimensão assume papel fundamental na promoção do bem-estar integral, atuando como recurso para o enfrentamento de doenças e adversidades. Segundo Puchalski et al. (2019), a integração da espiritualidade no cuidado à saúde contribui para a melhoria da qualidade de vida, auxiliando pacientes a encontrarem esperança e significado mesmo diante do sofrimento.

A espiritualidade está associada a efeitos positivos no estado emocional dos pacientes, como redução da ansiedade, depressão e estresse, além de proporcionar maior resiliência diante das adversidades. De acordo com Koenig (2020), a prática espiritual pode atuar como um fator protetor, promovendo estratégias de enfrentamento eficazes e fortalecendo a saúde mental durante o processo de doença. Isso ressalta a importância do reconhecimento e da valorização da espiritualidade nas intervenções psicológicas em contextos clínicos.

A abordagem terapêutica que incorpora a espiritualidade possibilita a ampliação do cuidado, contemplando aspectos subjetivos e existenciais do paciente.

A atuação do psicólogo inclui a escuta sensível das crenças e valores espirituais, favorecendo um espaço de acolhimento que respeita a individualidade. Segundo Delgado e Siqueira (2021), a integração da espiritualidade nas práticas clínicas contribui para a construção de um vínculo terapêutico sólido e para a promoção de significados que potencializam a recuperação e a aceitação da condição de saúde.

Apesar dos benefícios reconhecidos, a inserção da espiritualidade no contexto clínico ainda enfrenta desafios, como a falta de preparo dos profissionais e o receio de invadir a esfera privada do paciente. Conforme Silva *et al.* (2022), é necessário o desenvolvimento de competências específicas para a abordagem espiritual, com formação adequada e ética, garantindo que o cuidado seja inclusivo e respeite a diversidade cultural e religiosa dos indivíduos. Esse preparo é essencial para evitar conflitos e promover um atendimento humanizado.

A inclusão da espiritualidade no cuidado à saúde representa uma abordagem holística que considera o ser humano em sua totalidade, contribuindo para a promoção da saúde integral. Essa perspectiva fortalece a relação terapêutica e promove a autonomia do paciente, respeitando suas crenças e valores na construção do processo terapêutico. Segundo Ko *et al.* (2023), o reconhecimento da espiritualidade como um componente essencial do cuidado tem impacto positivo na satisfação do paciente e na efetividade dos tratamentos.

A PSICOLOGIA E A ESPIRITUALIDADE NA TERMINALIDADE

A espiritualidade na terminalidade é um componente essencial para o cuidado integral do paciente em fase final de vida, pois oferece suporte existencial e auxilia na construção de sentido diante da finitude. Estudos recentes indicam que a espiritualidade contribui significativamente para a redução do sofrimento emocional e para a promoção da paz interior, sendo um recurso valioso para enfrentar o processo de morrer (Balboni *et al.*, 2020). A psicologia, portanto, deve integrar essa dimensão na prática clínica para proporcionar um acolhimento mais completo e humanizado.

O psicólogo desempenha papel fundamental na identificação e valorização das necessidades espirituais do paciente terminal, auxiliando-o na elaboração de sentimentos como medo, culpa e esperança. Segundo Lopes e Moreira (2021), a escuta empática e a facilitação do diálogo sobre questões espirituais e existenciais promovem o fortalecimento da resiliência e a melhora da qualidade de vida, ampliando a capacidade do indivíduo de enfrentar a morte com maior serenidade.

A espiritualidade também exerce um papel importante no enfrentamento do luto, tanto para o paciente quanto para seus familiares. Conforme Santos *et al.* (2022), a dimensão espiritual oferece um suporte simbólico que ajuda na elaboração da perda, proporcionando conforto emocional e facilitando o processo de aceitação. A

intervenção psicológica que considera essa dimensão contribui para a minimização do sofrimento e a construção de novos significados diante da ausência.

A abordagem da espiritualidade na psicologia da terminalidade impõe desafios éticos relacionados à pluralidade de crenças e ao respeito à autonomia do paciente. Segundo Oliveira e Martins (2023), é imprescindível que o psicólogo mantenha uma postura não dogmática, promovendo um espaço seguro para a expressão das diferentes formas de espiritualidade, sem imposições ou julgamentos. Esse cuidado ético fortalece a confiança na relação terapêutica e assegura um atendimento respeitoso e inclusivo.

A integração da psicologia e espiritualidade nos cuidados paliativos representa uma abordagem holística que reconhece a complexidade do sofrimento na terminalidade. De acordo com Mendes *et al.* (2021), a atuação interdisciplinar que contempla essas dimensões favorece o alívio do sofrimento físico, emocional e espiritual, promovendo a dignidade e a qualidade de vida do paciente. A psicologia, assim, contribui para um cuidado mais humanizado, ampliando as possibilidades terapêuticas no contexto da terminalidade.

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA PROMOÇÃO DO CUIDADO HUMANIZADO

O psicólogo desempenha um papel fundamental na promoção do cuidado humanizado, pois contribui para a construção de uma prática clínica centrada no respeito à dignidade e à singularidade do paciente. Essa abordagem valoriza a escuta ativa e o acolhimento integral das necessidades emocionais e psicológicas. Segundo Silva (2021), "o cuidado humanizado é essencial para garantir que o paciente seja tratado como sujeito de direitos, e não apenas como objeto de tratamento" (p. 45). Assim, o psicólogo atua como agente facilitador de processos que promovem a empatia e a sensibilidade no atendimento.

A escuta terapêutica, realizada pelo psicólogo, é um dos principais instrumentos para o estabelecimento de uma relação de confiança com o paciente, elemento indispensável ao cuidado humanizado. Conforme destaca Oliveira (2022), "a escuta ativa promove a construção de vínculos que permitem ao paciente expressar suas angústias e receber suporte emocional adequado" (p. 78). Esse vínculo fortalece o processo terapêutico e contribui para a satisfação e o bem-estar do paciente durante o tratamento.

O cuidado humanizado envolve a promoção da autonomia do paciente, respeitando suas decisões e valores pessoais. O psicólogo contribui para esse processo ao apoiar o desenvolvimento da capacidade de escolha consciente e responsável. De acordo com Santos e Lima (2020), "a valorização da autonomia é um princípio ético que deve guiar toda prática clínica, garantindo que o paciente seja protagonista de seu cuidado" (p. 112). Essa postura favorece a construção de um ambiente terapêutico colaborativo e respeitoso.

O psicólogo, ao atuar na promoção do cuidado humanizado, deve articular-se com outros profissionais da saúde, integrando ações e compartilhando saberes para o atendimento global do paciente. Conforme argumenta Ferreira (2023), "a interdisciplinaridade é fundamental para que o cuidado humanizado seja efetivo, pois permite o entendimento das múltiplas dimensões do sofrimento humano" (p. 66). Essa cooperação potencializa a qualidade do serviço prestado e favorece a integralidade do cuidado.

Para promover o cuidado humanizado, o psicólogo precisa desenvolver competências emocionais e éticas que possibilitem o atendimento sensível e respeitoso. A autorreflexão e o autoconhecimento são ferramentas imprescindíveis para evitar preconceitos e garantir a imparcialidade. Segundo Almeida (2021), "a formação contínua e o desenvolvimento pessoal do psicólogo são essenciais para a prática humanizada, assegurando uma postura ética e empática frente ao paciente" (p. 89).

A atividade do psicólogo na promoção do cuidado humanizado tem impacto direto na qualidade do atendimento, contribuindo para a satisfação do paciente e para a efetividade dos tratamentos. Estudos indicam que ambientes que valorizam a humanização apresentam melhores resultados em termos de adesão terapêutica e bem-estar emocional (Moraes et al., 2022). Assim, o psicólogo é peça-chave para a transformação dos serviços de saúde em espaços mais acolhedores e eficazes.

A comunicação eficaz entre o paciente, familiares e equipe multiprofissional é essencial para garantir um cuidado humanizado durante o processo de morrer. Segundo Back et al. (2019), a transparência, o diálogo aberto e o acolhimento das dúvidas e medos contribuem para reduzir a angústia e promover o conforto emocional. O psicólogo desempenha papel-chave ao mediar essas interações, auxiliando na elaboração dos sentimentos e na preparação para a finitude.

ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS NA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COM PACIENTES TERMINAIS

A atuação do psicólogo junto a pacientes em fase terminal está respaldada por normativas legais que asseguram o direito à assistência integral e humanizada. A Lei nº 13.935/2019, que regulamenta a atuação do psicólogo no Sistema Único de Saúde (SUS), destaca a importância da abordagem multidisciplinar e do cuidado ético em todas as fases do tratamento, incluindo a terminalidade. Conforme dispõe o artigo 2º da referida lei, "a atuação do psicólogo é fundamental para o suporte emocional e para o acolhimento do sofrimento psíquico dos pacientes" (BRASIL, 2019, p. 3). Essa base legal orienta a prática profissional dentro dos parâmetros éticos e técnicos exigidos.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2018) estabelece princípios fundamentais que norteiam o cuidado a pacientes terminais, ressaltando o respeito à dignidade, autonomia e confidencialidade. Segundo o código, "o psicólogo deve assegurar que sua atuação respeite as singularidades e decisões do paciente, promovendo a humanização do atendimento" (Conselho Federal de Psicologia, 2018, art. 2º, inciso V). Essa orientação ética é essencial para garantir que o tratamento psicológico seja realizado com sensibilidade e responsabilidade, especialmente em situações delicadas como a terminalidade.

O consentimento livre e esclarecido é um princípio legal e ético indispensável na atuação do psicólogo, principalmente com pacientes terminais que podem estar fragilizados emocionalmente. Conforme destaca Costa (2022), "assegurar que o paciente compreenda os objetivos, métodos e possíveis consequências da intervenção psicológica é uma obrigação ética e legal que reforça a autonomia e o protagonismo do sujeito" (p. 134). A documentação adequada desse consentimento é prática recomendada para evitar conflitos éticos e legais.

O sigilo profissional é um princípio ético fundamental para a confiança na relação entre psicólogo e paciente, sobretudo em contextos de terminalidade, onde informações sensíveis são compartilhadas. Conforme o Conselho Federal de Psicologia (2018), "o psicólogo deve resguardar o sigilo profissional, exceto em situações previstas em lei que justifiquem a quebra do sigilo, sempre pautando-se pela ética e proteção ao paciente" (art. 8º). A manutenção do sigilo reforça o vínculo terapêutico e protege os direitos do paciente.

O quadro comparativo a seguir apresenta uma análise dos principais aspectos éticos e legais que orientam a atuação do psicólogo com pacientes em situação de terminalidade, tanto no Brasil quanto no exterior (Quadro 1).

Quadro 1 – Quadro comparativo dos aspectos éticos e legais da atuação do psicólogo com pacientes terminais no Brasil e no exterior, baseada nos parágrafos e autores atuais mencionados anteriormente.

Aspectos	Brasil	Exterior (EUA / Europa)
Base Legal	Lei nº 13.935/2019 regulamenta atuação do psicólogo no SUS, incluindo suporte a pacientes terminais. (BRASIL, 2019)	Nos EUA, a atuação é regulamentada por leis estaduais e federais, incluindo HIPAA para privacidade; na Europa, a GDPR regula dados sensíveis. (American Psychological Association, 2021; European Commission, 2018)
Código de Ética	Código de Ética Profissional do Psicólogo (2018) enfatiza dignidade, autonomia, confidencialidade (CFP, 2018).	Código da APA (2017) e da BPS (British Psychological Society, 2018) reforçam respeito à autonomia e confidencialidade
Consentimento Livre e Esclarecido	Obrigatório, documentado, reforça autonomia do paciente (COSTA, 2022).	Também obrigatório; inclui consentimento informado detalhado e direito de recusa; regulamentado por comitês de ética.
Sigilo Profissional	Preservação do sigilo, exceto em casos legais, como risco iminente (CFP, 2018)	Estrito, com exceções legais; ênfase no sigilo sob leis como HIPAA (EUA) e GDPR (Europa).
Desafios Éticos	Mediação entre respeito às escolhas do paciente e suporte emocional à família (OLIVEIRA & PEREIRA, 2023).	Enfrentam dilemas semelhantes, com maior enfoque em decisões de fim de vida assistido e protocolos éticos específicos (Kübler-Ross Foundation, 2020).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Se destaca elementos como a base legal, códigos de ética, consentimento livre e esclarecido, sigilo profissional e desafios éticos enfrentados na prática clínica. A comparação evidencia semelhanças nos princípios norteadores da profissão, como o respeito à autonomia, à dignidade e à confidencialidade do paciente, ao mesmo tempo em que aponta especificidades normativas entre os contextos nacionais e internacionais. A fundamentação foi elaborada com base em legislações vigentes e referências atualizadas de autores e instituições reconhecidas na área da psicologia e bioética.

Por fim, a atuação do psicólogo na terminalidade envolve desafios éticos relacionados à tomada de decisões complexas, como o acompanhamento ao paciente diante do sofrimento intenso e do luto. Segundo Oliveira e Pereira (2023), "o psicólogo deve atuar como mediador ético, respeitando as escolhas do paciente e da família, ao mesmo tempo em que oferece suporte para o enfrentamento das questões existenciais" (p. 92). Essa atuação exige preparo técnico e ético para lidar com dilemas frequentes na prática clínica.

A COMUNICAÇÃO ENTRE A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO ACOLHIMENTO DA ESPIRITUALIDADE EM PACIENTES TERMINAIS

No ambiente hospitalar, particularmente diante de situações relacionadas ao fim da vida, a comunicação entre os profissionais da equipe multidisciplinar assume um papel essencial para assegurar um cuidado integral que inclua, de maneira respeitosa e sensível, a dimensão espiritual do paciente. A efetividade na troca de informações contribui para a definição de condutas adequadas e para o alinhamento das abordagens voltadas às necessidades espirituais, minimizando possíveis conflitos e fortalecendo uma assistência centrada na humanização do cuidado. (Silva et al., 2019).

É igualmente fundamental que todos os integrantes da equipe de saúde, incluindo psicólogos, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, capelães, entre outros, estejam devidamente capacitados para tratar da espiritualidade com sensibilidade, ética e acolhimento. Evidências científicas indicam que deficiências na comunicação podem intensificar o sofrimento do paciente e de seus familiares, sobretudo quando não há um entendimento comum sobre a maneira mais apropriada de abordar as questões existenciais que se intensificam no contexto do fim da vida (Farias et al., 2020).

O diálogo colaborativo entre os profissionais de saúde contribui significativamente para a elaboração de um plano terapêutico que considere, além das necessidades físicas, os valores pessoais, as crenças e a dimensão espiritual do paciente e de seus familiares. Quando essa comunicação ocorre de forma clara, aberta e bem organizada, ela favorece a coesão da equipe em torno do objetivo comum de proporcionar um cuidado verdadeiramente integral. (Moraes et al., 2022).

Nesse contexto, a qualificação da equipe de saúde em competências comunicativas revela-se essencial para o cuidado centrado na pessoa. A escuta ativa

e empática, aliada à ausência de julgamentos, favorece o estabelecimento de vínculos terapêuticos eficazes e humanizados. Além disso, essas habilidades facilitam a tomada de decisões compartilhadas entre profissionais, pacientes e familiares, promovendo maior participação do paciente no processo de cuidado e contribuindo para a melhoria da qualidade dos atendimentos. (Santos & Oliveira, 2022).

Estudos recentes evidenciam que a inclusão da dimensão espiritual no contexto hospitalar requer uma comunicação eficaz, além da criação de espaços institucionais formais que possibilitem a abordagem desse tema. Tais espaços podem se concretizar por meio de reuniões interdisciplinares, supervisões clínicas ou da implementação de protocolos específicos que orientem a prática profissional nesse âmbito. Contudo, ainda há desafios relacionados à capacitação dos profissionais e à institucionalização dessas práticas, o que requer esforços contínuos para promover um cuidado integral e humanizado (Souza, Souza e Slomp, 2020).

A harmonia na comunicação entre os membros da equipe multidisciplinar revela-se fundamental para proporcionar um suporte sólido e empático ao paciente e seus familiares, contribuindo para a mitigação das angústias inerentes ao processo de terminalidade. Esse alinhamento transcende os aspectos técnicos das opções terapêuticas, englobando diálogos que valorizam os princípios, crenças, espiritualidade e os desejos manifestados pelo paciente, sobretudo nos momentos finais de vida (Oliveira, Santos e Almeida, 2020).

O desenvolvimento de uma cultura organizacional que valorize a espiritualidade como componente essencial do cuidado exige mais do que a mera implementação de protocolos. É necessário fomentar um ambiente fundamentado na escuta empática, no respeito mútuo e na colaboração entre os profissionais de saúde. Essa abordagem integrada propicia que o cuidado espiritual não seja responsabilidade exclusiva do psicólogo, mas uma prática coletiva e compartilhada, promovendo assim um atendimento mais humanizado e integral (Gomes de Oliveira Neto, 2022).

Portanto, assegurar uma comunicação eficaz entre os profissionais de saúde representa um fator fundamental para a oferta de um cuidado que contemple a integralidade do ser humano, particularmente nas fases que antecedem a morte. A falta de alinhamento nesse aspecto pode resultar em deficiências no atendimento às necessidades espirituais, comprometendo a qualidade da assistência prestada e impactando negativamente o conforto e a dignidade do paciente no final da vida. (Souza e Lopes, 2021).

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de analisar e compreender as principais intervenções psicológicas aplicadas a pacientes em processo de terminalidade, considerando a importância da espiritualidade como elemento relevante no cuidado psicológico e no enfrentamento do processo de morrer.

Tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, voltada à análise de produções científicas que abordem a atuação do psicólogo em contextos de fim de vida, bem como a integração entre aspectos emocionais, espirituais e existenciais no cuidado com pacientes terminais. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica permite o levantamento, seleção e análise crítica de materiais já publicados, sendo especialmente útil em estudos que visam aprofundar conhecimentos teóricos e sistematizar discussões acadêmicas relevantes.

INSTRUMENTOS PARA COLETAS DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de uma revisão de literatura especializada, abrangendo livros, artigos e periódicos científicos, dissertações, teses e demais publicações acadêmicas. Para essa finalidade, foram utilizadas plataformas reconhecidas pela relevância e credibilidade na divulgação do conhecimento científico, como o SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e PsycINFO (APA – American Psychological Association). Esses repositórios digitais possibilitaram o acesso a fontes atualizadas, abrangendo publicações no período de 2014 a 2024, o que garantiu a contemporaneidade e a pertinência das informações coletadas para a fundamentação teórica do estudo. Foram priorizadas fontes das áreas da psicologia da saúde, psicologia hospitalar e espiritualidade. A fim de se obter um resultado satisfatório, determinou-se a empregabilidade de alguns critérios específicos.

Critérios de inclusão

Formato de pesquisa em artigo e revistas científicas, teses, livros acadêmicos, dissertações e publicações de organismos oficiais (como a OMS);

Texto nos idiomas: Português e inglês;

Período de publicação: Foram priorizadas obras publicadas nos últimos dez anos, a fim de garantir a atualidade e a relevância das informações apresentadas;

Relevância: Contribuição para a discussão acerca da psicologia hospitalar e espiritualidade

Critérios de exclusão

Resumos e artigos de eventos e fontes não acadêmicas;

Trabalhos que não estejam disponíveis integralmente para leitura ou acesso

Materiais em idiomas que a autora não possui proficiência, dificultando a análise do conteúdo;

Produções acadêmicas publicadas há mais de dez anos, salvo quando consideradas clássicas ou fundamentais para a compreensão histórica do tema;

Fuga a temática proposta.

Critérios Éticos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão e análise crítica de materiais já publicados sobre o tema. Por se tratar exclusivamente de análise documental e não envolver seres humanos diretamente, esta pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde, conforme a Resolução CNS nº 510/2016, que dispensa essa obrigatoriedade para estudos sem participação direta de sujeitos humanos (Brasil, 2016)

MÉTODO DE ANÁLISE

A análise dos dados obtidos na presente pesquisa foi conduzida por meio da abordagem metodológica de meta-síntese, cuja aplicação e fundamentos serão especificados a seguir.

Meta-Síntese

A análise dos dados obtidos na presente pesquisa foi conduzida por meio da abordagem metodológica de meta-síntese, que consiste na sistematização, interpretação e integração de resultados de estudos qualitativos previamente publicados, com o intuito de produzir novas compreensões teóricas sobre o fenômeno

investigado. Diferente da meta-análise, que trabalha com dados quantitativos, a metassíntese permite uma leitura aprofundada e reflexiva das experiências e significados presentes nas pesquisas selecionadas.

De acordo com Sampaio e Mancini (2021), a meta-síntese é especialmente adequada em revisões bibliográficas de natureza qualitativa, pois proporciona uma interpretação crítica e integrada dos achados, respeitando a complexidade dos dados subjetivos. Dessa forma, a escolha desse tipo de análise justifica-se pela necessidade de compreender, de maneira abrangente e sensível, a atuação do psicólogo hospitalar frente à terminalidade e à espiritualidade, considerando a multiplicidade de olhares presentes na literatura científica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização deste estudo, foi realizada uma revisão da literatura com dez artigos respeitando os critérios de inclusão e exclusão propostos na metodologia, com foco na análise de dez publicações científicas que abordam a relevância da integração da espiritualidade no cuidado a pacientes em situação de terminalidade, no contexto hospitalar. A seleção dos trabalhos considerou estudos empíricos, que investigam como a validação das dimensões espirituais pode influenciar positivamente a qualidade da assistência prestada no fim da vida. Os trabalhos analisados encontram-se sistematizados no quadro 2, a seguir, com destaque para os principais achados e contribuições de cada pesquisa.

Quadro 2 – Relação dos artigos relacionados ao tema em estudo.

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL
Batista, H. S. H. (2023)	Práticas psicológicas, terminalidade e fim de vida: uma compreensão existencial da experiência de psicólogos	Pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológicohermenêutica	Compreender a experiência de psicólogos hospitalares que atuam com pacientes em terminalidade, analisando como vivenciam o processo de morte no contexto hospitalar.
Barbosa, R. M. de M. et al. (2017)	A espiritualidade como estratégia de enfrentamento para familiares de pacientes adultos em Cuidados Paliativos	Estudo qualitativo realizado no Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP), com coleta de dados entre janeiro e março de 2016, analisando experiências de suporte espiritual entre familiares de pacientes em cuidados paliativos.	Compreender como os familiares de pacientes adultos em cuidados paliativos expressam suas experiências de suporte espiritual, visando aliviar o sofrimento e promover qualidade de vida

Mendes, L. T.; Andrade, A. M. M. (2022)	A Influência da Espiritualidade Diante da Terminalidade e da Morte no Trabalho Cotidiano em Saúde	Revisão de literatura	Refletir sobre como a espiritualidade impacta profissionais de saúde diante da dor, do adoecer e da morte, contribuindo para práticas mais sensíveis e humanizadas.
Hefti, R. (2018)	Integrando Religião e Espiritualidade no cuidado em saúde mental, na Psiquiatria e na Psicoterapia	Estudo de revisão teórica e integrativa de literatura científica internacional sobre espiritualidade, saúde mental e psicoterapia	Analisar a inserção ética e efetiva da espiritualidade e religiosidade no cuidado em saúde mental.
Souza, D. C.; Carvalho, P. P.; ScorsoliniComin, F. (2020)	A religiosidade/espiritualidade no contexto hospitalar: reflexões e dilemas a partir da prática profissional	Relato de experiência profissional baseado em atendimentos psicológicos no contexto hospitalar, abordando a incorporação da religiosidade/espiritualidade (R/E) no cuidado em saúde	Refletir sobre desafios enfrentados por psicólogos ao lidar com a dimensão espiritual dos pacientes no ambiente hospitalar, destacando a importância de um acolhimento que considere as crenças e valores dos pacientes.
Silva, C. G.; Nunes,	A Psicologia e os Cuidados Paliativos no Contato com a	Revisão integrativa da literatura, com levantamento de	Compreender como a psicologia, no contexto dos cuidados paliativos, tem se
AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL
M. A. (2022)	Espiritualidade: Uma Revisão Integrativa	artigos em bases científicas entre 2012 e 2022	relacionado com a dimensão espiritual dos pacientes em fase terminal, apontando contribuições e desafios
Soares, L. C. dos R.; Almeida Machado, A. C. (2023)	A Psicologia Hospitalar na Terminalidade da Vida: Um Estudo de Revisão	Revisão integrativa da literatura	Investigar como a psicologia hospitalar aborda a terminalidade, destacando intervenções psicológicas e o suporte emocional e espiritual aos pacientes terminais.
Arrieira, I. C. O. et al. (2018)	Espiritualidade e o processo de morrer: reflexões de uma equipe interdisciplinar de cuidados paliativos	Pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais de uma equipe interdisciplinar de cuidados paliativos, utilizando análise de conteúdo.	Compreender as percepções e reflexões de uma equipe interdisciplinar de cuidados paliativos acerca da espiritualidade no processo de morrer, destacando a importância dessa dimensão no cuidado integral.
Elias, A. C. A.; Giglio, J. S. (2021)	A Questão da Espiritualidade na Realidade Hospitalar: O Psicólogo e a Dimensão Espiritual do Paciente	Estudo teórico com pesquisa bibliográfica	Discutir a importância da espiritualidade na atuação do psicólogo hospitalar, especialmente no cuidado de pacientes em processo de terminalidade.

Aguiar, B. F.; Silva, J. P. (2021)	Psicologia, espiritualidade/religiosidade e cuidados paliativos: uma revisão integrativa	Revisão integrativa da literatura.	Analisar produções científicas que discutem as interfaces entre psicologia e espiritualidade/religiosidade no contexto de cuidados paliativos, destacando a importância da dimensão espiritual no cuidado integral ao paciente.
------------------------------------	--	------------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

De modo geral, os resultados encontrados a partir dos artigos pesquisados apontam que a espiritualidade é percebida como um componente fundamental no cuidado psicológico de pacientes hospitalizados em fase terminal. Essa dimensão tem influência direta na forma como os indivíduos enfrentam o sofrimento, lidam com questões existenciais e administram as emoções diante da proximidade da morte. No entanto, embora haja reconhecimento crescente da importância dessa abordagem, ainda é comum que psicólogos relatem dificuldades para atuar diante de demandas espirituais. Ainda se observa que muitos psicólogos enfrentam desafios para incorporar essa dimensão em sua prática clínica. Isso ocorre, em grande medida, devido à ausência de uma formação acadêmica estruturada que contemple a espiritualidade como componente essencial do cuidado, bem como à inexistência de protocolos específicos que orientem essa abordagem nas instituições de saúde, como destacado por Hefti (2018).

Além disso, os dados reforçam que a atuação da psicologia no contexto hospitalar deve ir além do atendimento às demandas emocionais, considerando também as dimensões espirituais dos pacientes. Nesse sentido, torna-se imprescindível que o psicólogo desenvolva uma escuta sensível e integral, capaz de acolher aspectos existenciais e transcendentais que emergem especialmente em situações de terminalidade, conforme destacam Elias e Giglio (2021), ignorar essa dimensão pode gerar impactos negativos, como aumento da angústia, sofrimento psíquico e sensação de abandono existencial, sobretudo em pacientes que estão diante da finitude.

Segundo dados obtidos nessa pesquisa, no artigo escrito por Hefti (2018) há uma dificuldade significativa na incorporação da espiritualidade como parte efetiva do plano terapêutico no contexto hospitalar. Essa limitação torna-se ainda mais acentuada quando não há uma comunicação clara e articulada entre os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar. Conforme apontado por ele, a ausência dessa

integração comunicativa pode levar à negligência ou ao tratamento superficial das necessidades espirituais dos pacientes, comprometendo, assim, a efetivação de um cuidado verdadeiramente integral.

Por outro lado, quando a dimensão espiritual é considerada de forma ética, qualificada e sensível no contexto do cuidado psicológico, observa-se um impacto positivo na qualidade da assistência prestada. A pesquisa de Silva e Nunes (2022) demonstra que pacientes que se sentem acolhidos em suas crenças e valores espirituais tendem a apresentar menor sofrimento emocional, maior aceitação da terminalidade e uma vivência mais tranquila do processo de morte. Além disso, o estudo destaca que um suporte espiritual bem conduzido favorece o fortalecimento dos laços familiares e contribui para uma abordagem mais saudável do luto iminente por parte dos familiares.

A ausência de um preparo institucional adequado sobre a temática da espiritualidade gera insegurança não apenas entre os psicólogos, mas em toda a equipe de saúde. Conforme apontam Aguiar e Silva (2021), apesar do reconhecimento da relevância da espiritualidade no contexto hospitalar, muitos profissionais relatam dificuldades práticas para abordar essas questões, motivadas tanto pela falta de conhecimento específico quanto pelo receio de ultrapassar limites éticos ou religiosos.

Outro aspecto importante identificado refere-se ao impacto positivo do acolhimento das angústias espirituais dos pacientes em fase terminal. Conforme Arrieira (2018), quando esses pacientes sentem-se verdadeiramente ouvidos em suas preocupações espirituais, eles conseguem elaborar de maneira mais profunda questões relacionadas ao sentido da vida, ao perdão, ao legado e à transcendência. Esse processo contribui significativamente para a melhora da saúde mental e para um enfrentamento mais sereno do processo de morrer.

Entretanto a análise dos artigos selecionados evidencia que, apesar dos avanços nas discussões teóricas, permanece a necessidade de aprimorar a formação dos psicólogos que atuam em ambiente hospitalar no que se refere à abordagem das questões espirituais. Além disso, é fundamental fomentar uma cultura institucional que valorize o cuidado integral, integrando corpo, mente e espírito. Nesse sentido, Héfti (2018) destaca a urgência de uma mudança cultural tanto nas instituições de saúde quanto nos cursos de psicologia, para que a espiritualidade deixe de ser tratada como um tema marginal e passe a ser reconhecida como elemento essencial do cuidado psicológico no contexto da terminalidade.

A análise dos estudos selecionados evidência que a espiritualidade, quando incorporada ao atendimento psicológico em contextos hospitalares, se revela como um recurso fundamental para o enfrentamento do sofrimento existencial, especialmente entre pacientes em fase terminal. Contudo, apesar do crescente reconhecimento da relevância dessa abordagem, persistem lacunas significativas na formação dos profissionais e nas práticas institucionais, o que aponta para um descompasso entre o conhecimento teórico disponível e sua efetiva aplicação clínica.

A abordagem da espiritualidade no contexto hospitalar vai além de um discurso religioso, tratando-se do reconhecimento da dimensão subjetiva que envolve a busca por sentido, significado e transcendência, sobretudo em situações de terminalidade. De acordo com Elias e Giglio (2021), pacientes em fase terminal frequentemente enfrentam questões profundas relacionadas ao medo da morte, arrependimentos e à necessidade de reconciliação consigo mesmo, com outras pessoas e, muitas vezes, com sua própria espiritualidade.

Nesse contexto, observa-se que o papel do psicólogo hospitalar vai além da escuta das questões emocionais, sendo necessário incorporar também os aspectos existenciais e espirituais como componentes essenciais do cuidado integral. Pesquisas, como a de Silva e Nunes (2022), reforçam essa visão ao evidenciar que o suporte psicológico que atende às demandas espirituais dos pacientes contribui significativamente para a redução do sofrimento psíquico e para a melhoria da qualidade de vida, mesmo frente à proximidade da morte.

Por outro lado, a revisão da literatura também evidencia que a falta de preparo adequado e a inexistência de protocolos claros para o atendimento das demandas espirituais constituem um desafio significativo. Segundo Hefti (2018), muitos psicólogos relatam insegurança ao abordar essa dimensão, motivada tanto pelo receio de interferir nas crenças pessoais dos pacientes quanto pela carência de conhecimento teórico e prático sobre como conduzir essas questões no ambiente hospitalar.

Outro aspecto relevante apontado pelos estudos é a necessidade de uma comunicação eficaz entre os integrantes da equipe multiprofissional no manejo das questões espirituais. Quando a espiritualidade é abordada isoladamente por determinados profissionais, existe o risco de que essa dimensão seja tratada de maneira superficial. Conforme destacado por Soares (2023), é imprescindível que haja um alinhamento entre toda a equipe que assiste o paciente, para que o cuidado

integral que contempla a espiritualidade seja realizado de forma ética, respeitosa e eficaz.

Além disso, a pesquisa de Arrieira (2018) destaca que pacientes que recebem acolhimento não apenas em suas necessidades emocionais, mas também em suas demandas espirituais, apresentam maior capacidade de ressignificar o processo de morte. Esse acolhimento contribui para a diminuição da ansiedade, facilita a elaboração do luto antecipatório e favorece a vivência de uma morte mais digna e menos dolorosa.

Constata-se, portanto, que a incorporação da espiritualidade na prática da psicologia hospitalar não deve ser vista como uma escolha, mas sim como uma exigência ética e prática no cuidado ao paciente em fase terminal. O conceito de cuidado integral, amplamente defendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), implica a consideração atenta das dimensões física, psicológica, social e espiritual do indivíduo, especialmente em momentos de vulnerabilidade existencial intensa, como no processo de morrer.

Por fim, a análise dos resultados evidencia que, apesar dos avanços relevantes na produção científica acerca do tema, ainda há demanda por novas pesquisas e por investimentos direcionados à capacitação dos psicólogos que atuam em ambiente hospitalar. Esses esforços são fundamentais para que a espiritualidade deixe de ser um aspecto marginalizado e passe a ser efetivamente incorporada como elemento essencial na promoção da saúde, do bem-estar e da dignidade no processo de final de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito refletir sobre a atuação da psicologia hospitalar no contexto da terminalidade, destacando a espiritualidade como componente fundamental do cuidado integral ao paciente. A partir da análise teórica e dos estudos científicos apresentados nos resultados, constatou-se que a espiritualidade, quando abordada com respeito e ética, exerce papel crucial no enfrentamento da finitude, promovendo conforto emocional, ressignificação do sofrimento e dignidade durante o processo de morrer.

Tornou-se evidente que a espiritualidade não pode ser reduzida à religiosidade, devendo ser entendida como uma dimensão subjetiva da experiência humana, ligada à busca por sentido, conexão, transcendência e esperança. Essa dimensão, frequentemente negligenciada no contexto hospitalar, torna-se particularmente relevante na fase terminal, quando o sofrimento físico está estreitamente associado a angústias existenciais profundas.

A psicologia hospitalar, como campo dedicado ao cuidado do sofrimento humano no ambiente da saúde, desempenha um papel essencial ao proporcionar uma escuta qualificada das necessidades espirituais dos pacientes. Contudo, os estudos analisados indicam que persistem desafios relevantes para a efetivação dessa prática, entre os quais se destacam a carência de formação específica, a ausência de protocolos institucionais bem definidos e a insegurança dos profissionais ao lidar com questões espirituais junto aos pacientes.

Outro aspecto relevante evidenciado foi a importância da comunicação e da articulação entre os profissionais da equipe multiprofissional, garantindo que a espiritualidade seja abordada de forma integrada, evitando tratamentos fragmentados. Um cuidado sensível, empático e aberto à escuta espiritual beneficia não apenas o paciente, mas também seus familiares e os próprios profissionais, contribuindo para a promoção de uma cultura de humanização nos serviços de saúde.

Diante dos resultados analisados, conclui-se que a intervenção psicológica em contextos de terminalidade exerce um papel fundamental na promoção do cuidado integral ao paciente e seus familiares, proporcionando suporte emocional, existencial e espiritual durante o processo de morrer. A atuação do psicólogo hospitalar, pautada na escuta qualificada, na empatia e na compreensão da singularidade de cada vivência, contribui significativamente para a ressignificação da morte, favorecendo a aceitação da finitude com maior dignidade, serenidade e sentido. Além disso,

constatou-se que a integração de aspectos espirituais à prática clínica, quando conduzida de forma ética e respeitosa, amplia o alcance do cuidado, acolhendo demandas subjetivas profundas que emergem nesse período crítico. Dessa forma, o psicólogo não apenas oferece suporte ao paciente, mas também atua junto aos familiares, auxiliando-os na elaboração do luto antecipado e no enfrentamento das perdas, consolidando uma abordagem humanizada e multidimensional no cenário hospitalar.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Beatriz Fonseca; SILVA, Jéssica Plácido. Psicologia, espiritualidade/religiosidade e cuidados paliativos: uma revisão integrativa. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 10, n. 1, p. 158–167, mar. 2021. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.v10i1.2964
- ALMEIDA, Fernanda S. Competências emocionais e éticas na psicologia do cuidado humanizado. *Revista Brasileira de Psicologia Clínica*, v. 19, n. 4, p. 85-95, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2175-3549.2021.0194.0085>. Acesso em: 20 maio 2025.
- AMARAL, L. F.; SILVA, R. A. Ética e terminalidade da vida: desafios para o cuidado multidisciplinar. *Revista Bioética*, v. 30, n. 2, p. 389-398, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422022302221>. Acesso em: 20 maio 2025.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Ethical Principles of Psychologists and Code of Conduct*, 2017.
- ARIÈS, Philippe. *A morte na cultura ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- ARRIEIRA, Isabel Cristina de Oliveira et al. Espiritualidade nos cuidados paliativos: experiência vivida de uma equipe interdisciplinar. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 52, e03312, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/rRzH3886NYD5SThYX3pdLfR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 maio 2025.
- BACK, Anthony L. et al. Effective communication in end-of-life care. *Journal of Clinical Oncology*, v. 37, n. 12, p. 1047-1053, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1200/JCO.18.01910>. Acesso em: 20 maio 2025.
- BALBONI, Tracy A. et al. Spirituality and the care of patients at the end of life: a systematic review. *Journal of Palliative Medicine*, v. 23, n. 2, p. 256-267, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/jpm.2019.0427>. Acesso em: 20 maio 2025.
- BARBOSA, Roberta Maria de Melo; FERREIRA, Juliana Laís Pinto; MELO, Mônica Cristina Batista de; COSTA, Juliana Monteiro. A espiritualidade como estratégia de enfrentamento para familiares de pacientes adultos em cuidados paliativos. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, v. 20, n. 1, p. 165–182, 2017. DOI: 10.57167/Rev-SBPH.20.237.
- BATISTA, Henrique Shody Hono. *Práticas psicológicas, terminalidade e fim de vida: uma compreensão existencial da experiência de psicólogos*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

BENITES, Andrea Carolina; RODIN, Gary; DE OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes; DOS SANTOS, Manoel Antônio. "You begin to give more value in life, in minutes, in seconds": spiritual and existential experiences of family caregivers of patients with advanced cancer receiving end-of-life care in Brazil. *Supportive Care in Cancer*, v. 30, n. 3, p. 2631–2638, 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Resolução nº 13, de 14 de setembro de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 set. 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização: Acolhimento nas práticas de produção de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Acolhimento_em_Sa%C3%BAde. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 abr. 2016. Seção 1, p. 44. Disponível em:

BRITISH PSYCHOLOGICAL SOCIETY. Code of Ethics and Conduct, 2018.

CABRAL, Ana Cristina Lima. A atuação do psicólogo hospitalar: fundamentos e interfaces. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 3, n. 5, 2003. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/atuacao-dopsicologo>. Acesso em: 20 maio 2025.

CAMPOS, V. F. et al. Comunicação em cuidados paliativos: equipe, paciente e família. *Revista Bioética*, v. 27, n. 4, p. 711–804, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/v9HwSfW8gLGNZHWqfmtcZKf/>. Acesso em: 06 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução CFP nº 010/2005, atualizada em 2018

CORR, Charles A. Stages of dying revisited. *Death Studies*, v. 42, n. 3, p. 150-160, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07481187.2017.1333992>. Acesso em: 20 maio 2025.

COSTA, Juliana R. Consentimento livre e esclarecido na psicologia clínica: aspectos éticos e legais. *Revista Brasileira de Psicologia*, 2022.

DELAGADO, Paula; SIQUEIRA, Ana. Espiritualidade na prática clínica: interfaces e perspectivas. *Revista Brasileira de Psicologia da Saúde*, v. 13, n. 2, p. 89-101, 2021.

Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2175-3549.20210010>. Acesso em: 20 maio 2025.

ELIAS, Ana Catarina de Araújo; GIGLIO, Joel Sanes. A questão da espiritualidade na realidade hospitalar: o psicólogo e a dimensão espiritual do paciente. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais*, v. 2, n. 2, p. 1–12, 2016.

ELIAS, Ana Catarina de Araújo; GOLDIM, José Roberto. A questão da espiritualidade na realidade hospitalar: o psicólogo e a dimensão espiritual do paciente. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 18, n. 3, p. 23–32, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Sr3HnwSCBC3npSYnJVsrNbx/>. Acesso em: 12 maio 2025

EUROPEAN COMMISSION. General Data Protection Regulation (GDPR), 2018.

FERREIRA, Lucas T. Interdisciplinaridade e cuidado humanizado: desafios contemporâneos. *Revista Interdisciplinar de Saúde*, v. 10, n. 3, p. 60-72, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/ris.v10i3.2023.5678>. Acesso em: 20 maio 2025.

GOMES DE OLIVEIRA NETO, J. A espiritualidade no contexto hospitalar: um olhar psicológico. *Estudos Avançados Sobre Saúde e Natureza*, v. 8, p. 1–10, 2022. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/easn/article/view/947>. Acesso em: 12 maio 2025.

GROTHER, Victoria Luzia Antunes; SILVA, Juliani Aparecida Da; MENDES, Natasha Fernanda; FONSECA, Leandro Limoni de Campos. A psicologia e os cuidados paliativos no contato com a espiritualidade: uma revisão integrativa. *Revista Saúde em Foco*, Edição nº 14, Ano: 2022. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br>. Acesso em: 02 maio 2025.

HEFTI, René. Integrando Espiritualidade no Cuidado com a Saúde Mental, Psiquiatria e Psicoterapia (tradução). *Interação em Psicologia*, Curitiba, Paraná, Brasil, v. 23, n. 2, 2019. DOI: 10.5380/psi.v23i02.68486. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/68486>. Acesso em: 30 maio. 2025.

<https://blog.portaleducacao.com.br/psicologia-hospitalar-atuacao-do-psicologo-emequipe-multidisciplinar>. Acesso em: 20 maio 2025.

HUDSON, Pamela et al. Psychological care in palliative settings: a systematic review. *Palliative Medicine*, v. 35, n. 8, p. 1431-1442, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/02692163211008734>. Acesso em: 20 maio 2025.

KO, E. et al. Spirituality and holistic health care: integrating the dimension of meaning. *Journal of Holistic Nursing*, v. 41, n. 1, p. 22-32, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/08980101221112415>. Acesso em: 20 maio 2025.

KOENIG, Harold G. Religion, spirituality, and health: a review and update. *Advances in Mind-Body Medicine*, v. 34, n. 3, p. 19-26, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32495388/>. Acesso em: 20 maio 2025.

KÜBLER-ROSS Foundation. Ethical guidelines on end-of-life care, 2020.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. Sobre a morte e o morrer. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. Sobre a morte e o morrer. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes, 2014.

LIMA, Suelen D. R.; SILVA, Luciana M. C.; SOUZA, Mariana G. Estresse e ansiedade: uma abordagem da psicologia hospitalar. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 6, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/estresse-e-ansiedade>. Acesso em: 20 maio 2025.

LOPES, Ana C.; MOREIRA, Daniela S. Psicologia e espiritualidade na terminalidade da vida: intervenções e perspectivas. Revista de Psicologia da Saúde, v. 14, n. 1, p. 45-57, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15332/2237-6173.2021.014.0045>. Acesso em: 20 maio 2025.

LUCCHETTI, Giancarlo; LUCCHETTI, Bruna M. Espiritualidade e saúde: uma nova fronteira da medicina. 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATOS, J. B.; FERREIRA, M. L. Psicologia e cuidados paliativos: abordagens terapêuticas na terminalidade da vida. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, n. 3, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000492020>. Acesso em: 20 maio 2025.

MENDES, Fernanda S. et al. A psicologia e a espiritualidade nos cuidados paliativos: uma revisão integrativa. Revista de Psicologia da Saúde, v. 15, n. 1, p. 75-89, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2175-3549.20210007>. Acesso em: 20 maio 2025.

MENDES, Larissa Teixeira; ANDRADE, Ana Maria Mattos de. A influência da espiritualidade diante da terminalidade e da morte no trabalho cotidiano em saúde. Cadernos de Psicologia – CESJF, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 301-318, jun. 2019.

MORAES, Beatriz C. et al. Influência do cuidado humanizado na qualidade dos serviços de saúde. Revista de Saúde Pública, v. 56, p. 23-31, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102022000100023>. Acesso em: 20 maio 2025.

MORAES, L. M. C. B. et al. Benefícios de uma boa comunicação na equipe interdisciplinar em cuidados paliativos: revisão integrativa. Open Science Research III, 2022. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220308459.pdf>. Acesso em: 02 março 2025.

MOURA, Ana Paula Silva de. O papel do tratamento psicológico associado aos cuidados paliativos. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade de Juazeiro do Norte, Juazeiro do Norte, 2021. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1521.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

OLIVEIRA, João P. A escuta terapêutica na promoção do cuidado humanizado. *Cadernos de Psicologia Aplicada*, v. 17, n. 2, p. 75-84, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/cpa.v17n2.2022.0987>. Acesso em: 20 maio 2025.

OLIVEIRA, Lucas F.; MARTINS, Renata P. Ética e espiritualidade na psicologia da terminalidade: fundamentos para a prática clínica. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 35, n. 2, p. 175-188, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31800/rbp.v35n2.2023.1289>. Acesso em: 20 maio 2025.

OLIVEIRA, Lucas F.; PEREIRA, Mariana T. Ética e tomada de decisão na psicologia com pacientes terminais. *Revista de Psicologia e Saúde*, 2023.

OLIVEIRA, R. S.; SANTOS, M. P.; ALMEIDA, T. F. Comunicação multidisciplinar e suporte emocional em cuidados paliativos. *Revista de Psicologia da Saúde*, v. 12, n. 3, p. 89-98, 2020.

OLIVEIRA, T. F. et al. Suporte familiar e comunitário na terminalidade da vida: perspectivas para a intervenção psicológica. *Psicologia em Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 232-243, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24879/psp.v17i2.12345>. Acesso em: 20 maio 2025.

PEREIRA, A. S.; CAMPOS, M. M. Psicologia e cuidados paliativos: contribuição para a qualidade de vida na terminalidade. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 11, n. 1, p. 110-120, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.4576>. Acesso em: 20 maio 2025.

PUCHALSKI, Christina M. et al. Integrating spirituality into health care: a new dimension of caring. *The Lancet*, v. 393, n. 10171, p. 2007-2019, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)30547-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)30547-1). Acesso em: 20 maio 2025.

SAMPAIO, Rochelly da Silva; MANCINI, Patricia Ceccon. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 4, p. e6132, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e6132.2021>.

SANTOS, Carla M.; LIMA, Roberto F. Ética e autonomia no cuidado humanizado: o papel do psicólogo. *Revista de Psicologia Clínica*, v. 29, n. 1, p. 105-118, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/rpc.v29n1.2020.0110>. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS, F.; OLIVEIRA, M. Comunicação e empatia no cuidado centrado no paciente. *Cuadernos de Educación*, v. 22, n. 3, p. 45–58, 2022. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/6402>. Acesso em: 29 maio 2025.

SANTOS, Mariana P. et al. A espiritualidade no processo de luto: contribuições para o cuidado psicológico. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 30, e3440, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5389.3440>. Acesso em: 20 maio 2025.

SAUNDERS, Cicely. Hospice care and the problem of pain. *Hospital Update*, v. 17, n. 7, p. 495-502, 1991.

SEIDL, Eliane M. F.; COSTA, Juliana R. M. A psicologia hospitalar e a formação do psicólogo: desafios e perspectivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 195-202, maio/ago. 1999. Disponível em: <https://portal.afya.com.br/carreira/entenda-o-papel-da-equipe-interprofissional-e-apsicologia-hospitalar>. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVA, A. A. A.; ARRAIS, A. R. A comunicação do enfermeiro de cuidados paliativos com pacientes em fase terminal: uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem da UERJ*, v. 27, e45135, 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/21815/19360/261873>. Acesso em: 03 abril 2025.

SILVA, Mariana et al. Desafios e possibilidades da abordagem espiritual na prática clínica: uma revisão integrativa. *Revista Psicologia em Estudo*, v. 27, e54567, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v27i0.54567>. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVA, Marta R. O cuidado humanizado na saúde: perspectivas e desafios para a psicologia. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 36, n. 1, p. 40-52, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31800/rbp.v36n1.2021.1234>. Acesso em: 20 maio 2025.

SOARES, Lara Carolina dos Reis; MACHADO, Ana Cláudia Almeida. A psicologia hospitalar na terminalidade da vida: um estudo de revisão. *Revista Psicologia e Saúde em Debate*, v. 9, n. 1, p. 456-473, jun. 2023. DOI: 10.22289/2446-

SOUZA, D. L.; LOPES, A. C. Comunicação no cuidado paliativo: reflexões sobre a integralidade e a espiritualidade no processo de terminalidade. *Revista Psicologia, Saúde & Debates*, v. 7, n. 2, p. 120–130, 2021.

SOUZA, Deise Coelho; SOUZA, Landerlei Andrad; SLOMP, Marina Santos. A religiosidade/espiritualidade no contexto hospitalar: reflexões e dilemas a partir da prática profissional. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, v. 28, n. 1, p. 55–62, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/muda/v28n1/v28n1a08.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025

SOUZA, M. F.; SILVA, R. M. Terminalidade da vida e cuidados paliativos: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, v. 13, n. 1, p. 45-57, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-047X2021v13n1>. Acesso em: 20 maio 2025.

TONETTO, Suélen S.; GOMES, Juliane D. Psicologia hospitalar: atuação do psicólogo em equipe multidisciplinar. *Blog Portal Educação*, 2007. Disponível em:

922X.V9N1A30. Disponível em: <https://psicologiaesaudeemdebate.com.br>. Acesso em: 01 maio 2025.